

CLASSES POPULARES NO BRASIL:

Exercícios de compreensão

CLASSES POPULARES NO BRASIL:

Exercícios de compreensão

Victor Vincent Valla

Eveline Algebaile

Maria Beatriz Guimarães (Orgs.)

C551 Classes populares no Brasil: exercícios de compreensão / Victor Vincent Valla, Eveline Algebaile, Maria Beatriz Guimarães (orgs.). - Rio de Janeiro: [S.n.]: FIOCRUZ, Escola Nacional de Saúde Pública, 2010.
137p. - (A Academia e a rua ; 2)

Inclui bibliografia
ISBN 978-85-

1. Pobres - Condições sociais. 2. Educação popular. 3. Educação sanitária. 4. Saúde pública. 5. Cidadania. I. Valla, Victor Vincent . II. Algebaile, Eveline Bertini, 1961-. III. Guimarães, Maria Beatriz. IV. Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca (Brasil). V. Série 10-5001.

CDD: 305.56
CDU:316.343-058.14

Para Kitta,

Minha eterna namorada.

As indagações desestabilizadoras do injusto viver

Miguel G. Arroyo

Victor Valla foi um desestabilizador das formas de pensar a educação popular. Desloca nossas formas de pensar os coletivos populares. Os vê não tanto como sujeitos de saberes e culturas a serem reconhecidos e incorporados nas nossas pedagogias conscientizadoras e politizadoras.

Valla nos levará até as formas e as condições de vida da população pobre nas cidades. Vida-saúde-pobreza instigaram suas formas de pensar e agir como educador. Nas resistências a seu precarizado viver encontrava as indagações mais desestabilizadoras para repensar a educação, as políticas públicas, os projetos de transformação social.

Se todo conhecimento vem da experiência social, a proximidade das experiências do viver – precário viver popular – instigava suas formas de compreensão. Nos leva a privilegiar a experiência do viver popular como a referência do pensar e agir educativos.

Postura que desestabiliza tantas reflexões sobre educação popular que priorizam a história do pensar, suas teses, proposições e métodos, e secundarizam a história vivida pelos coletivos populares. Sabemos mais sobre a história do pensamento, dos métodos, dos pensadores, das influências existencialistas, cristãs ou marxianas-gramscianas no pensamento sobre educação popular do que sobre os coletivos populares, suas formas de viver-sobreviver em cada contexto, tempo e lugar. Valla reage e nos desloca de lugar.

Não nos leva para o lugar-comum, para a postura tão frequente de pensar a educação popular como um pensamento teórico-político-pedagógico, ignorando ser um pensamento – escassez – reação – libertação que vem das resistências-vivências dos coletivos populares. Educação popular, acontecendo nas experiências de vida, de emancipação dos oprimidos – não para os oprimidos. Pedagogia do Oprimido não uma teoria pedagógica inventada do lado de cá para os que padecem a opressão do lado de lá. Como é forte esse pensar dicotômico até no pensar o povo.

Valla não nos leva a como o povo foi pensado no movimento da educação popular, mas vai além e não leva a como foi alocado, segregado, desterritorializado e condenado a formas de mal-viver ao longo da história de nossa formação social. Seu foco são as formas impostas de viver e as lutas por um digno e justo viver.

Ao puxar-nos para o lado mais radical da educação popular, o viver, resistir, emancipar-se, humanizar-se dos próprios coletivos populares condenados a um injusto viver nos obriga a aproximar-nos e perguntar-nos por seu viver. Mas como ver esse seu viver? Que centralidade dá às lutas pela vida? As críticas focalizam as formas negativas, inferiorizantes de vê-las, pensá-las e de alo-cá-las nas estruturas sociais, políticas, culturais, jurídicas, pedagógicas. Como foram segregados e alocados na especificidade de nossa formação social e política colonializada, racializada, polarizada.

Essa indagação passa a ser mais exigente do que como o povo foi pensado no humanismo cristão, nas análises gramscianas ou na pedagogia crítica conscientizadora. Quando partimos do viver concreto, historicamente contextualizado e determinado dos coletivos populares, somos levados a aprofundar mais no padrão de dominação em que foram segregados e alocados os diversos coletivos populares. Não apenas um povo genérico, mas cada coletivo com sua segregação: indígenas, negros mestiços, caboclos, comunidades periféricas, das cidades e dos campos. Que lugar-não-lugar lhes foi reservado nos padrões de poder, de trabalho, de apropriação-expropriação da terra, do espaço urbano, dos territórios, da justiça, do conhecimento, da saúde, do reparto da riqueza coletiva...

Quando nos aproximamos do viver-mal-viver, do lugar-não-lugar a que foram e continuam condenados, percebemos que esses padrões conformadores das relações sociais estão marcados por visões inferiorizantes, por uma visão das diferenças étnicas, raciais como deficiências. Desde a Colônia até hoje a identidade racial opera como instrumento de classificação social básico de nossa população. Como demarcação de lugar, de trabalho, de sobrevivência. Traço marcante no pensar e classificar, desterritorializar os coletivos populares nem sempre destacados no próprio pensamento de educação popular.

A pressuposição da minoridade cultural, intelectual e política dos coletivos populares é inerente à visão das diferenças sociais, étnico-raciais como deficiências, traço marcante desde a colonização e reapropriado pelas relações do capitalismo moderno. Porque inferiores como humanos não serão reconhecidos capazes de produzir conhecimentos, de outorgar sentidos a suas experiências de produção de seu viver nem de seus convívios sociais nem de sua cultura. Essa visão binária, abissal, de conformar nos coletivos como irracionais, incultos, ignorantes, inexistentes e outros como racionais, cultos, civilizados, essa classificação polarizada de conhecimento, de valores e de culturas a que a educação popular tanto tem reagido encontraram em nossa história sua legitimação na visão racista das diferenças como deficiências, inferioridades, sub-humanidades. Porque inferiores, sub-humanos, sem direito a terra, espaço, teto, território. Sem direito a um digno e justo viver como humanos. A negação de seu direito a viver era, para Valla, a expressão mais radical de sua segregação.

Seguindo a trilha que Valla aponta: partir do viver popular, das formas históricas da conformação do povo e percebendo a centralidade e a constância de

ver os coletivos populares na minoridade cultural e intelectual somos levados a nos perguntar que categoria legitima essa persistente minoridade. Essa identidade negativa, inferior era e é racial. A educação popular teve o mérito de defrontar-se com as implicações dessa produção negativa, inferiorizada, das identidades populares, mas os movimentos sociais nos obrigam a aprofundar e dar maior centralidade ao peso legitimador da condição étnico-racial dessa persistente inferiorização.

Aqueles coletivos que compõem a categoria povo foram de um lado despojados de suas próprias e singulares identidades históricas positivas. De outro lado, sua nova identidade negativa, racial, inferiorizada tem legitimado seu despojo na produção intelectual e cultural.

Valla destaca que esse despojo se deu e se dá porque despojados da vida, das condições do seu viver. O despojo foi e continua mais brutal do que não reconhecer seus saberes e culturas. Essa a grande contribuição de Valla chamar nossa atenção para seu despojo do viver, dos territórios, da terra, das bases materiais de seu viver e de sua produção cultural. Somente quando trazemos para o centro o real viver, a destruição das bases materiais básicas do viver popular como Valla nos aponta, podemos entender as brutais tentativas de seu despojo na produção intelectual e cultural dos coletivos populares. Sua segregação cultural se deu pelo despojo das bases materiais de seu viver. Daí que suas lutas são postas nas fronteiras do viver: terra, trabalho, vida, saúde.

Valla não nos deixa nessa denúncia dos processos de inferiorização e de precarização do viver, nos leva a dar toda centralidade aos processos de resistência nas mesmas bases materiais dos processos desse despojo: nas resistências a um viver mais digno e justo. Não por acaso destaca tanto o viver, a vida, a relação entre saúde, educação popular. Como a nos dizer que reduzir os logros da educação popular a reconhecer que o povo sabe, tem cultura, e a partir daí explorar essa positividade para educá-lo, conscientizá-lo, politizá-lo será insuficiente sem chegarmos às bases materiais de seu viver, sobreviver. O despojo das culturas, dos saberes e das identidades dos coletivos populares se deu pela destruição das bases de seu viver, da produção mais básica de sua existência e se perpetua pela precarização de seu viver nos limites da sobrevivência, da pobreza e da doença.

Os próprios coletivos populares colocam sua libertação nas lutas por essas bases materiais, terra, território, espaço, teto, trabalho, saúde, comida. Nessas lutas se mostram cientes da centralidade de conquistar essas bases do viver digno, humano para reconquistar seus saberes, valores, culturas, identidades históricas. Pensar, como Valla, o povo e a educação popular desde a vida-saúde termina sendo mais radical do que pensar o povo, a educação popular desde os saberes, culturas, didáticas, metodologias.

Valla nos traz categorias que não são familiares à educação popular: cidadania da escassez, cidadania de sobrevivência, pobreza, reprodução diária da vida, vigilância e sobrevivência, saúde-doença-sofrimento como o povo vive e o que

faz para sobreviver, previsão e provisão, estado de emergência permanente, economia de ações, favela, aspectos humanos, a rotina do viver, os medos, as violências, fome, mortalidade, dor, estado permanente de doença e não de saúde, o espaço, os barracos de tábuas, habitação popular, defesa civil popular, defesa da própria vida, saúde em estado de choque, aliviar a dor, memória de alternativas de viver...

Categorias estruturantes do pensar de Valla. Um olhar o persegue: a extrema precariedade das condições de vida e de trabalho, de moradia, de saúde da população trabalhadora, seu estado de permanente ameaça à sua própria sobrevivência. Como se humanizam resistindo à escassez?

Ao destacar as formas de viver-sobreviver dos coletivos populares, Valla reage às formas de pensá-los na conformação do pensamento social e político, cultural e pedagógico. Não faz o percurso das concepções de educação progressista, crítica, emancipatória para se aproximar, entender e atuar junto aos coletivos populares. Inverte a relação.

Busca nas formas de viver desses coletivos as indagações que alimentam suas formas de pensar e que orientam suas formas de presença. Por aí sempre nos aponta que a reflexão sobre a educação popular deve focar não a própria reflexão, por mais radical que ela seja, nem apenas os pensadores que a constroem, mas os próprios coletivos populares, suas formas de viver, de formação, seus processos de humanização e, sobretudo, desumanização a que são condenados nas próprias formas de sobreviver.

Sua reflexão sobre a educação popular incide sobre as indagações que vêm dessas formas de viver e, sobretudo, dos processos de reação, resistência, libertação dos próprios oprimidos a essas formas de viver, sobreviver. Uma reflexão que destaca e se alimenta das indagações dessas resistências e de suas repercussões no conjunto das práticas sociais e das políticas culturais e pedagógicas.

À luz dessas injustas formas de viver e das reações dos oprimidos importa repensar as concepções de educação, inclusive progressistas.

Sumário

- 13** **Apresentação**
Victor Vincent Valla
Eveline Algebaile
Maria Beatriz Guimarães
- 19** **Classes populares no Brasil: uma pauta de questões no tempo**
Eveline Algebaile
Victor Vincent Valla
- 37** **Mantendo severa vigilância sobre a população favelada**
Victor Vincent Valla
- 57** **Educação, saúde e cidadania: investigação científica e assessoria popular**
Victor Vincent Valla
- 73** **A escola pública do primeiro grau é um Serviço Público, por 8 séries em 8 anos**
Victor Vincent Valla
- 89** **Procurando compreender a fala das classes populares**
Victor Vincent Valla
- 103** **Pobreza, emoção e saúde: uma discussão sobre pentecostalismo e saúde no Brasil**
Victor Vincent Valla
- 123** **Aspectos das condições de vida das classes populares: a experiência da ouvidoria coletiva e o relatório SAGMACS revisitado**
Maria Beatriz Guimarães
Victor Vincent Valla
- 141** **Problematizando o termo “conversão” a partir do campo religioso**
Victor Vincent Valla

Apresentação

Este livro apresenta artigos do professor Victor Vincent Valla que, apesar de produzidos em diferentes contextos e referidos a temas diversos, são constituídos por questões fortemente articuladas. Trata-se de questões que atravessam todos os trabalhos de Valla, desde a década de 1980, mostrando-se presentes nos primeiros textos, sobre as condições de vida da população pobre no contexto urbano, e persistindo nas pesquisas e discussões sobre saúde, educação escolar, atuação profissional nas políticas sociais, participação democrática e religiosidade popular. Agrupadas, essas questões poderiam ser sintetizadas em dois grandes blocos, relativos às formas de pensar e agir das classes populares no Brasil e aos desafios de conhecimento e reconhecimento (analítico e político-social) dessas formas de pensar e agir, por parte de grupos profissionais, intelectuais e políticos identificados com um campo crítico e com projetos de transformação social.

Nosso propósito inicial era fazer uma leitura sistemática dos principais artigos de Victor Valla sobre os temas acima referidos, com o objetivo de identificar e destacar as passagens mais significativas a respeito dessas questões, montando uma espécie de acervo de referências para a elaboração de novos textos, nos quais tentaríamos organizar as principais ideias e avançar na sua formulação.

A releitura desses artigos, no entanto, reservou-nos algumas surpresas. Em primeiro lugar, o reencontro com antigos trabalhos não foi de maneira alguma marcado pela objetividade que havíamos imaginado. Ao contrário, de algum modo, os artigos nos *sequestraram* e nos puseram a dialogar com as situações e os contextos a partir dos quais haviam sido escritos, com as interlocuções que os haviam tornado possíveis, com as angústias que impulsionaram e deram vida às análises. A lista de pontos a retomar começou a ficar maior que os próprios textos e logo percebemos que esse seria um difícil problema a enfrentar.

Essa imersão inesperada nos textos, por sua vez, nos fez perceber que eles, com todas as suas prováveis lacunas e imperfeições (reiteradamente assinaladas por Valla), tinham uma *integridade* que não saberíamos reproduzir. Eram textos marcados, acima de tudo, pelo vínculo forte com os problemas concretos que os motivaram, pelo impacto de experiências de pesquisa em plena realização. E essa proximidade de realidades *em movimento* parecia ser responsável por um modo de registro de situações e discussões cuja força estava, exatamente, em manter alguma visibilidade das coisas em “estado bruto”, sem as excessivas mediações analíticas que, às vezes, acabam nos levando a colonizar a interpretação de processos constituídos de sentidos ainda em disputa. Queríamos que o “livro novo” guardasse essa qualidade, e, no entanto, percebíamos que os “textos antigos” já realizavam isso com uma propriedade que não nos seria possível reproduzir.

Por fim, a leitura em sequência dos textos nos fez perceber, com maior intensidade, o que já havíamos discutido em outras ocasiões. Cada um deles, qualquer que fosse o “tema principal”, parecia fazer parte de um conjunto de

exercícios de compreensão persistentemente perseguidos, e a “mudança de temas” não era mais que uma mudança do “lugar de observação” daquilo que havia se tornado o objeto de vida inteira de Valla: os pobres, como pensam, como agem, como dialogam com nossa incompreensão. Essa mudança do lugar de observação, por sua vez, não era um elemento menor nesse processo. Ao contrário, a mudança de lugares implicava certa desorganização das matrizes de compreensão já instaladas, trazendo a possibilidade de apreensão de aspectos que, sob outras circunstâncias, não seriam visíveis. Assim, refazer esse circuito parecia ser parte importante do próprio exercício. E reter isso no livro nos pareceu cada vez mais importante. Ou seja, não se travava de selecionar questões e aprofundá-las, isolando-as dos contextos e dos caminhos nos quais elas haviam adquirido visibilidade e formulação. Tratava-se de reapresentar as questões, mas também os contextos e os caminhos que as haviam possibilitado emergir, que as saturavam de sentidos.

Dessa experiência resultou, portanto, uma nova proposta. Em vez de produzirmos um livro constituído de artigos novos, elaborados a partir do agrupamento de discussões que atravessavam textos anteriores, optamos por selecionar artigos representativos de cada um dos principais temas trabalhados por Valla, bem como da discussão sobre classes populares feita a partir de cada ângulo, com vistas à produção de uma coletânea que, aproximando estudos que estavam dispersos, favorecesse uma leitura de conjunto capaz de possibilitar ao leitor estabelecer, a seu modo, os diferentes nexos e articulações possíveis. Quanto às questões anotadas ao longo de nossas próprias releituras, optamos por abordá-las em um texto novo, de caráter introdutório, que comporia a coletânea com a função de apresentar, sem a pretensão de esgotar, alguns dos atravessamentos dos textos que consideramos mais relevantes.

Já diante dos textos selecionados – um conjunto formado por artigos referentes aos temas favela, saúde, educação escolar, crise da compreensão e religiosidade popular –, percebemos, com a ajuda de Kitta Eitler, que faltava um texto sobre as mais recentes experiências e discussões de Valla em torno do desenvolvimento do que entendemos como, a um mesmo tempo, uma *metodologia de pesquisa* e um *programa de ação*: a proposta de Ouvidoria Coletiva. O assunto havia sido trabalhado em diversos textos de projetos ou relatórios de pesquisa, que, no entanto, não apresentavam algumas características necessárias a um artigo destinado a um público mais amplo. Assim, combinamos que Maria Beatriz e Valla se lançariam na recuperação desses textos e na sua reconstrução, com vistas à produção de um artigo inédito que cobrisse essa lacuna na composição da coletânea.

O exercício de releitura conjunta dos textos nos levou, inevitavelmente, a realizar alguns ajustes de redação que ajudam a dar maior clareza às ideias neles desenvolvidas. Trata-se, porém, neste caso, de modificações absolutamente pontuais, que não alteram a formulação geral dos textos originais. As discussões que representavam algum acréscimo aos textos originais foram abordadas no artigo introdutório.

Nas densas e inesquecíveis conversas que tivemos ao longo das diferentes fases de organização deste livro, especialmente durante o ano de 2007, quando conseguimos manter reuniões de trabalho semanais, Valla chamou atenção, inúmeras vezes, para o fato de que os textos aqui apresentados, dos mais antigos aos mais recentes, resultam de uma história de trabalho completamente marcada pelo convívio e a troca com colegas de profissão, alunos e companheiros de militância política comunitária, profissional e partidária. Com algumas dessas pessoas, Valla trabalhou e conviveu cotidianamente por longos períodos, e com tal envolvimento que seria impossível discernir, em diversos pontos dos textos, eventuais fronteiras entre autoria individual e elaboração coletiva, compartilhada. Citar cada um desses amigos, sem estabelecer hierarquias e outras distinções que não expressam o movimento vivo dessas interlocuções, seria uma tarefa excessivamente difícil e inevitavelmente arriscada. Então, concordamos que uma medida justa seria fazer um agradecimento aberto a todos, pelos apoios, pelas trocas, pelas conquistas e, principalmente, pela possibilidade humana do afetuoso convívio.

Rio de Janeiro, agosto de 2009

Victor Vincent Valla
Eveline Algebaile
Maria Beatriz Guimarães

Classes Populares no Brasil: uma pauta de questões no tempo

Eveline Algebaile
Victor Vincent Valla

Os artigos que compõem esta coletânea resultam da participação do professor Víctor Valla em atividades acadêmicas, políticas e comunitárias¹ que lhe possibilitaram um conjunto de experiências extremamente ricas de acompanhamento, investigação e discussão das ações das classes populares e das medidas institucionais a elas referidas no contexto brasileiro. Separadamente, cada artigo traz o registro das observações e discussões possibilitadas por algumas dessas atividades. Porém, em conjunto, são extremamente representativos de um leque bem mais amplo de trabalhos produzidos ao longo de sua atividade acadêmica², apresentando retomadas e aprofundamentos de algumas questões que entendemos ser fundamentais para o conhecimento e a compreensão dos modos de pensar e de agir das classes populares no Brasil. São essas questões que apresentamos e discutimos neste artigo.

Tendo como ponto comum a atenção à especificidade da formação social, econômica e política brasileira, os artigos são marcados pela ideia de que a compreensão das classes populares constituídas no Brasil requer estudos e discussões capazes de atribuir lugar central ao que lhes é igualmente específico, devido às condições de sua formação. A atenção a essa questão, aparentemente óbvia, resulta da observação de que os pobres, no Brasil, são persistentemente tomados como objeto de estudos, propostas e ações que os definem “em negativo”, a partir de comparações com as configurações de classes de países capitalistas centrais que acabam realçando um elenco de ausências e incompletudes mais adequado a mostrar o que as classes populares no Brasil não são, em relação aos modelos “mais bem acabados”, do que a conhecer o que efetivamente são.

No pensamento social brasileiro, não foram poucos os estudos de larga escala que se colocaram na contramão dessa tendência. As análises de Florestan Fernandes (1975 e 1981) e Francisco de Oliveira (1987) sobre a especificidade da formação de classes no contexto do capitalismo dependente e as discussões de Milton Santos (1999 e 2000) e José de Souza Martins (1989), cada um a seu modo, sobre as experiências compartilhadas e os valores que orientam a ação dos pobres, são exemplos valiosos das importantes tentativas de compreensão das classes populares no Brasil, considerando-se as especificidades das relações que contraem, das suas configurações, seus valores e formas de pensamento e ação.

Compreendemos que o trabalho de Valla se inscreve nessa perspectiva, sendo que as questões às quais se dedica são principalmente referidas às formas menos institucionalizadas de pensamento e de ação dos pobres, denotando sua especial atenção a determinadas experiências e relações que,

¹ Referimo-nos a um vasto conjunto de pesquisas acadêmicas, participações e trabalhos associados, dentre os quais se deve destacar, além de suas atividades no âmbito do Instituto Superior de Estudos Avançados em Educação da Fundação Getúlio Vargas, da Universidade Federal Fluminense e da Escola Nacional de Saúde Pública da Fundação Oswaldo Cruz, a atuação junto ao GT de Educação Popular da Anped, a militância político-partidária e comunitária, o acompanhamento de movimentos sociais e de políticas públicas de saúde e educação, bem como a atuação por mais de uma década à frente do Centro de Estudos e Pesquisas da Leopoldina (Cepel).

² A fim de evitar reiteradas indicações de bibliografia no corpo do texto ou em notas, optamos por abordar abertamente as questões, deixando para apresentar a bibliografia de referência ao final. Os títulos apresentados, neste caso, não esgotam a produção bibliográfica de Valla, mas são bastante representativos da variedade de temas e questões trabalhadas.

exatamente em suas formas mais difusas, constituem a base da emergência de valores, compreensões e expectativas essenciais para a produção histórica de acúmulos compartilhados, noções de direitos, propósitos comuns, estratégias de ação e, conseqüentemente, lutas coletivas referenciadas em sujeitos concretos.

Essa ênfase não se deve a qualquer desvalorização analítica ou política dos movimentos organizados. Deve-se à compreensão de Valla, apoiada em Gramsci (2002), de que as formas difusas de ação constituem o terreno onde se formam as referências capazes de sustentar a agregação em torno de ideias e projetos coletivos. Nessa perspectiva, a ação organizada, na sua forma mais institucionalizada, é parte de um processo muito mais longo de produção das experiências coletivas que a antecedem, alimentam e atravessam, fornecendo seus conteúdos, suas formas e suas motivações.

Neste artigo, buscamos rerepresentar parte das questões abordadas por Valla ao longo de seus trabalhos, agrupando-as em três grandes tópicos: o primeiro, relativo à leitura em negativo das ações e do saber das classes populares; o segundo, concernente às formas de interdição política que resultam das situações de desqualificação aí implicadas; e o terceiro, referido aos desafios metodológicos para a pesquisa e a ação implicados com as questões levantadas.

Antes de entrarmos em cada tópico, porém, cabem alguns esclarecimentos acerca da autoria deste artigo.

Gostaríamos de lembrar, primeiramente, que seu conteúdo resulta de uma releitura conjunta dos textos de Valla, do exercício de identificação de questões que atravessam os diversos textos, das tentativas de agrupamento e rediscussão dessas questões, das tentativas de aprofundamento da compreensão sobre aspectos que, no contexto atual, já apresentavam novas nuances, novos sentidos, novas implicações. Ao longo dos muitos e muitos dias de leituras e conversas, o conteúdo deste artigo foi sendo “montado” a partir de uma forma de coautoria muito difícil de definir, pois não se tratava de dois autores produzindo algo novo a partir de sua “troca de ideias”, mas de um professor e uma aluna que se tornaram dois grandes amigos e colaboradores, e que, naquele momento, se dispunham a mergulhar juntos numa obra que conheciam muito bem, mas a partir de diferentes lugares.

Ao longo desse processo, fizemos inúmeras anotações, produzimos diversos textos de trabalho e outros incontáveis fragmentos de textos nos quais destacávamos os pontos a abordar e registrávamos sínteses, observações, dúvidas. Esse conjunto de escritos, no entanto, precisava tomar a forma de um artigo e, desde esse momento, começamos a enfrentar impasses relativos à compatibilização entre a autoria do texto e o lugar da narração. Para o professor, era especialmente incômodo comentar a própria obra com qualquer termo ou consideração que sugerisse uma autoavaliação positiva, uma indicação de sua relevância. Para a aluna – e nisto tínhamos o apoio dos colegas que vinham acompanhando o trabalho – os principais incômodos eram de duas ordens. Primeiro, a consciência da ilegitimidade de um ângulo de narração

que não explicitasse devidamente a diferença entre a *autoria do texto* e a *autoria das ideias comentadas*. Segundo, o sentimento de que seria inaceitavelmente injusto falar de uma obra como a de Valla sem atribuir-lhe a importância e os destaques devidos.

Foi em meio a esse impasse, e às nossas tentativas de encontrar um formato adequado, que este artigo adquiriu esta forma híbrida e, mesmo para nós, estranha, já que sua aparência imediata pode ser a de dois autores referindo-se a um deles na terceira pessoa. Do ponto de vista acadêmico e estético, definitivamente, não é a melhor forma. É, porém, a que nos pareceu a mais justa e honesta, pois possibilitou explicitar a natureza compartilhada das leituras, discussões e considerações, sem abrir mão de um ângulo de narração que, apesar de suas falhas, permitisse explicitar a verdadeira autoria das ideias e falar com abertura sobre a potência e a importância da obra que discutimos.

Eles não agem...

Uma das mais evidentes preocupações de Valla, ao longo de seus trabalhos, diz respeito à persistente tendência a se apreender as classes populares a partir do uso naturalizado de matrizes de interpretação que ignoram ou secundarizam a experiência histórica, os fundamentos e as condições concretas a partir dos quais são produzidos os valores, os motivos e as ponderações que sustentam o pensamento e as formas de ação social da população pobre.

Trata-se, afinal, de uma tendência que atravessa os mais diversos âmbitos da vida social e os mais diversos campos de formulação acadêmica e política, manifestando-se não apenas no pensamento conservador, mas também, ainda que de formas diferentes, em inúmeras formulações e propostas de ação nitidamente situadas em um campo crítico e compromissado com transformações sociais.

Para Valla, a persistente distância entre o conhecimento *sobre* os pobres e o conhecimento *dos* pobres, por si, impede o devido enfrentamento de históricos problemas sociais. As explicações e os projetos que se apresentam como dirigidos à solução desses problemas, com muita frequência, ignoram a densidade das experiências e dos conhecimentos duramente forjados pelos pobres a partir das exigências próprias de suas condições concretas de vida. Resultam, assim, em programas que só incorporam secundária e subordinadamente aqueles que, a rigor, deveriam estar no centro da ação, disputando, em todos os momentos de um projeto, de uma política, os sentidos da sua continuidade, de seu aprofundamento, seus critérios de viabilidade e seu grau de resolutividade.

Valla compreende que essa distância não pode ser explicada simplesmente pela constatação de que se trata de compreensões construídas a partir de lugares e experiências sociais *distintos*. Sua efetiva compreensão depende do prévio reconhecimento de que esses lugares distintos são compreendidos e exercitados, comumente, como *lugares hierarquizados*. Em outros termos, pro-

fissionais atuantes em políticas sociais, intelectuais críticos, partidos de esquerda, lideranças comunitárias, lidamos todos cotidianamente com inúmeras interpretações e programas de ação que não reconhecem a experiência dos pobres como referência válida – fundamental, na verdade – para a compreensão dos problemas a enfrentar e para a proposição e sustentação política de verdadeiras soluções. Essa é, para Valla, uma questão central.

São inúmeras as situações que indiciam a produção histórica e a persistência do desconhecimento, desqualificação e recusa intelectual e política das experiências dos pobres como base efetiva para a formulação de políticas públicas e programas de ação. Situações em que o saber sobre os problemas que atingem os pobres, não podendo ser suficientemente manifestado e considerado, permanece disperso e impalpável para técnicos, professores, profissionais de políticas sociais, cientistas e lideranças. Nesse contexto, são revalidadas, cotidianamente, práticas que reiteram e ampliam as distâncias e os estranhamentos entre segmentos sociais cuja proximidade seria fundamental para o enfrentamento do estado dramático de desigualdades que caracteriza a produção da vida social no Brasil.

Para Valla, é preciso insistir, neste caso, que o sentido dramático dessa situação está no fato de que as formas distorcidas de flagrar e compreender as classes populares não são um “privilégio” das elites, mas uma espécie de matriz de apreensão, análise e proposição que atravessa, hoje, as mais diferentes instâncias nas quais as classes plenamente integradas e as classes populares se tangenciam, condicionando sua interlocução, suas proposições, seus resultados, seus desdobramentos possíveis.

Trata-se de uma matriz de compreensão que atua como um “elemento ativo” (GRAMSCI, 2000 e 2002) na própria configuração de um vasto conjunto de relações sociais, que ocorrem em escalas e segundo mediações muito variadas. Nessa perspectiva, a ação escolar, o atendimento clínico, a pesquisa acadêmica, o planejamento urbano, a formulação de políticas públicas, as práticas partidárias, são exemplos de diversos âmbitos de ação constituídos por relações marcadas por *limites de compreensão* assentados, de diferentes modos, na pressuposição de uma minoridade cultural, intelectual e política das classes populares para disporem sobre os problemas que as afetam.

Na perspectiva de Valla, esses limites de compreensão advêm de diferentes âmbitos e situações: da omissão ou subordinação das informações que contrariam o ponto de vista hegemônico que se quer afirmar; da falta de registro das iniciativas populares que antecedem e medeiam o processo de formulação e implementação de ações institucionalizadas, uma vez que, de forma geral, a implementação de uma política pública é comumente vista como decorrente da ação do estado e não das iniciativas populares; da tendência a conotar negativamente o que o pobre faz, em exposições que primam mais pela adjetivação que pela apresentação substantiva dos fatos considerados; e, em decorrência disso, da tendência a se atribuir relações arbitrárias entre os problemas sociais e suas prováveis causas, reforçando-se, no fim, a ideia de que o pobre é o culpado pelo problema do qual é vítima.

Um exemplo desta última situação, no campo da saúde, é a visão comum de que a persistência de práticas populares de saúde decorre da ignorância e do desleixo dos pobres, não se evidenciando que essa persistência resulta da maior adequação dessas práticas frente às condições gerais de vida, em contraposição à ação médica proposta, que é tecnicamente correta, mas insustentável em determinados contextos. Diversas outras situações, exemplares desse problema, são abordadas nos artigos aqui apresentados e nos demais trabalhos produzidos por Valla: a falta de condições de salubridade é comumente apresentada como falta de higiene; a desmotivação ou desencantamento de pais e alunos de classes populares em relação a ações, como a educação escolar – que a própria experiência do pobre confirma ser ineficaz –, é frequentemente apresentada como falta de esforço, de interesse e de percepção da “importância da educação” por parte das crianças e de suas famílias; a apresentação das ações de revolta popular enfatiza, inúmeras vezes, as prováveis manipulações que estariam na sua origem; a recusa, por parte dos pobres, de ações reformadoras que desagregam relações e modos de vida instituídos comumente é apresentada como expressão do atraso, ignorância e incompreensão em relação às “melhorias” promovidas pela modernização.

Como Valla mostra em vários de seus estudos, a apreensão invertida dos problemas leva a proposições igualmente invertidas. A ideia de *reeducação*, tão presente nas mais variadas políticas setoriais, é exemplar dessa situação, especialmente por sua dupla potência, em termos dos seus efeitos relativos ao controle dos pobres. Assenta-se na compreensão de que o Estado e a “boa sociedade” fazem sua parte, e que os problemas persistem porque o pobre, por ignorância, não faz a sua, precisando ser reeducado para aprender a agir adequadamente em direção à solução de “seus problemas”. A dupla potência da ideia de reeducação reside, assim, na possibilidade de dissimulação das omissões e insuficiências da ação do Estado, ao mesmo tempo em que se desautoriza a população pobre a dispor sobre os problemas que a afetam, perpetuando-se a tendência à produção de ações estatais que não apresentam resolutividade efetiva frente aos problemas e cujo efeito principal é, comumente, o controle do pobre por meio da escassez, da demora, da desorientação, da desqualificação social e política.

Em diferentes estudos, dentre os quais se destaca *Educação e favela* (1986), Valla mostra como as ações de “reeducação” expressam as tensões e combinações entre policiamento sistemático e policiamento ampliado. São, afinal, ações que, realizadas via instituições de assistência, saúde ou educação, e envolvendo o Estado, as igrejas ou as organizações locais, caracterizam-se, antes de tudo, por seu caráter complementar ao policiamento ostensivo. Destinadas ao convencimento e ao controle, são ações para cuja realização a noção de “assistência” funciona, a rigor, como uma espécie de álibi para a realização de formas diversas de ajustamento dos pobres ao modelo de produção instituído.

O pressuposto de que “as classes populares não sabem” influi de modo problemático na forma como o Estado concebe as relações, as ações e as funções das instituições estatais junto a essas classes. É comum, por exemplo, ações estatais cujo propósito principal não é *assegurar o exercício de direitos*,

mas supostamente *educar* para que o pobre seja capaz de exercê-los, como se o exercício direto do direito não fosse, em si, a única forma de nos apropriarmos plenamente dele. Nas ações estatais analisadas por Valla, recebe atenção especial a frequência com que essa dimensão “educativa” é acentuada: escavadas nos seus propósitos, as ações e relações controladas pelo Estado se mostram, antes de qualquer outra finalidade concreta, voltadas para direcionar as formas de agir das classes populares para os conteúdos e rumos vistos como adequados, voltadas para ensinar-lhes o lugar subordinado que devem ocupar na dinâmica social, o lugar “educado” de espera em uma espécie de antessala que anuncia, mas não cumpre, o acesso efetivo aos direitos sociais.

Em inúmeros textos, especialmente os da década de 1980, Valla chama atenção reiteradamente para as ideias de “*educação permanente*” ou de “*reeducação*” que marcavam as ações realizadas por instituições governamentais e não governamentais dirigidas à população pobre, enfatizando sua dupla e conjugada face. Tratava-se, afinal, de ações cujo sentido “educativo” estava vinculado tanto às práticas formativas deliberada e programaticamente engendradas por essas ações – como no caso dos programas de educação para a saúde – quanto à formação indiretamente resultante das relações e experiências da população favelada com essas instituições.

No livro *Educação, saúde e cidadania* (1994), essa questão é aprofundada quando são analisadas as situações em que a própria função específica de *ensino* das escolas é posta em segundo plano frente à concepção de que os alunos das classes populares “não estão preparados” para a educação escolar. Com frequência, a escola destinada aos pobres, no Brasil, em detrimento das finalidades educativas que lhes seriam próprias, assumiu funções educativas que se equiparam às realizadas pelas outras instituições e ações governamentais, ou seja, funções de direção e controle da conduta das classes populares, que assumem o caráter de uma *reeducação*. A noção de *reeducação* que permeia essas ações, no entanto, expressa menos um projeto explícito, deliberado e sistemático de efetiva integração das classes populares aos padrões dominantes de pensamento e comportamento social, e mais, ao contrário, um programa difuso, infiltrado em inúmeras práticas institucionais, de mero ajuste das classes populares ao lugar social que lhes está destinado.

O caso da educação escolar é de fato exemplar. A percepção de que as classes populares apresentam “formas de conduta inadequadas ao aproveitamento da escola” (1986) leva a que a ação escolar se focalize na suposta *adequação* dessas classes ao ensino. A noção de *reeducação* pressupõe, neste caso, que *não cabe à escola* se modificar para garantir o acesso ao conhecimento por parte de todos os segmentos populacionais. Quem deve se modificar são os pobres. Por isso, o foco da ação escolar a eles destinada não é o ensino, mas sempre o “preparo” para que o ensino possa ocorrer.

Como não poderia deixar de ser, isso acaba também interferindo nas próprias expectativas das classes populares quanto às funções e aos sentidos da educação escolar para suas vidas: o que a experiência escolar ensina é que a escola, em suas formas “bem acabadas”, não é feita para os pobres, não

cabendo, portanto, dedicar-lhe o empenho e o esforço que, para a maioria, jamais resultarão em efetivo acesso a uma formação escolar capaz de transformar a vida.

Eles não sabem o que fazem...

Diversos trabalhos de Valla são dedicados a mostrar as formas particulares como os pobres são definidos a partir de sua situação econômica, mas, principalmente, de uma situação cultural, intelectual e moral correspondente, que não os credenciaria para a participação social e política. Nesses trabalhos, mostra como a desqualificação do conhecimento das classes populares se desdobra em formas diversas de interdição à sua atuação no espaço público. Essa compreensão o faz afirmar que o maior preconceito no Brasil é o remetido à pobreza, porque implica uma naturalização da destituição material e uma desqualificação política e social cujo efeito direto é a destituição da possibilidade de disputa de direitos: se é pobre, não entende, não sabe, não tem autoridade para dispor sobre as próprias expectativas, sobre as ações que lhe afetam.

Trata-se de uma situação permanentemente alimentada por ações sistemáticas e difusas, cujo elemento comum é serem portadoras da ideia de que as classes populares seriam socialmente inadequadas e intelectualmente incapazes de discernir, por si ou em conjunto com outros segmentos, a respeito de problemas que, predominantemente, não são vistos como problemas de uma determinada sociedade, mas como próprios apenas dessas mesmas classes, que, por isso, são despreparadas e incapazes de governar (VALLA, 1986).

À concepção de desqualificação das classes populares passou a corresponder uma ideia peculiar de *participação* na qual “a sociedade civil não ‘toca’ as áreas onde o poder se realiza” (VALLA, 1986, p. 173), e a ênfase é dada numa “cooperação” passiva que, em geral, deve incluir não só a aceitação dos projetos do Estado, sem questionamento, como a adesão orgânica a eles, muitas vezes sob a forma de uma mão de obra gratuita, como nos casos de mutirões habitacionais, para limpeza de escolas ou aquisição de equipamentos elementares.

Em suas discussões sobre o fracasso escolar e as explicações comumente dadas a esse respeito, Valla mostra o quanto a tendência a se perceber as classes populares como despreparadas realiza-se de forma complexa, podendo aparecer nas ações estatais mais claramente identificadas com as concepções e os interesses dominantes, mas, também, na atuação dos profissionais técnicos dos serviços públicos, mesmo daqueles que compreendem essa atuação como comprometida com os interesses populares. Isto porque essa desqualificação do saber popular tem como seu contraponto relações de dominação que se realizam por diferentes meios, entre outros, pelo “monopólio do saber técnico que secundariza o saber acumulado da população trabalhadora, quando lança mão da escolaridade formal como parâmetro de competência” (VALLA, 1994, p. 119).

As formas de limitação da participação política e social dos pobres, que, por vezes, constituem verdadeiras políticas de contenção e de controle, dão-se por várias vias. Uma dessas vias, extremamente eficaz, é a contenção dos pobres pela própria escassez. Nesse sentido, inúmeros estudos de Valla se dedicam a mostrar os limites concretos que impossibilitam condições iguais de participação, em contraposição a discussões que enfatizam a falta de condições intelectuais dos pobres como a causa da sua baixa ou inadequada participação.

Mas as ideias de Valla sobre a desqualificação sistemática das classes populares não se ancoram apenas no estudo *das ações dirigidas às classes populares*; ancoram-se, igualmente, no dedicado estudo *das ações dessas classes*, com ênfase tanto nas formas como estas se relacionam com as ações (ou falta de ações) governamentais quanto nas formas particulares como os pobres compreendem e organizam a própria vida.

A literatura sobre movimentos sociais apresenta um grande número de trabalhos cujo foco é a capacidade de *resposta direta* das classes populares aos problemas que as atingem, privilegiando-se o enfrentamento direto entre movimentos e Estado como o tipo de ação do qual se deduz as características principais da capacidade de organização e de ação das classes populares. Nos textos de Valla, percebe-se que a preocupação central não é identificar e analisar as respostas diretas, características dos movimentos mais organizados, mas entender os movimentos nas suas dificuldades, nas suas estratégias, nas mediações entre a luta possível e a vida que precisa ser tocada. O interesse em entender como as classes populares vivem, considerando suas diferenciações internas, levou-o a não se ater apenas à dimensão simbólica da desqualificação que lhes é atribuída. É fato que o Estado dificulta uma maior participação popular através da difusão da ideia de que os pobres não têm capacidade para propor acerca dos problemas que enfrentam. Mas é fato, também, que o acúmulo de discussão a respeito de como se realiza essa desqualificação, no plano simbólico, não deve nos eximir de continuar investigando a permanente recriação, tantas vezes dirigida pelo próprio Estado, de condições concretas de vida e de condições de participação que, por si só, são um obstáculo à inserção de imensos setores sociais em processos participativos diversos. Limites concretos à participação são impostos direta ou indiretamente através de um controle das condições materiais de vida dessas classes, um controle que não é só de bens e serviços, mas que se realiza, de forma mais eficaz, através da forma como a expropriação de bens e serviços encontra-se vinculada à organização do tempo e do espaço de vida dos pobres.

Tal como nas discussões de Milton Santos (1998 e 2000), percebe-se, nos estudos de Valla, que a escassez é permanentemente recriada, mas com diferenças no tempo e no espaço, de tal modo que a diferentes tipos de escassez – “diferentes ‘patamares’ de onde parte a população para garantir a reprodução diária de sua vida” (VALLA, 1994, p. 100) – correspondem diferentes “tipos de cidadania”, marcados por desiguais possibilidades e condições de ação e, conseqüentemente, de participação.

A diferentes padrões de vida correspondem diferentes padrões de intervenção política, não só porque se trata, por vezes, de lutar pela conquista sofrida de condições elementares que há muito já foram implantadas e atualizadas para outros segmentos sem que isso fosse apresentado como concessão do Estado, mas porque se trata de lutar por essas coisas elementares a partir de um cotidiano que não faculta as condições de tempo, deslocamento, elaboração e acúmulo que seriam necessários para o devido enfrentamento dos obstáculos antepostos às reivindicações populares.

Essa forma de apreensão do problema permite a Valla problematizar vigorosamente as noções de direitos e de participação social predominantes no debate sobre desigualdades sociais no Brasil. Tal como já discutimos em outra ocasião (ALGEBAILLE, 2009), a atenção aguda de Valla aos variados âmbitos de destituição social possibilitou a percepção refinada dos vínculos entre práticas, ações e relações que podem não parecer significativas quando são vistas isoladamente, mas que, apreendidas em seu nexos, evidenciam-se como potentes dispositivos de interdição sistemática das tentativas de intervenção das classes populares no curso das políticas e práticas que lhes sequestram direitos.

A concepção de público daí resultante é inconformista. Afirma incondicionalmente a necessidade de participação de todos os segmentos sociais nos processos que resultam em definição de noções e de formas de exercício de direitos. Recusa pesos e medidas diferenciados para os diversos grupos sociais. Evidencia que os limites à participação popular não se dão, em nosso contexto, apenas nos espaços e processos participativos de larga escala e mais institucionalizados, como nos conselhos de políticas, mas também nos espaços mais difusos e banais de produção cotidiana da vida cidadã, como a participação difusa nas relações escolares e nas tentativas de acesso ao atendimento à saúde, em que formas diversas de cassação da fala e de interdição de ações são realizadas sistematicamente, sem que, no entanto, seja totalmente visível essa sistematicidade e sem que percebamos as formas capilares de nossa adesão ou consentimento a essa matriz de ação. Trata-se de uma concepção de público que não se destina a ser venerada como utopia, mas a ser exercida no tempo presente, sustentando a reconstrução profunda das condições de participação dos sujeitos na produção histórica das noções e das formas de exercício de direitos. Nos textos de Valla, está clara a afirmação de que a participação é um jogo em que não cabem prévias nem ensaios, em que o “aquecimento” é a própria ação: participar é participar, por qualquer meio, pelos meios disponíveis, por todos os meios.

Implicações para a pesquisa e a ação

Observando-se os artigos aqui reunidos, é possível perceber que a concepção de participação pública acima apresentada não se constituiu como uma formulação referida a uma esfera de vida e ação *externa* à esfera da produção de conhecimento. Trata-se de uma concepção implicada tanto com os desafios da participação política e cidadã em geral quanto com os próprios desafios da prática investigativa crítica e socialmente compromissada, com inegáveis repercus-

sões sobre a compreensão a respeito das instituições e pesquisas acadêmicas e, conseqüentemente, dos modos de conceber e organizar uma investigação em todos os seus aspectos e momentos de realização.

Se entendermos a pesquisa como meio e oportunidade de produção de conhecimentos que possam servir à produção de uma vida social de novo tipo, um primeiro aspecto a considerar diz respeito à própria “escolha” dos temas de pesquisa. Vale observar, desde já, que a diversidade de temas dos artigos desta coletânea expressa a compreensão de que conhecer as classes populares requer atenção e abertura para *acompanhar suas movimentações* mais significativas. São muitas as implicações metodológicas dessa compreensão, e a primeira delas relaciona-se ao fato de que, nesta perspectiva, a “escolha do tema” não é exatamente resultante de uma decisão por parte do pesquisador, mas de sua capacidade de escuta e apreensão das ênfases delineadas na própria realidade investigada.

No que diz respeito à pesquisa sobre as ações das classes populares, observa-se que, entre o fim da década de 1970 e o início da década de 1990, um importante ângulo de discussão se dava a partir da abordagem das relações diretas dessas classes com o Estado. O foco de muitos estudos era colocado nos enfrentamentos, nos embates, nas reivindicações e, conseqüentemente, na constituição das entidades representativas que, com suas pautas e agendas de ações, protagonizavam essas relações indiscutivelmente importantes na cena política.

Não por acaso, a partir de meados da década de 1990, as mudanças nos modos de organização e de presença política dos movimentos sociais foram frequentemente interpretadas por contraste com os momentos anteriores, enfatizando-se a perda de potência desses movimentos e sua degradação, frente à disseminação de práticas de cooptação, partidarização e aparelhamento.

Simultaneamente, porém, era possível observar o novo peso adquirido por outras práticas sociais que, apesar de frequentemente lidas “em negativo”, indicavam importantes deslocamentos nas movimentações fundamentais das classes populares. Para Valla, a compreensão das classes populares implica disposição em acompanhar essas movimentações de modo a entender os sentidos que apresentam para aqueles que as protagonizam, e não apenas para assinalar seu significado no contexto das lutas políticas mais institucionalizadas, protagonizadas por entidades formais e atores políticos de ampla repercussão. É nesse sentido que os mais cotidianos âmbitos de atuação social – educação escolar, práticas de saúde, religiosidade popular... – tornaram-se centrais em seus estudos: eles proporcionavam uma maior proximidade com as estratégias cotidianas de organização da vida, com valores, ações e relações em formação, aspectos fundantes da ação coletiva, que, no entanto, tornam-se intangíveis quando o foco é a organização já instituída.

Se a imersão de imensos contingentes populacionais em práticas religiosas indicavam, para muitos, uma intensificação da alienação, para Valla essa situação não carregava consigo uma resposta, mas relevantes indagações, que deveriam ser perseguidas pelo pesquisador, pelos profissionais de políticas

sociais, pelos participantes de partidos políticos: que mundo é esse, que práticas e relações são essas, para os quais essas pessoas estão dando as costas? Quais os sentidos da recusa dessas formas de enfrentamento? Que outras formas de enfrentamento, de “resposta”, estão sendo geradas ao largo das formas políticas até aqui consolidadas? Que critérios de efetividade usam para recusar ou aceitar uma ou outra forma de resposta? Que mudanças efetivas são operadas em suas vidas a partir dessas escolhas? Que medidas de validade são usadas para se preferir determinadas práticas a outras?

A atenção a essas movimentações não é fundamental apenas para a “escolha” de temas de pesquisa. É, antes, fundamental para se perceber os diferentes elementos de uma realidade em relação, atentando-se para sua *presença* na constituição dessa realidade, mas também para o *peso* que cada um desses elementos adquire ao longo dessa relação. No caso da pesquisa sobre classes populares, é fundamental estarmos atentos às *mudanças de peso* dos diferentes âmbitos de ação na orientação da vida social. É nesse sentido que o tema da religiosidade, presente desde os primeiros textos de Valla, como um dentre outros aspectos considerados nas estratégias de organização da vida das classes populares, assume posteriormente inegável centralidade. A ênfase progressiva nas práticas religiosas indica, neste caso, seu acompanhamento não apenas da intensificação dessas práticas na composição das bases de orientação da vida das classes populares. Indica também sua percepção da progressiva perda de importância e da capacidade de controle das instituições sociais modernas sobre a vida social, *movimentação* cujos sentidos devem ser seriamente investigados em um contexto, como o brasileiro, no qual certas instituições vão perdendo a autoridade sobre a vida social sem que tivessem jamais se tornado acessíveis a todos.

Nessa perspectiva, o afastamento – seja de qual sentido for – das classes populares em relação à participação nas discussões dos assuntos que lhes dizem respeito remete a dois momentos fundamentais de investigação: um que indaga sobre os mecanismos que criam e recriam esse afastamento de forma concreta ou simbólica; outro que pergunta sobre *como vivem* e *o que fazem* essas classes diante de tal afastamento.

A tentativa de compreensão das ações das classes populares, a própria afirmação de que *elas agem* (em um contexto no qual inúmeras discussões ressaltam o descenso dos movimentos sociais e a manipulação dos pobres pelas igrejas, pelo tráfico, pelos políticos...), traz uma série de implicações para a pesquisa. Em debates e conversas recentes, Valla se mostrou preocupado com a centralidade atribuída à questão dos embates. A discussão sobre as transformações sociais, especialmente a discussão feita pelos partidos políticos de esquerda e por parte do pensamento acadêmico a ele vinculado, estaria fortemente dirigida aos enfrentamentos e às rupturas. Valla observava, no entanto, em inúmeros movimentos atuais, uma recusa a esse direcionamento e uma afirmação de formas próprias de ação, identificando, aí, parte importante das dificuldades de interlocução entre partidos políticos e movimentos sociais.

Onde parte da esquerda via imobilismo, descenso dos movimentos sociais, Valla buscou apreender ações e valores em elaboração. Ações e valores

de outro tipo, mas que podem, talvez exatamente por isso, por sua autenticidade, prenciar possibilidades e modos de mudanças ainda não pensados. Desconsiderar isso correspondia, para Valla, renunciar à possibilidade de mudança. Por isso, a apreensão e compreensão dessas formas de desencontros, dessas dificuldades de escuta e diálogo, dessa “crise de compreensão”, ocupou grande parte – parte especialmente potente – das pesquisas e formulações de Valla.

O foco nas ações das classes populares, nas suas diferenciações internas e em relação a outras classes e grupos sociais, levou Valla a rastrear conceitos que dessem conta de apreender aspectos dessa diversidade. A atenção às categorias *previsão e provisão* (2000, p. 15), tal como usadas pela professora Lygia Segala, são um importante exemplo de suas buscas de formulações que o aproximassem das diferentes direções e temporalidades que orientam as ações de diferentes agentes, atores ou sujeitos.

As ações técnicas empreendidas pelo Estado são voltadas à previsão, portanto, dirigidas ao futuro e pautadas por uma noção alargada do tempo, na qual o presente é o momento de uma antecipação. As ações das classes populares, tão marcadas pela necessidade de provisão, dirigem-se, muitas vezes, a um presente que não pode ser lugar da antecipação em um contexto e modo de vida no qual o futuro associa-se apenas à ideia de incerteza. Dessas diferentes relações com as coisas no tempo surgem, certamente, diferentes estados de percepção da vida e de organização da ação, aos quais, por sua vez, correspondem diferentes condições de pensamento e estados emocionais. Quem precisa todo dia dar conta do que é essencial à sobrevivência, vive em um “estado de emergência permanente” (VALLA e STOTZ, 1994b), um estado de prontidão que acaba por exigir estratégias de sobrevivência, muitas vezes, elaboradas como soluções coletivas. Valla percebe essas estratégias como uma espécie de “economia das ações”, ou seja, uma “ciência” ou uma “arte” populares nas quais são avaliadas permanentemente as relações entre o tempo e a energia despendidos em cada ação e seus efeitos concretos. Seria impossível traduzir isso, porém, na equação clássica da relação custo-benefício, pois se trata de relações e processos cuja efetividade não pode ser aferida por meio de um inventário dos ganhos quantificáveis.

A ideia de *resolutividade*, com que Valla trabalha, expressa bem a forma complexa como se organizam essas estratégias populares. Numa tradução simplificadora, a resolutividade seria a capacidade de um determinado serviço responder concretamente a uma determinada demanda. Na concepção com a qual Valla trabalha, fica claro que as possibilidades desse atendimento, no caso das classes populares, apresentam problemas tanto nos seus aspectos concretos, mais objetivos, quanto nos aspectos de caráter mais simbólico e subjetivo. No caso do atendimento médico, por exemplo, parte significativa da demanda é movida por queixas impossíveis de serem efetivamente abordadas num formato de atendimento que reserva pouquíssimos minutos ao paciente e tende à medicalização de sintomas para os quais o remédio, quando chega a ser minimamente adequado, apenas atenua um problema que requer outros elementos para seu efetivo enfrentamento.

Outra indicação metodológica possível de se depreender dos textos diz respeito ao modo de consideração e abordagem de determinados aspectos ou práticas analisados. Um exemplo importante é relativo ao seu modo de organizar a pesquisa a respeito do controle social realizado por inúmeras instituições assistenciais, governamentais ou religiosas, cuja história se confunde, no Brasil, com a própria história da pobreza e dos pobres nas áreas urbanas. Valla não trata esse controle social, necessariamente, como *ação matriz*, mas como *resposta*, e isso lhe possibilita dar visibilidade à forma particular como se estrutura a pobreza no Brasil e sua relação com a formação do Estado. Considerar o *controle social como resposta* implica reconhecer, nas ações das classes populares, um protagonismo e uma dimensão criadora, ainda que atenuada, mas, certamente, algo mais que mera reação e reprodução. Para Valla, “há formas de resistência que surgem das próprias situações criadas, e não necessariamente como respostas à dominação” (1986, p. 193). Muitas das ações estatais de cunho social hoje estudadas constituíram-se, a rigor, como tentativas de respostas – ainda que falsas respostas – a formas de ação das classes populares que, ao largo das ações do Estado e diante das suas omissões, constituíram-se afirmativamente como tentativa de produção autônoma de solução para os problemas que se apresentavam. Mesmo diante de um controle pela escassez, as classes populares se organizam e agem, provocando respostas, por parte do Estado, que não estavam previstas e que não podem ser compreendidas dentro de uma perspectiva que só reconheça protagonismo nas formas mais institucionalizadas de ação.

Os textos de Valla ressaltam que as pesquisas, as atividades docentes, a militância político-partidária, o exercício e o acompanhamento de políticas públicas e a inserção nas diferentes formas de lutas populares podem ser – devem ser – considerados como momentos fundamentais de conhecimento das classes populares, considerando “o movimento iniciado nas coisas” (GRAMSCI, 2002), e, ao mesmo tempo, momentos de construção do público, uma construção que, longe de se dar por meio de prescrições, precisa ser viabilizada por meio da refundação compartilhada de práticas e objetivos públicos.

Para concluir, tomamos a liberdade de lançar mão de uma parte de texto anterior (ALGEBAILLE, 2009) para reafirmar que essa orientação é bem evidente nas *ações* de Valla: “...nas suas tentativas de uso da estrutura e das prerrogativas institucionais da academia para ampliar seus vínculos com ‘a rua’, com os espaços onde a vida transcorre a partir de referências diversas o suficiente para provocarem estranhamentos que abalem certezas e fazeres fossilizados; na sua opção rigorosa por orientar estudos vinculados à pesquisa social orgânica; no seu empenho em disseminar práticas e valores que, por vezes, correm na contramão de exigências acadêmicas bastante consagradas; nas suas insistentes práticas de alargamento e recriação de campos de interlocução, envolvendo a valorização da participação em espaços não polarizados pelas regras, valores e formas de prestígio acadêmico, a reconstrução de modos de ver e de ouvir o que não se conhece, a busca de modos de falar e escrever que não circunscrevam a produção científica a um campo de iniciados.

Ao longo de sua história de trabalho, essas disposições e modos de conhecer encarnam diversas ações e delas se desdobram. A criação do Cepel – um centro de estudos e pesquisas que atuou por mais de dez anos na Leopoldina, área suburbana do Rio de Janeiro intensamente ocupada por favelas e conjuntos habitacionais populares – é exemplar desse caso. Aproximando professores e estudantes universitários, profissionais de políticas públicas, militantes políticos, parlamentares, moradores da região, movimentos sociais e igrejas, o Cepel funcionou quase como um “partido”, na concepção larga dada ao termo por Gramsci, constituindo-se como espaço de agregação de diferentes ações e sujeitos, de produção de conhecimentos a partir do encontro entre modos de conhecer diversos e de difusão desses conhecimentos por meios e formas inusitadas.

Também exemplares são suas proposições de metodologias de pesquisa que funcionam como verdadeiros programas de ação, desarranjando modos instituídos de abordagem dos ‘objetos’, por meio da produção de contextos de investigação em que as falas cassadas e as ações interditas ganham condições de expressão, provocando formas inéditas de interlocução, em que, tal como discutido por Vera Telles (2001), os aparentes dramas individuais passam a ser percebidos como problemas da vida pública do país. É o caso da Ouidoria Coletiva, que funda espaços concretos de elaboração coletiva de problemas públicos vividos a partir de pontos de vista diferentes, por diversos segmentos de profissionais e de usuários.

Seria possível, nessa linha, lembrar seu empenho em se fazer presente nos espaços de formação de profissionais do campo social, interpelando as tendências à reprodução cotidiana de ações que intensificam a apartação das classes populares em relação aos direitos; atuando no enfrentamento dos distanciamentos entre profissionais e usuários de serviços referidos a direitos; exercitando a formação profissional para além das práticas institucionais manifestamente dirigidas a esse fim, construindo espaços de encontro que disputem, com as condições institucionais vigentes, os sentidos da ação desses profissionais, garantindo-lhes referências sociais sólidas, implicadas com a produção compartilhada de objetivos públicos. Seria possível muito mais: lembrar sua renovada disposição para a participação partidária; sua história de participação em conselhos de políticas públicas; suas contribuições à constituição de redes de movimentos sociais...”

É dessa agenda de ações que foi possível brotar a pauta de questões aqui brevemente apresentada. Questões que, devidamente consideradas, podem constituir um bom sentido para a vida e um fermento para novos estudos, agregações e ações. O movimento foi iniciado...

Bibliografia de Referência

ALGEBAILLE, E. Unidade entre pensamento e ação. In: A contribuição de Victor Valla ao pensamento da educação popular. *Revista Brasileira de Educação*, v. 14, p. 576-590, 2009.

FERNANDES, F. *Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1975.

_____. *A revolução burguesa no Brasil. Ensaio de interpretação sociológica*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

GRAMSCI, A. *Cadernos do cárcere*. Vol. 3. Maquiavel – Notas sobre o Estado e a política. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

_____. *Cadernos do cárcere*. Vol. 5. O Risorgimento – Notas sobre a história da Itália. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

MARTINS, J. de S. *Caminhada no chão da noite*. São Paulo, Hucitec, 1989.

OLIVEIRA, F. *O elo perdido: classe e identidade de classe em Salvador*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

SANTOS, M. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. RJ/SP: Record, 2000.

_____. *A Revolução Tecnológica, a experiência da escassez e os limites da globalização atual*. Discurso proferido na ocasião do recebimento do título de Doutor Honoris Causa da Universidade de Brasília. Mimeo, 1999.

TELLES, V. da S. *Pobreza e cidadania*. São Paulo: Editora 34, 2001.

VALLA, V. V. *Educação e favela*. Petrópolis: Vozes, 1986.

_____. *Movimentos sociais, saúde e a questão da verba pública*. Petrópolis: Centro de Defesa dos Direitos Humanos, 1987.

_____. *Educação, saúde e cidadania: investigação científica e assessoria popular*. In: *Cadernos de Saúde Pública*. Rio de Janeiro: v. 8, n. 1, jan./mar., 1992

_____. *Educação popular e conhecimento: a monitorização civil dos agravos à saúde nas metrópoles brasileiras*. In: VALLA, V. V. e STOTZ, E. N. (Orgs.). *Participação popular, educação e saúde: teoria e prática*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1993.

_____. *A crise da compreensão é nossa: procurando compreender a fala das classes populares*. *Educação e Realidade*, 2:177-190, 1996.

_____. *Participação popular e saúde: a questão da capacitação técnica no Brasil*. In: VALLA, V. V. e STOZ, E. N. (Orgs.). *Participação Popular, Educação e Saúde: Teoria e Prática*. 2. ed. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, p. 77-92, 1997a.

_____. *Educação popular e saúde. A religiosidade popular como expressão do apoio social*. In: VASCONCELOS, H. S. R. e MATA, S. F. (Orgs.). *20 Anos de Educação Ambiental Pós-Tbilisi*. Rio de Janeiro: PUC-Rio/UFRJ, p. 114-132, 1997b.

_____. *A construção desigual do conhecimento e o controle social dos serviços de educação e saúde*. In: VALLA, V. V. e STOZ, E. N. (Orgs.). *Participação Popular, Educação e Saúde: Teoria e Prática*. 2 ed. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1997c.

_____. Educação e saúde do ponto de vista popular. In: VALLA, V. V. (Org.). *Saúde e educação*. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2000.

_____. Procurando compreender a fala das classes populares. In: VALLA, V. V. (Org.). *Saúde e educação*. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2000.

_____. O que a saúde tem a ver com a religião? In: VALLA, V. V. (Org.) *Religião e cultura popular*. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2001.

_____. Pobreza, emoção e saúde: uma discussão sobre pentecostalismo e saúde no Brasil. *Revista Brasileira de Educação*. Campinas, n. 19, p. 63-75, 2002.

VALLA, V. V. e GARCIA, R. L. *A fala dos excluídos*. Rio de Janeiro: Papirus, 1996.

VALLA, V. V. e STOTZ, E. N. (Orgs.). *Participação Popular e Saúde*. Petrópolis: Centro de Defesa dos Direitos Humanos de Petrópolis (CDDH) e Centro de Estudos e Pesquisas da Leopoldina (Cepel), 1989.

_____. *Educação, saúde e cidadania*. Petrópolis: Vozes, 1994a.

_____. As respostas do movimento popular ao “estado de emergência permanente”. In: VALLA, V. V. e STOTZ, E. N. (Orgs.). *Educação, saúde e cidadania*. Petrópolis: Vozes, 1994b.

_____. *Participação popular, educação e saúde: teoria e prática*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1997d.

VALLA, V. V. e HOLLANDA, E. A escola pública – fracasso escolar, saúde e cidadania. In: VALLA, V. V. e STOTZ, E. N. (Orgs.). *Educação, saúde e cidadania*. Petrópolis: Vozes, 1994c.

VALLA, V. V. e SIQUEIRA, S. A. V. O centro municipal de saúde as necessidades de saúde da população trabalhadora – encontro ou desencontro? In: VALLA, V. V. e STOTZ, E. N. (Orgs.). *Educação, saúde e cidadania*. Petrópolis: Vozes, 1994d.

VALLA, V. V., STOTZ, E. N., ALGEBAILLE, E. (Orgs.). *Para compreender a pobreza no Brasil*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005.

Mantendo severa vigilância sobre a população favelada³ (O Relatório SAGMACS, 1958-1960)

Victor Vincent Valla

³ Este texto foi originalmente escrito em 1980, como parte dos textos de trabalho resultantes da pesquisa *Para uma formulação teórica da educação extraescolar no Brasil: educação, ideologia e as favelas do Rio de Janeiro – 1930-1980*, realizada no âmbito do Mestrado em Educação do Instituto de Estudos Avançados em Educação, da Fundação Getúlio Vargas (IESAE-FGV) e financiada pela Finep, sendo reelaborado em 1984 e publicado no livro *Educação e Favela*, pela Editora Vozes, em 1986. Entre outros trabalhos, esse tema também foi abordado no artigo “Educação, participação, urbanização: uma contribuição à análise histórica das propostas institucionais para as favelas do Rio de Janeiro, 1941-1980”, publicado nos *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, 1 (3): 282-296, jul/set, 1985. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/csp/v1n3/v1n3a02.pdf>

Segundo uma autoridade policial, as batidas são mais para assustar o povo das favelas do que propriamente para prender criminosos.

No Esqueleto, realiza-se a Festa do Apóstolo, que consiste na escolha de uma criança que recrutou maior número de companheiros para o catecismo e a quem é conferido o título de apóstolo do ano.

No dia da tabuada, faço uma pergunta e a resposta deve estar na ponta da língua. Quando o aluno não sabe, pergunto a outro. Se ele responde certo, tem direito de aplicar a palmatória naqueles que não souberam responder a pergunta. (Professora da escola Particular da Barreira do Vasco)

Pede-se aos pais para estimularem o seu filho no sentido de bem servir e respeitar os seus mestres, pois assim procedendo estarão engrandecendo o ensino e a coletividade. (Diretriz da Escola Particular Professor Mourão Filho, morro do Bom Sucesso)

Introdução

O estudo *Aspectos Humanos da Favela Carioca*, uma análise socioeconômica elaborada pela Sociedade de Análises Gráficas e Mecanográficas Aplicadas aos Complexos Sociais (SAGMACS), merece ser analisado, a nosso ver, porque é um documento expressivo de um período de forte disseminação de programas de ação destinados ao controle da população pobre, oferecendo subsídios para a compreensão das propostas das primeiras instituições atuantes no espaço das favelas, no Rio de Janeiro, mas também fornecendo bases importantes para o estudo das propostas que se constituíram depois.

O estudo em questão, daqui por diante chamado Relatório SAGMACS, encomendado pelo *O Estado de São Paulo*, levou dois anos para ser concluído e foi efetuado por uma equipe de mais de 20 técnicos. Publicado no próprio *O Estado de São Paulo*, em abril de 1960, na forma de dois suplementos especiais, a pesquisa teve sua orientação imprimida principalmente pelo Padre Louis Joseph Leuret e por José Arthur Rios, com a colaboração de Carlos Alberto de Medina.

Até hoje, esse estudo é considerado por muitos como um dos trabalhos mais exaustivos existentes no Brasil sobre a questão das favelas do Rio de Janeiro. O estado de São Paulo coloca como seu objetivo “chamar a atenção dos governantes, administradores, legisladores, políticos e estudiosos das questões sociais para esse fenômeno (...) e oferecer um trabalho (...) isento de paixões políticas e ideológicas” (Relatório SAGMACS, 1960, p. 2-1⁴).

Antes de entrar na própria discussão dos dados deste estudo, parece-nos importante situar o seu aparecimento na conjuntura. Num ambiente de industrialização, “desenvolvimento” e “modernização”, na euforia da suposta passagem do país da categoria de subdesenvolvido para a de desenvolvido, e depois de todos os esforços da Fundação Leão XIII e da Cruzada São Sebastião, há mais favelas e mais moradores. Novamente, como em cada conjuntura, as autoridades perguntam: o que fazer com as favelas e com os seus residentes?

⁴ O Relatório SAGMACS se divide em três partes. As citações no texto fazem referência às páginas e às partes. Assim, “p. 2-1” se refere à página 2 da primeira parte.

E mais uma vez parece que a resposta está na realização de um estudo mais aperfeiçoado e mais detalhado. Esse estudo, aliás, traz uma inovação: em suas conclusões, são apresentadas sugestões, que vão se constituir no projeto de trabalho implementado através do Serviço Especial de Recuperação das Favelas e Habitações Anti-Higiênicas (SERPHA), a partir de 1960. Ressalta-se que esta instituição, fundada em 1956, pela Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro, é a primeira tentativa do estado no sentido de atender às favelas *in loco*, ou seja, em contato direto com os moradores.

Na época do Estado Novo, reclamava-se que não havia estudos exatos, e nessa conjuntura reclama-se por um estudo neutro e objetivo. Assim, a pesquisa em questão veicula uma visão de sociedade mais ou menos equilibrada, mas com manchas de miséria, que não são eliminadas por falta de planejamento e compreensão. Mais uma vez, a problemática do capitalismo e da sociedade de classes é escamoteada como causa principal das favelas.

Apresentamos, inicialmente, aspectos de algumas tabelas do relatório que ajudam a compreender a conjuntura e a crescente preocupação das autoridades com respeito às favelas e seus moradores.

TABELA 1

Custo de vida do Distrito Federal – 1948-1957 (média no Brasil em 1948 – 100)			
Ano	Distrito Federal	Ano	Distrito Federal
1948	122	1953	240
1949	132	1954	286
1950	145	1955	345
1951	175	1956	428
1952	213	1957	502

Fonte: Relatório SAGMACS (1960, p. 5-1)

TABELA 2

Relação favela / moradores / população geral no Distrito Federal – 1950-1960			
Ano	Número de favelas	População favelada	População geral
1950	59	169.300	2.377.451
1960	147	335.000	3.281.908
Crescimento (%)	47%	149%	37%

Fonte: Parisse (1969, p. 145)

TABELA 3

Relação população geral / população favelada do Distrito Federal: Origens		
Origem	População geral	População favelada
Distrito Federal	56%	37%
Rio de Janeiro	15%	25%
Minas Gerais	8%	16%
Espírito Santo	2%	7%
Norte / Nordeste	10%	9%

Fonte: Relatório SAGMACS (1960, p. 13-1)

Considerando que os dados das tabelas 1 e 2 são autoexplicativos, evidenciando o aumento progressivo tanto do custo de vida quanto da população residente em favelas, cabe-nos comentar aqui os da tabela 3. Percebe-se que a trajetória da maioria dos moradores de favelas do Rio de Janeiro não é muito longa, já que 37% são da própria cidade e o total de 64% tem suas origens no próprio estado. Este fato demonstra, a nosso ver, que a elevação do custo de vida na área do Grande Rio tem evidentes relações com a “favelização” da cidade do Rio de Janeiro, e que, portanto, esta não decorre apenas dos problemas relacionados ao êxodo rural de outros estados, causa frequentemente apresentada pela mídia e pelos governos. Ou seja, na década de 1950, não era somente o “êxodo rural” que explicava o crescimento das favelas, mas também a pauperização da própria população carioca. Esses dados demonstram, ainda, que as soluções sugeridas, pelo menos para essa conjuntura, teriam de se orientar não tanto para impedir o êxodo rural e fixar o homem no campo, mas para como lidar com uma população crescentemente pauperizada dentro da própria cidade do Rio de Janeiro.

O relatório comenta esse problema: “a população favelada cresce três vezes mais que a população carioca (...) houve uma supervalorização dos imóveis, que chegaram a concorrer com a indústria como forma de investimento, dada a instabilidade da moeda (...). Nesse conjunto de fatores (...) todos os elementos da valorização imobiliária, o custo da construção em material e mão de obra, o valor dos terrenos e o preço dos aluguéis, somados às dificuldades dos transportes, vieram agravar a crise predial que em grande parte explica a formação das favelas (...). Essas forças econômicas tenderiam a impelir as massas proletárias para a periferia: mas a crise dos transportes fez com que buscassem abrigo no próprio centro urbano” (Relatório SAGMACS, 1960, p. 5, 7-1).

Interpretação dos dados colhidos do relatório

Os dados apresentados no Relatório SAGMACS foram colhidos por pesquisadores e envolvem observações de moradores, de pessoas que representam instituições formais e não formais nas favelas, bem como conclusões dos próprios pesquisadores. Embora se note uma tentativa de “neutralidade” da parte dos pesquisadores, forçosamente transparece sua concepção da socie-

dade e dos moradores. Assim, em última instância, o Relatório representa a visão de mundo dos pesquisadores, como a interpretação desse estudo representa nossa visão.

Cabe lembrar, também, que o conjunto de dados foi colhido dentro de uma conjuntura que é conhecida, dentro do processo histórico brasileiro, como sendo “democrática, aberta, participante, modernizante e desenvolvimentista”.

2.1 – Polícia

Uma das instituições vinculadas diretamente ao estado e cuja presença nas favelas é constante é a polícia. De acordo com o Relatório, a polícia seria um instrumento para garantir a segurança pública. Mas nossa análise do Relatório evidencia que, no caso dos moradores, a presença da polícia serve apenas para dificultar as suas vidas. O fenômeno da polícia nas favelas, na visão do Relatório SAGMACS, traduz-se da seguinte forma:

As constantes batidas policiais perturbam a rotina da vida dos favelados (p. 3-l). Os favelados não gostam de chamar a polícia. Espancam muito. Prendem-se muitos documentos (p. 25-l). Muitos barracos têm de ser construídos à noite para burlar as proibições da polícia (p. 20-l). Qualquer ida ao Distrito Policial acarreta grande perda de tempo, perda de horas de trabalho, e, portanto, prejuízo (p.23-l). Segundo uma autoridade policial, as batidas são mais para assustar o povo das favelas do que propriamente para prender criminosos (p. 35-l). Assim, o povo teme o mexerico, porque traz brigas, acarreta complicações com a polícia e a expulsão da favela (p. 33-l). As batidas policiais são indiscriminadas e podem envolver inocentes. A polícia pega só quase quem não deve. Essas batidas ficam apenas nas tendinhas, até onde o carro chega. Quando a polícia quer prender alguém, vem à paisana (p. 21-l).

Na prática, a Fundação Leão XIII e a Cruzada São Sebastião, através da sua presença, acabam colaborando para que essa atuação da polícia seja garantida, como se pode comprovar na seguinte descrição contida no relatório:

A favela do Cantagalo não tem posto policial e dois guardas estacionados no Centro Social da Fundação Leão XIII fazem o policiamento durante o dia. Ficam no Centro das 8 às 12h. Depois percorrem a favela, policiando os barracos até as 14h. Depois disso, acaba-se o policiamento e para qualquer ocorrência chama-se a radiopatrulha (p. 35-l). Frequentemente, onde funciona a Fundação Leão XIII, a Diretoria do Centro é chamada a apaziguar os ânimos. A ação de organização desse tipo vai tornando desnecessárias as intervenções da polícia (p. 33-l).

No relatório fica implícito que a diretora, como autoridade, está substituindo a polícia. A impressão dada é que, quando tem alguém “de fora” presente, há condições de “apaziguar os ânimos”. Na realidade, a diretora, na ausência de outro recurso, acabaria forçosamente chamando a radiopatrulha.

Nas favelas de Parada de Lucas e Rádio Nacional, a pedido da Cruzada São Sebastião, houve a formação de comitês locais da Cruzada; um morador é nomeado por essa organização, que se encarrega do policiamento dia e noite. Os moradores comunicam ao responsável a aparição de qualquer

elemento estranho (p. 35-l). No entanto, nem a polícia, nem as seções especializadas das Casas de Correção, nem a Procuradoria do Distrito Federal procuram sistematizar os dados recolhidos, aperfeiçoar os métodos de coleta, analisar as informações recebidas. Nem o Juizado de Menores, nem o SAM (Serviço de Assistência aos Menores), nem a Fundação Leão XIII possuem uma teoria, uma hipótese que explique ou justifique seus métodos de ação (p. 18-l).

Os moradores, no entanto, criam sua própria forma de segurança, utilizando fatores do sistema oficial para sua própria proteção. Assim,

...há policiais que têm amantes nas favelas, onde a polícia sabe de tudo e não toma providência (p. 25-l). Em muitas ocasiões, existe uma aliança ofensiva e defensiva entre birosqueiros e malandros que explica por que se escapou tantas vezes às malhas da polícia e às declarações dos alcaguetes (p. 35-l). Muitos birosqueiros vendem cachaça clandestinamente. A polícia apreende a mercadoria, fecha a birosca e prende o birosqueiro. No dia seguinte, retorna ao seu comércio (p. 19-l).

De passagem, é interessante notar a “lei seca”, isto é, a proibição de venda de aguardente, sendo implementada na favela, e não nos demais estabelecimentos na cidade.

Finalmente, o bando (de assaltantes) da Candelária chega a proteger os favelados contra assaltantes estranhos. Protegem as famílias locais. Se veem uma criança rindo de um velho, dão-lhe lições de respeito. Não gostam de injustiça. No São João, os malandros fazem os balões mais bonitos. O povo gosta de ver. Quando há batidas (os assaltantes) fogem para as partes altas do morro (p. 20, 21-l).

2.2 – Religião

De acordo com o relatório, a população favelada é como uma criança: não tem juízo próprio. Mais grave ainda, tem um moral baixíssimo e não tem noção de piedade. Assim, é necessário que a população favelada receba as suas lideranças a partir dos religiosos das várias igrejas. Essas lideranças têm o papel de ensinar os moradores a respeitar a Igreja, facilitar sua entrada nas favelas e colaborar com seus poucos recursos na construção dos templos. O desejo da população em participar das festas populares religiosas tem de ser subordinado a atividades mais sérias da religião, tais como: catecismo, missa, recuperação do moral e da piedade.

O povo favelado deixa-se levar por qualquer um, poucos são os que têm juízo formado. Esse traço se revela na sua conduta religiosa, como no comportamento político. Daí a importância da pessoa do sacerdote ou do líder no prestígio de determinada religião (p. 36-l). Inclusive, de acordo com a Igreja Batista, as pessoas estranhas sempre são de valor para a formação religiosa, pois têm mais prestígio (p. 31-l).

Uma freira do Parque da Gávea acha que o povo não tem muita piedade, nem muito respeito à Igreja. O ambiente é ruim, e o moral baixo. Adolescentes, crianças e até adultos procuram perturbar os trabalhos da Igreja. Também são perturbados por sessões de macumba que se desenrolam num terreiro atrás do templo (p. 36-l). Aliás, seitas mais recentes vêm revelando

grande vitalidade e poder de penetração, tais como Umbanda e a Legião da Boa Vontade (LBV) (p. 12-l).

A Igreja teve muita dificuldade em penetrar no Parque dada a má vontade dos elementos da antiga administração, quase todos sem religião. Atualmente, quando a Igreja organiza uma festa, a administração atual fornece auxílios para compra de material, oferece lanche. A capela foi construída com a ajuda dos moradores, que organizaram quermesses. Os moradores participam com entusiasmo dessas festas, não frequentam a Igreja. Participam com entusiasmo das procissões.

A cruzada oferece brindes às que tiveram maior frequência nas aulas de catecismo. No Esqueleto, realiza-se a Festa do Apóstolo, que consiste na escolha de uma criança que recrutou maior número de companheiros para o catecismo e a quem é conferido o título de apóstolo do ano (p. 37-l). Nesse mesmo ano, a Igreja lançou JOC (Juventude Operária Católica), em 1955, fundou um centro catequista, em 1956, fundou a Cruzada e, em 1957, um jardim de infância e um curso de corte e costura (p. 36-l).

No morro de São Carlos, o trabalho da Igreja é religioso e educativo. Os moradores ajudaram a construir uma capela e um galpão onde tem escola primária e carpintaria, esta ensinada por um padre (p. 36-l).

No esqueleto, o Centro de Quimbanda é muito frequentado pelas mulheres, como também a tenda do Centro Espírita. Numa outra favela, a Igreja dos Irmãos unidos da Bíblia tem uma boa construção de quatro salas. Toda semana tem atividades, todos os dias, com exceção de segundas e sextas. Com dois presbíteros e quatro diáconos, realizam assembleias, onde os necessitados pedem socorro da comunidade. Este socorro se concretiza através dos dízimos mensais (p. 36-l). A LBV penetra nas favelas através dos seus programas de rádio e pelos seus centros de ação social. Para campanha do Alziro Zarur, um morador contribuiu com Cr\$ 30.000,00, enquanto na Barreira do Vasco uns trinta legionários contribuem mensalmente com Cr\$ 10,00 a Cr\$ 100,00 (p. 36-l).

2.3 – Educação

Os moradores, particularmente as crianças, são ignorantes, sujos, violentos, indisciplinados, promíscuos e preguiçosos. Assim, a educação na escola da favela é principalmente uma educação de disciplina. O processo educacional nas favelas visa obrigar as crianças faveladas a se manterem limpas, evitar promiscuidade, estudar à noite nos barracos, passar de ano para não atrapalhar a carreira das professoras, ter respeito para com as autoridades, estar conscientes dos seus deveres como cidadãos (enquanto morador é invasor, enquanto cidadão é devedor), comer bem para se manter em boa saúde. Sendo as crianças das favelas violentas, frequentemente é necessário usar a força física, mas, uma vez que são crianças, utilizam-se também prêmios e brindes para garantir o bom comportamento.

As crianças que se originam de famílias de 6 ou 7 pessoas que convivem num barraco de 1 ou 2 cômodos precisam aprender a evitar a promiscuidade, fazer as tarefas escolares à noite, não dormir na aula e ser pontuais, principalmente nas favelas que ficam enlameadas nos dias de chuva. Criança ignorante precisa se conscientizar da importância de uma educação como forma de ascensão social.

No Morro da Providência, há a escola da Obra de Fraternidade da Mulher Brasileira. Uma pesquisadora da SAGMACS conta:

As crianças à minha entrada na sala de aula ficaram todas de pé e me saudaram com um cordial bom dia. A impressão que tive foi a melhor possível. Todos estavam uniformizados, limpos e bem penteados, e, de um modo geral, mostravam-se disciplinados, embora mostrando vivacidade. Atendendo um pedido da professora, todos se levantaram e com muita desenvoltura cantaram *Criança Feliz e Coelho Barrigudo*.

Numa favela, o aluno tendo mais de 20 faltas no mês, sem a devida justificacão, é eliminado da escola. Quando a professora verifica que um aluno compareceu sujo à aula, obriga-o a tomar banho. Aos três primeiros colocados, a escola dá um prêmio.

Como castigo, costuma prender depois da aula e pôr alunos de pé. Muitas crianças não aguentam devido à má nutrição (p. 29-l)⁵. A fim de minorar os efeitos da promiscuidade, mantém os meninos separados das meninas. O problema da disciplina é ter energia. “Preciso tomar conta dos alunos e não os alunos de mim.” Usa duas palmatórias, uma leve, outra mais pesada. “No dia da tabuada, faço uma pergunta e a resposta deve estar na ponta da língua. Quando o aluno não sabe, pergunto a outro. Se este responde certo, tem direito de aplicar a palmatória naqueles que não souberam responder a pergunta.” “Não sei por que alguns se entregaram ao crime. Foram dos melhores alunos que tive nos últimos anos.” (*Escola Particular da Barreira do Vasco*). (p. 30-l)

Nessa mesma favela a professora não nota nenhuma consequência nociva de promiscuidade, mas se ressentida de certos alunos que só frequentam a escola visando à distribuição de roupas e brinquedos que a Obra faz pelo Natal aos alunos regularmente matriculados (p. 29-l).

Quando falam errado, e as professoras as corrigem, respondem que sua mãe fala assim. Os alunos não estudam em casa, o que as professoras atribuem à falta de compreensão dos pais. Os alunos reclamam das salas de aula juntas, tendo apenas cortinas à guisa de separação. Reclamam do calor e dos bancos duros. No Morro da Providência, há uma escola particular onde a professora busca os alunos para evitar faltas e receber as mensalidades.

Quanto ao prosseguimento nos estudos depois do curso primário, a maioria abandona a escola, antes de concluir o primário, para se dedicar a emprego.

Em relação à participação dos pais, esperam que as professoras tomem a lição e ensinem a ler. A matemática é o centro de atenção dos pais, para os alunos poderem fazer contas e arranjar um emprego. Em algumas escolas, uma vez por mês, realiza-se uma reunião com os pais, mas estes não apresentam nenhuma sugestão ou reclamação. Segundo uma professora, os pais acham que tudo está bem, mas nunca se promoveu uma reunião entre eles e os mestres para apurar essa impressão.

Do lado dos professores, encontram o conflito entre a rotina burocrática do ensino primário e as necessidades da escola da favela. Uma das causas da transferência das professoras é a dificuldade de assimilação dos alunos, que, indiretamente, prejudica as mestras na sua vida funcional, já que os critérios

⁵ Dentre outras referências à questão da saúde, podemos destacar: “A mortalidade nas favelas parece agir com maior intensidade a partir de trinta anos de idade. Como as crianças são tratadas em hospitais na cidade, torna-se impossível discriminar a morte das crianças faveladas. Quando é possível detectar as causas, são geralmente por complicações intestinais. Anos atrás, o problema da água levou muitas crianças a morrerem de difteria. A gripe, quando ataca, atinge 400 em cada 1.000. Outras doenças comuns são tuberculose, sífilis e paralisia infantil. Frequentemente, há epidemias do alastrim e catapora, facilitadas pela proximidade dos moradores nos barracos, especialmente à noite e pelo uso comum da louça” (p. 25-l). “As mulheres que praticam aborto, usam toda sorte de processos e são vistas como as ‘da má vida’.” “É considerável o número de abortos naturais causados por excessos de trabalho, imprudência, deficiências alimentares, doenças mal curadas, imperícia de curiosos, pessoas amigas que satisfazem desejos de segurança e afetividade dos moradores, algo que a racionalização do hospital e a medicina científica não proporcionam” (p. 4-l). “Há um estado de doença permanente na favela. O normal é a doença, não a saúde” (p. 6-l).

de avaliação do seu trabalho são os mesmos que se aplicam ao ensino de escolas de outras áreas. As professoras têm sua promoção sustada se o número de alunos aprovados não for satisfatório (p. 30-l). Acham, no entanto, o programa da Prefeitura ótimo.

Nas escolas das entidades religiosas, os alunos não sabem muito bem como se portar e agem, na missa, como se estivessem em aula. Além da Prefeitura, do Distrito Federal, diversas instituições mantêm escolas nas favelas: a Fundação Leão XIII, há três mantidas pela Igreja Batista, uma dos pentecostais, uma da maçonaria, além das escolas particulares. Quarenta e quatro por cento dos favelados são analfabetos.

A Fundação Leão XIII mantém em algumas favelas escolas artesanais que visam suprir essas deficiências, isto é, aprendizagem de profissão. Mas, por exemplo, numa dessas escolas, o instrutor está sem receber material há mais de dois anos, devido à situação financeira da Fundação.

No Morro do Bom Sucesso, há a escola particular Professor Mourão Filho. Mantida pelo centro espírita, foi distribuído um boletim que teve, entre muitas outras, as seguintes regras:

Para os pais dos alunos:

Pede-se aos pais para estimularem o seu filho no sentido de bem servir e respeitar os seus mestres, pois, assim procedendo, estarão engrandecendo o ensino e a coletividade.

Nos estatutos, lê-se:

Verificado que é possível, haverá para os alunos que se distinguirem na conduta o 1º, 2º, 3º, e 4º lugares um ótimo prêmio.

Deveres dos professores:

Observar rigorosamente o horário, tratar os alunos com a máxima atenção e dedicação.

Exigir dos pais assiduidade do aluno e a obrigação dos deveres de casa.

Será cantado o Hino Nacional ao entrar, e ao sair o Hino Convicção Brasileira, de autoria do diretor.

Hino Convicção Brasileira

Vamos todos brasileiros

Defender nossa nação

Em torno da bandeira

Cantar essa canção.

Com risco de nossa vida

Defender nosso Brasil

Esta pátria é tão querida

Terra santa e remida.

As crianças do Brasil

Unidas devem estudar

Para defender a nação

Quando ela precisar.

És o herói do amanhã

Na sua pátria deve pensar

O Brasil precisa de ti

O bom brasileiro deve amar.

A escola é considerada um degrau importante no processo de sobrevivência ou de ascensão social. Para obter vaga, usam-se de todos os recursos: patrões, antigos chefes, cabos eleitorais, políticos.

Há no parque da Gávea um grupo escoteiro com sede. Só marcham e cantam. Quando erram, o chefe bate-lhes na mão com um pau.

Há escolas de morro em que o acesso se torna muito difícil com a chuva. Uma diretora do Salgueiro informa: “Se alguma das crianças se atrasa por

mais de 15 minutos, não poderá assistir à aula”. A merenda tem grande importância nas escolas que servem à favela.

Os novos alunos são classificados segundo a maturidade. Essa classificação e a criação de turmas “AE”, dos retardados e deficientes, representa um avanço. Nas turmas são frequentes os casos de repetência.

Os pesquisadores contam a experiência de assistir a uma aula numa favela: As crianças interrompem a professora. A maioria fazia outra coisa: brincava. Elas não têm o menor interesse na aula. Muito inquietas, não se importando com a presença da professora que se encontrava muito ocupada fazendo o álbum de uma aluna. Todos pulavam e corriam, enquanto a professora estava fazendo as correções de exercícios. Enquanto a professora lia alto num livro, as crianças brincavam. (p. 12,13-II)

A confusão era tanta na aula de religião que a professora mandava que as crianças fingissem que tinham educação. Outra professora diz que as crianças se comportam melhor quando ganham um prêmio e, como todos querem brilhar, consegue bom comportamento.

Numa época, a SEC aconselhou as diretoras que transferissem para a noite todos os alunos de 13 anos a mais e a medida estava causando protestos dos pais, além de provocar o abandono das aulas noturnas por muitos adultos que se sentiam envergonhados perante os garotos. (p. 15-II)

Uma professora diz que as crianças são muito agressivas e brigam muito. Quando os pesquisadores entravam, levantaram-se em silêncio. É muito difícil lidar com estas crianças, pois, quando querem dormir, dormem.

Na sala de aula cantam a seguinte canção:

Para ser forte e sadio

Preciso frutas comer

Vamos, vamos ao pomar

Muita frutinha escolher

Comida boa, escolhida

Horas certas para comer

São preceitos que vigoram

Para nosso bem viver.

Leite puro, beba sempre

Diariamente com prazer

Crianças tomando leite

Têm forças para crescer

Casa limpa, bom ar, boa comida

São saúde, prazer e longa vida,

Leite puro, mas bebido só

Depois de bem servido e lava as

Tuas mãos como um dever,

Antes de sentar para comer. (p. 15, 16-II)

O número de substituições de professores é grande. As instalações são precárias. Alguns professores chamam a atenção dos alunos, que não podem entrar em aula se não trouxerem o dinheiro da caixa da escolar.

Uma diretora acrescenta que, quando suas professoras têm boas relações sociais, isso facilita enormemente as atividades da escola, principalmente as atividades intraescolares.

Ao lado dessa rede de escolas públicas, há pequenas escolas particulares. Muitos as preferem porque são pagas e ensinam melhor que a escola pública. (p. 17-II)

2.4. A Fundação Leão XIII e a Cruzada São Sebastião

Estas instituições, vinculadas à Igreja Católica e trabalhando em conjunto com a Prefeitura, são entidades de assistência social e benfeitorias para os moradores. Assim, de um lado constrói Centros Sociais que oferecem serviços médicos, jurídicos, educacionais e sociais. A dificuldade de saber, através do relatório, como exatamente funcionam esses Centros, obriga-nos a observar sua ação diária com os moradores, isto é, a partir dos Centros, mas não necessariamente dentro dos Centros. De qualquer maneira, é possível perceber que a ação da Fundação Leão XIII e a Cruzada São Sebastião se resumem nas seguintes atividades: exercem as funções de vigiar os moradores, principalmente no sentido de proibir a construção de novos barracos ou reparo dos já existentes. Qualquer desobediência neste sentido, isto é, qualquer tentativa de um morador procurar melhorar ou zelar por sua moradia é respondida com o desmantelamento da obra. Para reforçar sua vigilância, oferece à polícia o abrigo dos seus Centros, a fim da “segurança” agir com mais eficácia. Além dessas atividades, estas instituições também proíbem a realização, nos seus centros, de festas de grupos de moradores que visem angariar fundos. Por outro lado, determinam ainda como os moradores devem se organizar, ou seja, como deve ser a forma de organização e que funções têm de ser exercidas. Quanto possível, ensinam ao morador que não é “favelado”, a fim de “aumentar” sua dignidade. A constante recusa dos moradores em aceitar esse tratamento pelas instituições como legítimo leva-as a promover a “atualização” e a “modernização” de suas técnicas de trabalho, visando com isto tornar seus procedimentos mais aceitáveis.

Na favela do Cantagalo não tem posto policial: apenas dois guardas estacionados no Centro Social da Fundação fazem o policiamento durante o dia. Na mesma favela, existe um depósito de água que não é utilizado, o que contribui para antipatizar a Fundação entre os favelados, pois o depósito fica dentro do Centro Social. Nessa favela, a água é causa de atritos e conflitos, ocasionando a intervenção da Fundação, sem nada conseguir. Mas oferece serviço médico, jurídico, escolar e social, e serve também aos morros Pavão e Pavãozinho. (p. 20, 21-I)

Ao mesmo tempo em que o Centro Social oferece curso noturno de alfabetização para adultos e artesanato para adolescentes, os moradores constroem seus barracos para escapar à vigilância da Fundação Leão XIII, que proíbe novas construções.

Há Centros da Fundação com ambulatórios e escolas, onde soldados da Polícia Militar usam o Centro como Posto Policial. Nas favelas onde a Fundação Leão XIII mantém seus serviços, procurou-se e ainda se procura, com o auxílio da Prefeitura, impedir o crescimento dos barracos. Impede não só a construção, mas a melhoria do barraco. Os favelados têm desejo de melhorar seus barracos, porém têm medo de fazer isso sem licença. Quando pensam em construir casas de alvenaria, seus líderes acabam aconselhando a não fazerem, porque, se vier a urbanização da favela, pouco deverão aproveitar do material demolido, ao passo que, sendo seus barracos de tábuas, poderão aproveitá-las e construir novamente em outro lugar. A urbanização tornou-se uma espécie de bicho-papão do favelado. (p. 23-I)

As casas de alvenaria não têm licença da Prefeitura, mas esta obriga o morador a assinar um compromisso, isentando a municipalidade de qualquer responsabilidade, caso a habitação tenha de ser demolida. Os moradores obtêm assim uma licença condicional que não lhes dá a segurança necessária para empenhar suas economias na construção do lar. Assim, a evidência

de eletrodomésticos. Hoje, ainda em várias favelas, diz-se que a Fundação vive se metendo na vida íntima dos favelados e, se suas visitadoras virem um prego a mais no barraco, obrigarão os favelados a retirá-lo. A Fundação passou a manter severa vigilância sobre a favela. Manda destruir qualquer melhoramento no barraco e deitar por terra todo barraco novo construído sem licença. Dizia-se que a Fundação queria manter o favelado nas piores condições para continuar seu trabalho e pleitear verbas do governo.

Acuados, os favelados recorrem aos políticos. Os demagogos organizaram associações para pleitear melhoramentos, na realidade para arregimentar eleitores. Conseguiram que seus patronos arrancassem da municipalidade os melhoramentos quando a Fundação ou a Prefeitura recusava a licença. Iam buscá-la pelo cabo eleitoral prestimoso, na mão do político. Quem se atrevia a contrariá-lo? Pensam que a Fundação Leão XIII faz milagres. Só a procuram depois de tentar os canais competentes e os políticos. (p. 8, 24-1)

No princípio da sua atuação, a Fundação Leão XIII andou impondo aos casais amasiados a obrigação de legalizar sua união se quisessem obter barracos.

Na Barreira do Vasco, os favelados criaram a União de Defesa e Melhoramento como reação à Fundação Leão XIII, quando esta ameaçou proibir que os favelados melhorassem os seus barracos. (p. 34-1)

No Morro do Cantagalo existia o *Cantagalo Sport Clube*, que à falta de sede própria obteve da Fundação Leão XIII uma sala no Centro. O clube resolveu dar um baile noturno e a Fundação não o permitiu. A diretoria, então, abandonou o local. No mesmo morro, havia em fase de formação a Escola de Samba *Recreio de Copacabana*. As festas com entrada paga foram proibidas pela Fundação. (p. 35-1)

O único plano de recuperação ainda é o da Fundação Leão XIII. Está evoluindo de um tipo tradicional de Serviço Social para técnicas modernas que envolvem educação de adultos e o serviço social de grupos. A base do trabalho, no início, foi assistencial. É hoje obsoleto, deseducativo, dentro da realidade brasileira. Em abril de 1958, uma comissão de técnicos estudou e debateu novas perspectivas e diretrizes para o Serviço Social. É necessário o emprego de técnicas modernas de comunicação com o público. Treinamento democrático. As principais normas desses planos são: evitar serviços gratuitos e assistenciais; utilizar técnicas modernas; medidas preventivas. Utilizar organizações espontâneas; evitar improvisação. Em acordo com a Campanha Nacional de Educação de Adultos, dar cursos de alfabetização. Incentivar os pequenos clubes, dando às diretorias assistência. Quanto aos clubes noturnos, dando assistência na parte da direção através da participação da Chefia do Serviço de Recreação. O Serviço Social de Grupo será feito através de grupos que forem surgindo, motivados por seus próprios interesses. Organização da comunidade *com* os assistidos e não *para*. O Centro de Reabilitação vem preparar o garoto que termina a escola para uma profissão digna e encaminhamento vocacional planejado cientificamente. A Fundação terá uma equipe especializada que poderá dar elementos objetivos: psicólogos sociólogos e educadores. (p. 26-1)

Em 1956, a favela Praia do Pinto sofreu um grande incêndio; atualmente está recebendo os benefícios da Cruzada São Sebastião, que pretende transferir progressivamente seus moradores para os blocos de apartamentos já construídos nas suas proximidades. Na favela Rádio Nacional, as casas foram construídas pela Cruzada São Sebastião e pela Prefeitura e obedecem a um traço regular. Já é afrontoso chamar o aglomerado de favela (p. 20, 21-1). Nessa mesma favela e na Parada de Lucas é a Cruzada São Sebastião que exerce o controle através dos presidentes dos seus Comitês Centrais, que, por sua vez, são credenciados pelo SERFHA. (p. 24-1)

2.5. O Estado, a política e os políticos

No relatório da SAGMACS, a discussão da participação do Estado é pouco desenvolvida em relação à população favelada. Mesmo assim, há preferências ao fato de que, nessa conjuntura, a Prefeitura Municipal exercia controle rigoroso sobre algumas das favelas, principalmente os Parques Proletários. Nesse sentido, o controle rigoroso significava a utilização da favela como um laboratório político, onde a concessão de barraco se faz em troca de favores políticos e votos. Os candidatos aos cargos de vereador e deputado estadual, mais tarde a serem remunerados com a renda pública, elaboram suas campanhas no sentido de trocar votos pelas necessidades básicas da população: água, luz, saúde e educação.

2.5.1. O Estado

Formou-se a Favela Vila Vintém, em 1945, quando se autorizou a construção de barracos em qualquer terreno da União, para fins de simples residência. O local era campo de treinamento do Exército. O comando dessa tropa procurou dar certa orientação à construção dos barracos. Mandou dividir o terreno em lotes e estabelecer um alinhamento dentro do qual deveriam ser construídos os casebres.

Conseguiram os favelados dessa mesma favela que a Câmara dos Vereadores votasse lei autorizando a Prefeitura a coletar impostos dos moradores. Veem nisso um reconhecimento implícito pelas autoridades municipais do seu direito de ocupação do terreno. (p. 18-I)

A incorporação de novos habitantes ao barraco é fenômeno constante nas favelas. No Parque da Gávea, a favela é submetida a rigoroso controle pela Prefeitura. É proibida a entrada de novos moradores, mas isso não adianta. (p. 23-I)⁶

Quando alguma autoridade visita o Parque, é preciso convocar homens para a limpeza. São eles (do Grêmio Recreativo Aprendizizes da Gávea) que tomam a si este serviço. (p. 35-I)

Essa intervenção, segundo opinião dos mais antigos que descreveram o Parque em 1940 como um verdadeiro céu, foi um desastre. A obtenção de casa passou a ser favor político. O arruamento, a limpeza, a conservação dos logradouros, o espaço entre as casas, foi desaparecendo. Os protegidos passaram a morar nas melhores casas. Surgiu um sentimento de saudosismo das administrações passadas, quando o Parque era dirigido com férrea disciplina. (p. 26-I)

A vinculação do Parque à administração municipal fez com que se tornasse verdadeiro laboratório de experiências políticas: nomeações, substituições, transferências. (p. 32-II)

2.5.2. A política e os políticos

Os favelados convidam os políticos para padrinhos de casamento ou de batismo. Os políticos também entram nas relações de compadrio. Nas favelas, o campadrio e comadrio têm a finalidade de estabelecer laços de proteção e ajuda mútua. (p. 8-II)

⁶ “No parque da Gávea, a distribuição (de luz) é controlada por um organismo chamado Caixa de Auxílio dos moradores dos Parques Proletários (CAMP). A CAMP foi criada por uma portaria do prefeito. Formalmente, a CAMP tem diretoria, eleita pelos sócios, e, quando há um saldo, este é empregado nas casas e nos banheiros. Os moradores, no entanto, consideram a CAMP um ‘abacaxi’, por causa das panelinhas do Parque.”

Há malandros que mantêm ligações com políticos. (p. 21-II)

Ao político local ofereceu um eleitor que pode ser mobilizado por interesses comuns. O favelado não prescinde do apoio do político. É o caso do Morro Azul e da Nova Brasília. Em 1945, na rua Souza Barris, quando o aglomerado começou a crescer, as famílias do bairro chamaram a radiopatrulha. Quando os proprietários tentaram tomar posse do terreno, defrontaram-se com uma população considerável e deram entrada em uma ação em juízo. Era véspera de eleições e os favelados apelaram para um político que os instruiu para que construíssem depressa casas de tijolos. Os proprietários (Portuguesa de Esportes) acabaram desistindo. (p. 27-II)

Os partidos pouco funcionam. As únicas exceções são o PTB e o PC. O pessoal põe o partido de lado e vota na pessoa. O candidato é principalmente encarado como um intermediário de serviços e favores, como um agente dos favelados junto à Administração omissa. A população é eleitora porque precisa ter seus documentos em ordem. Eleições é uma formalidade burocrática para evitar amolações. O voto secreto é utilizado como camuflagem das inclinações políticas. Diz que vai votar em fulano. Se vencer, recorre a ele dizendo que votou nele. (p. 27-II)

A máquina do partido, com exceção do PC e um pouco do PTB, não funciona na favela. Acham que é o vereador que mais pode fazer por eles. Seguro instinto de sobrevivência. Muitos deixaram de votar nos petebistas quando souberam da sua aliança com o PC. Ficaram com medo da repressão policial. Na Rocinha, dos 4.300, cerca de 2.300 seriam votos comunistas. As indicações do PC chegam 72 horas antes da eleição. Suas teses: o favelado é dono da terra onde mora. Deve ser dada e não cobrada. É preciso socializar a favela. (p. 28-II)

A eleição e o trabalho pré-eleitoral rompem as rotinas diárias e a monotonia do trabalho. As organizações religiosas parecem não ter grande influência. Não recebem orientação das suas igrejas. Os moradores se oferecem para trabalhar por um candidato gratuitamente. Quando eleito, têm o direito de exigir o cumprimento de suas promessas. Procuram obter os benefícios muito antes das eleições. (p. 29, 31-II)

Uma das razões do político ter mantido seu prestígio é ter realizado algumas benfeitorias na favela. O político morre porque não pode atender aos pedidos dos eleitores. (p. 31-II)

O bom político é o que realiza. Os sonhos dos seus eleitores chovem através de pedidos de toda ordem: leite, comida, roupa, emprego. Os favelados não querem mais dar votos sem ver alguma coisa realizada. A ética da favela é: prometeu, não cumpriu, acabou-se. A feijoada ainda sobrevive nas favelas como propaganda. Shows, distribuição de brindes, cachaça, espetáculos, piadas obscenas, comícios, alto-falantes. O comício é um tipo de recreação. Outra técnica é a passeata. Cabos eleitorais convidam. Dão comida, bebidas, transporte gratuito para visitar as outras favelas. (p. 34-II)

3. Formas de resistência dos moradores

Há mesmo dentro da dominação mais ferrenha a resistência e até mesmo formas embrionárias de organização de oposição. Embora não seja o objeto dessa pesquisa apreender especificamente e sistematicamente as formas de resistência dos moradores frente ao Estado e à Igreja, queremos deixar explícito que não somente reconhecemos essas formas de resistência, mas tentamos documentá-las quando foi possível.

A nosso ver, a resistência dos moradores existe e é incorporada, inclusive, às próprias propostas das instituições da classe dominante, como será demonstrado abaixo. Acreditamos que não há dominação sem resistência, como dialeticamente a resistência implica dominação. Esta resistência a que nos referimos é frequentemente inconsciente, particularmente entre a população favelada, mas nem por isso deixa de se expressar em ações políticas muitas vezes manifestadas de forma organizada.

O Relatório da SAGMACS é um dos poucos documentos que deixam transparecer essas resistências, embora não seja essa, necessariamente, a intenção dos seus autores. Tentou-se apreender essas resistências, ora inconscientes (individual ou coletiva), ora conscientes (individual ou coletiva). Há, a nosso ver, outro aspecto a ser discutido em torno da relação dominação/resistência. Trata-se da relação criada pelo sistema capitalista e que independe da vontade e da consciência dos atores em questão. Assim, há formas de resistência que surgem das próprias situações criadas, e não necessariamente como resposta à dominação. É exemplo disso o caso dos policiais que têm amantes nas favelas. Embora se reconheça que há como dado inicial – dominação pela força – que facilita a iniciativa do policial com a moradora, a resistência se cria a partir da relação e não a partir da iniciativa, seja consciente ou não, dos atores. Nessa relação, o policial, de acordo com o relatório, deixa de passar as informações que tem sobre a favela aos seus superiores e também deixa de reprimir (como faria normalmente), obviamente, com receio de perder a relação criada. Nesse sentido, a nosso ver, constrói-se uma situação de resistência que favorece a ação dos moradores.

Ainda em relação ao problema da segurança, há que registrar a resistência dos “malandros” e “bandidos” que buscam a proteção dos birosqueiros, assim como estes também se protegem de “bandidos” de fora e da própria lei, através de um acordo mútuo com aqueles que buscam proteção. Nesse sentido, mais clara ainda é a proteção que a população busca junto aos “assaltantes” do morro, contra os de fora. Esta forma de segurança que os “bandidos” concedem é retribuída através de um apoio da população que se manifesta em momentos específicos, como os das festas juninas e a construção de balões. Nota-se também um tipo de resistência mais coletiva, embora inconsciente, que se expressa no desprezo pela eficácia da polícia nos morros, ou seja, sua incapacidade de cumprir seus objetivos e funções declaradas.

Também nas relações dos moradores com as várias instituições religiosas podem-se detectar formas de resistência. A população favelada, regra geral, contribui com sua força de trabalho (na forma de mutirão) na construção de capelas ou templos. Do ponto de vista das instituições religiosas, a construção de prédios através deste sistema representa forma de poupar os próprios recursos, ainda que os possuam muitas vezes em abundância. No entanto, do lado do morador, o fato de aceitar esta forma de exploração da sua força de trabalho não se explicaria apenas pela sua religiosidade, mas também pela percepção de que a construção de um prédio nas proporções de uma capela ou templo contribui para a radicação definitiva da favela no local. Localizamos aí um tipo de resistência que se pode mesmo considerar coletiva, ainda que

seja frequentemente inconsciente e com um preço a pagar: a doação da força de trabalho e muitas vezes a contribuição em dinheiro.

Depois da construção das capelas, por exemplo, a frequência continua baixíssima nas missas, enquanto a participação nas festas e procissões continua alta. Falta de sentido religioso, ou saber popular capaz de distinguir o que vale a pena ser aproveitado?

Em termos de resistência, o que significa “não se interessar” pelas aulas, “não apreender”, dormir na sala de aula, fazer “bagunça” em frente à professora? Falta de disciplina, ou a percepção própria, ou transmitida pelos pais, de que a “escolarização” vale pouco numa sociedade onde o dinheiro traz diploma e não o contrário?

Diante de tantas críticas de falta de conscientização e pouca organização, achamos significativos os dois casos seguintes que o relatório cita com relação à Fundação Leão XIII.

Acuados, os favelados recorrem aos políticos... organizaram associações para pleitear melhoramentos quando a Fundação ou a Prefeitura recusavam a licença. Só há procura depois de tentar os canais competentes e os políticos.

Na Barreira do Vasco, os favelados criaram a União de Defesa e Melhoramento como reação à Fundação Leão XIII, quando esta ameaçou proibir que os favelados melhorassem os seus barracos.

4. Conclusão

Surpreender, assustar, desprezar, bater, limpar, proibir, enganar, comprar, manipular. De certa forma, estes verbos são uma síntese da análise das formas de intervenção feita a partir da análise do Relatório SAGMACS.

Reunindo todos os aspectos analisados – polícia, religião, educação etc. –, é possível concluir que há características comuns a todas as intervenções. De uma maneira genérica, pode-se dizer que a relação desses grupos com os moradores de favelas é uma relação de dominação, repressão (física e moral), controle, vigilância e fiscalização. Transparece a convicção de que os populares (moradores de favelas, nesse caso) são ignorantes, sem “valores”, “malandros”, desrespeitosos, mal-comportados, preguiçosos, sem iniciativa. Enfim, “não têm jeito”.

Mas ficar ao nível da constatação pode deformar nossa compreensão da realidade, primeiro porque a leitura superficial do documento pode parecer tentar apreender apenas o aspecto de controle social, um controle social “mágico”, sem maiores explicações.

Na realidade, esse controle social é uma resposta dos grupos da, ou a serviço da classe dominante. É uma resposta às manifestações de resistência dos moradores de favelas, inicialmente, em termos de sobrevivência e, secundariamente, em termos da organização, mobilização e insistência em contestar, através da permanência na favela, o lugar que o sistema capitalista

lhes reservou. Parece haver um medo inconsciente dos grupos situados ou comprometidos com o poder, o que os leva a exercer um controle permanente, pois sem ele o “caos” seria inevitável.

A combinação de fatores, tais como a invasão de “propriedade privada”, juntamente com o crescimento contínuo desses “invasores”, simbolicamente questiona toda a visão de mundo da burguesia. A nosso ver, não é apenas o controle social inerente a qualquer sociedade de classes que está em questão, mas de um controle “desesperado” da classe dominante dentro de um sistema capitalista periférico e, por essa razão, selvagem.

Neste raciocínio, os culpados são os moradores de favelas, pois não “respeitaram” as leis, a “ordem”, e, por esta razão, precisam ser educados, ou seja, precisam aprender que a sociedade capitalista tem apenas um conjunto de valores – respeito, ordem, obediência, limpeza, iniciativa individual, esforço próprio e um “trabalho remunerado” para quem tem esses valores. Na verdade, foram os moradores que insistiram em manter as favelas, e só “aprendendo” novos valores podem ser transformados.

Num outro nível, pode-se dizer que uma das categorias-chave dessa análise é a resistência. É a resistência, em termos de sobrevivência, que leva os moradores a construir e solidificar as favelas. Ou seja, do pouco que sobra para a população favelada, enquanto pagamento pela força de trabalho vendida, há necessidades essenciais que não podem ser compensadas – alimentação, transporte, vestimenta, educação para os filhos. Compensa-se, então, na habitação onde o espaço e o material podem ser conseguidos a baixo custo ou até “gratuitamente”⁷.

⁷ Reconhece-se, no entanto, que, mesmo na área de habitação, o barraco autoconstruído se torna mais difícil a cada dia em muitas favelas devido à ocupação do espaço urbano. Mesmo assim, no uso do “salário”, o processo é semelhante em termos de compensações (aluguel no lugar da autoconstrução). Outra área de compensação de salário é a da saúde. Pareceu-nos oportuno introduzir nesta nota uma contribuição nossa apresentada num seminário realizado no Rio de Janeiro sobre Habitação Popular no Rio de Janeiro. As conclusões deste trabalho apresentado no seminário ampliam, a nosso ver, a discussão desenvolvida neste capítulo.

“Mas o que então seria esse discurso das instituições? Haveria, a nosso ver, nas várias propostas uma postura implícita, de medo da desordem e caos e a intenção de intervir a fim de reordenar o que seria ‘anormal’.

Haveria na parte das instituições a necessidade de ‘fazer alguma coisa’, com o receio de que o problema fique fora do controle das autoridades. Embora poucos ainda aceitassem a velha imagem de ‘hordas de moradores de favelas invadindo a cidade’, haveria no íntimo das populações abastadas o receio de que algo semelhante poderia acontecer.

O primeiro ponto a destacar no discurso institucional é a sua concepção implícita de História. De certa maneira, os discursos frequentes assumem uma postura que poderíamos chamar de História oficial das favelas. Esta postura teria como seu ponto de partida o contato das instituições com os moradores. Dessa maneira, a ‘história’ da favela teria seu início a partir do contato institucional, fazendo com que as possíveis ‘soluções’ propostas pelas instituições fossem o eixo principal da discussão. Metodologicamente, então, a origem da favela é deslocada para o ‘presente’ (o contato com a instituição), criando assim outras consequências. Sem ter uma clareza de como se construiu a favela, há o contato com a ‘miséria’, a ‘passividade’, a ‘ociosidade’, desencadeando, dessa forma, o discurso da responsabilidade e da moral. O que faltaria então seria a responsabilidade, a moral, um discurso que acaba incluindo as propostas dos Parques Proletários até a do SDM/ UNICEF. Em suma, ‘bem orientados, com apoio moral, os moradores seriam capazes de resolver seus próprios problemas’. Um raciocínio que ignora o fato de que, se alguém estaria resolvendo seus próprios problemas, é o próprio morador da favela. Mas é um raciocínio que também ignora a obrigação e a ‘responsabilidade’ do Estado na solução da favela.

Uma vez desencadeado o discurso da ‘falta de responsabilidade e de moral’, obrigatoriamente surge a necessidade de uma forma de ação, de ‘fazer alguma coisa’. Aí a razão das muitas pesquisas e estudos que têm sido realizados, cada um na sua época, partindo do princípio de que falta uma análise mais precisa das favelas para poder dar uma solução.

A solução principal que se apresenta em quase todas as propostas é a da ‘educação’. Quem não tem responsabilidade ou moral precisa se educar. Quem de nós já não ouviu o comentário de que ‘os problemas do Brasil passam pela educação do

É a partir dessa resistência dos moradores que as instituições elaboram seus projetos a fim de transmitir os valores considerados “corretos”. É aí, nesses locais onde vigoram valores “incorretos” – promiscuidade, sujeira, invasão de propriedade, esconderijo de objetos “roubados” ou de tóxicos a serem vendidos, analfabetismo e doenças –, que vai a polícia para assustar, as igrejas para moralizar, os educadores para “educar”, os políticos para “resolver” os problemas e a Fundação Leão XII para vigiar.

E é em torno dos programas de cada uma dessas instituições que se revela o segundo momento de resistência: “gozação” ou utilização da polícia, aproveitamento dos aspectos festivos da religião, falta de atenção e provocação nas escolas, construção ou reparo dos barracos no escondido e a venda dos votos em troca de necessidades vitais.

Nesse embate entre controle social e resistência, há que reconhecer as formas distintas (que variam do inconsciente ao consciente) de uma luta de classes dentro de um capitalismo crescentemente periférico e selvagem.

seu povo’; ‘quando o povo tiver educação...’. É interessante notar que de todas as categorias destacadas a da educação é a mais presente, da Administração Dodsworth e da Administração Coutinho. Interessante também é o verbo ‘reeducar’, significando que a população favelada já teve ‘educação’ uma vez, mas ‘desaprendeu’. Ensinar ‘autossuficiência’, ganhar a confiança dos moradores, ensinar a ‘viver e pensar’ são termos que implicitamente traduzem concepções de passividade e ociosidade. Assim, há pouca diferença entre ‘corrigir hábitos pessoais e incentivar a escolha de melhor moradia’ (MOURA, 1941) e a ‘integração dos moradores à comunidade no modo de habitar, viver e pensar’ (CHISAM, 1968). Na discussão da questão do lixo, subentende-se que há acúmulo de lixo nas favelas porque a população não foi esclarecida, educada. A questão do espaço físico, por exemplo, não é levantada como variável.

As categorias de ‘urbanização’ e ‘participação’ surgem nas propostas a partir de 1947. São intimamente relacionadas, pois ‘a urbanização das favelas se consegue com a participação dos moradores’. De todas as categorias destacadas neste trabalho, a de urbanização é a mais significativa. O termo urbanização suscita uma imagem técnica, de burocratas e tecnocratas fazendo estudos de como dotar as favelas com a infraestrutura urbana. Assim, dentro da perspectiva da História oficial da favela, há uma postura de atividade, planejamento e iniciativa, que é a dos técnicos, e a postura de passividade, falta de iniciativa e ociosidade, que é dos moradores. A iniciativa de urbanizar as favelas, no entanto, historicamente pertence aos próprios moradores de favelas, como bem demonstram os casos do Largo da Memória e, especialmente, a Fundação Leão XIII e seus esforços de inicialmente impedir as melhorias e mais tarde de incentivar a proposta cooperativista na Barreira do Vasco.

Não é por acaso que os moradores de favelas, enquanto insistem na sua ‘urbanização’, temem as propostas de ‘urbanização’ que vêm das instituições. Se a urbanização era o ‘bicho-papão’ no período de 1940-1950, continua sendo até hoje. É significativo que, no período de eleições de 1982 no Rio de Janeiro, os setores mais progressistas do movimento favelado criticaram as plataformas de todos os partidos, incluindo o PDT, o PMDB e o PT, por terem colocado ‘pela urbanização das favelas’: primeiro, por que propõem implicitamente que a ‘urbanização’ começa; e segundo, porque não especificam quem controla a continuação do processo de urbanização. Se bem que saibam os moradores entrevistados pelo grupo SAGMACS em 1958 que há quase sempre prejuízos para os moradores quando as instituições falam em urbanização.

Historicamente, há resultados concretos a serem analisados: menos de 5.000 moradores abrigados nos Parques Proletários, apenas 790 famílias pela Cruzada de São Sebastião, 1.000.000 removidos com prejuízos entre 1968-1973. Em cada caso, um grande estardalhaço na imprensa e uma pequena amostra como resultados. Não deixam de ser significativas duas imagens separadas por um período de mais de quarenta anos: a dos Parques Proletários, onde a ‘diferença que os moradores encontravam entre a habitação original e a que lhes era oferecida era praticamente nenhuma’, e a do Projeto Rio (1983), onde os móveis dos barracos não cabiam nos novos apartamentos dos conjuntos habitacionais. No primeiro caso, o projeto técnico das casas foi a única intervenção dos arquitetos em todo o plano, enquanto no último a surpresa dos técnicos do BNH ao ver que o espaço físico dos apartamentos não correspondia aos planos traçados por eles.

A categoria ‘participação’ é parte integral da proposta de urbanização nos discursos das instituições e também consequência da ‘reeducação’ proposta pelo mesmo discurso. Já o fato de ter lançado a ideia de ‘participação’ revela uma imagem de uma população que ‘não participa’. Novamente, um corte no processo histórico, fazendo com que a história da favela comece com a intervenção das instituições. Assim, a ocupação de uma área abandonada, a construção do barraco, a busca da implantação de uma infraestrutura urbana e a manutenção permanente desse empreendimento não são vistas como participação. A proposta do discurso institucional é, na realidade, o reconhecimento de que as autoridades não pretendem dispor de recursos suficientes para solucionar a questão das favelas.

Assim, fica o apelo permanente à formação de organizações locais, em que o próprio morador procura solucionar seus problemas com o seu próprio trabalho e dinheiro. Ou, como diz o Relatório SAGMACS: ‘delegar tarefas e se desobrigar de encargos custosos.’ (VALLA, 1985)

Referências bibliográficas

PARISSE, L. Favelas do Rio de Janeiro: evolução, sentido. Rio de Janeiro, *Cadernos do CENPHA*, 5: 35, 1969.

SOCIEDADE DE ANÁLISES GRÁFICAS E MECANOGRÁFICAS APLICADAS AOS COMPLEXOS SOCIAIS. Aspectos humanos da favela carioca. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 10 abr., 1960, p. 38, col. 4, supl. especial.

VALLA, V. V. Educação, participação, urbanização: uma contribuição à análise histórica das propostas institucionais para as favelas do Rio de Janeiro, 1941-1980. *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, 1 (3): 282-296, jul/set, 1985. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/csp/v1n3/v1n3a02.pdf>

Educação, Saúde e Cidadania: Investigação científica e assessoria popular⁸

Victor Vincent Valla

⁸ Este artigo foi originalmente escrito para apresentação nos encontros nacionais da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Psicologia (Anppe) e da Associação Nacional de Pós-Graduação em Educação (Anped), ocorridos, respectivamente, em Águas de São Pedro/SP e em Belo Horizonte/MG, em 1990. Seu conteúdo tem por base os resultados da investigação “Educação, Saúde e Cidadania: Diagnóstico de Experiências Locais de Participação Popular no Sistema de Saúde”, realizada no Rio de Janeiro com financiamento da Finep, Inamps, CNPq e Fundação Kellogg. A versão aqui reproduzida foi originalmente publicada nos *Cadernos de Saúde Pública*, vol. 8, n. 1, jan./mar. Rio de Janeiro, p. 30-40, 1992.

Introdução

A proposta deste texto é a de discutir a possibilidade de relacionar atividades como as de investigação científica com as necessidades das organizações populares da sociedade civil. Quando se fala das “necessidades” desses setores organizados, aponta-se também para um debate sobre as carências do movimento popular no Brasil, principalmente sua dificuldade de acesso às informações técnicas necessárias para subsidiar suas reivindicações relativas aos serviços básicos. Neste sentido, há um esforço deliberado, neste trabalho, de evitar um debate sobre “transformação da sociedade brasileira” ou “libertação das classes populares” para situar o debate no território da disputa das forças organizadas pelo acesso à verba pública (VALLA, 1998).

O pressuposto da discussão apresentada a seguir é que a configuração essencialmente urbana do país estaria exigindo dessas organizações a aquisição de subsídios técnicos para poder avançar suas lutas pela conquista de um patamar mais elevado de condições de reprodução da sua força de trabalho e do exercício da cidadania.

O texto a seguir desenvolve reflexões sobre assessoria popular, a partir da experiência do Núcleo de Educação, Saúde e Cidadania (ENSP/Fiocruz), que, desde 1986, vem investigando educação, saúde e cidadania, através de uma relação permanente com profissionais de educação e saúde e usuários organizados, no Grande Rio de Janeiro.

Educação, saúde e cidadania: destacando as relações

Tradicionalmente, no Brasil, vem se desenvolvendo uma abordagem de educação e saúde que privilegia conselhos e normas para o indivíduo, fazendo com que o acesso à saúde seja um esforço individual e, conseqüentemente, uma responsabilidade individual. Em contraposição a esse processo de “culpabilizar a vítima por sua doença”, é desenvolvida uma proposta de relacionar o processo saúde-doença da população com as suas condições de vida e trabalho.

Quando se relaciona o processo de saúde-doença com as condições de vida e trabalho da classe trabalhadora, é necessário apontar para as políticas sociais desenvolvidas pelos governos brasileiros nos últimos anos, pois uma grande parcela dos condicionantes de saúde da população se refere ao acesso e à qualidade dos serviços básicos (BROWN & MARGO, 1978; RYAN, 1979; STOTZ, 1989; VALLA, 1987). É oportuno ressaltar que os gastos do governo brasileiro com programas sociais são elevados, mas beneficiam os grupos economicamente mais favorecidos, e não os de baixa renda. De acordo com as conclusões dos relatórios do Banco Mundial⁹, gasta-se mais com o ensino superior, com a medicina curativa e com financiamentos habitacionais para as classes média e alta, do que com o ensino de 1º grau, medicina preventiva e programas habitacionais populares.

⁹ Conforme informações divulgadas no *Jornal do Brasil*, em julho de 1998.

Quando se fala dos serviços básicos para a população, está se referindo ao que se chama “consumo coletivo”, isto é, consumo que a população em geral e, em particular, a população trabalhadora precisam para renovar suas forças. Esses serviços são da direta responsabilidade dos governos, e é a população que, com seus impostos, paga os recursos necessários para manter esses serviços (VALLA & SIQUEIRA, 1989).

O processo de industrialização requer também pesados investimentos, que são frequentemente feitos com o dinheiro que o governo coleta para atender ao consumo coletivo. Assim como há uma infraestrutura da qual a população necessita para se refazer de um dia para o outro, há também uma infraestrutura necessária para as indústrias poderem funcionar. Essa se chama infraestrutura industrial e abrange os investimentos que o próprio governo faz na construção de indústrias, abastecimento de água, eletricidade, frequentemente para abrir estradas, construir usinas, barragens, viadutos e pontes. E todos esses serviços são também da responsabilidade dos governos, e obviamente envolvem muitos recursos.

A verba pública frequentemente utilizada para fins industriais é exatamente aquela verba que deveria fornecer os serviços básicos para a população. Mas, uma vez que o governo privilegia os gastos com a infraestrutura industrial, é a própria classe trabalhadora que acaba assumindo grande parte dos custos da reprodução da sua força de trabalho (VALLA & STOTZ, 1989).

Na realidade, nem todos têm acesso igual ao dinheiro público, embora todos sejam obrigados a contribuir com seus impostos. A proposta de participação popular se coloca justamente na contramão desse estado de coisas.

Nos regimes democráticos, há a proposta de que os direitos “individuais” de cada cidadão sejam respeitados. Mas essa proposta somente teria sentido se todos os cidadãos brasileiros tivessem acesso pleno aos serviços básicos. Como garantir o “direito de ir e vir”, por exemplo, se o transporte coletivo não existe (obrigando a longas caminhadas) ou é extremamente precário, com horário irregular, poucos ônibus etc.? O dinheiro que os governos gastam com o consumo coletivo está longe de ser suficiente para proporcionar a toda a população tudo o que a Constituição prevê, dessa forma prejudicando o exercício pleno dos direitos individuais.

Na realidade, tentar responder a essas questões é falar de cidadania. Mas a discussão da cidadania no Brasil é problemática, porque a ideia que tem sido divulgada é a de uma cidadania do Primeiro Mundo, em que os cidadãos mais conscientes dos Estados Unidos e dos países da Europa Ocidental vigiam seus governos para garantir que os serviços já existentes e abundantes continuem dessa forma. Trata-se de uma “cidadania de abundância, de vigilância”.

No Brasil, porém, uma grande parte da população não pode vigiar o governo, porque não há o que vigiar; a população sem acesso aos serviços básicos tem que pressionar as autoridades para realizarem essas obras com o dinheiro dos impostos.

O que a população reivindica quando exige os serviços básicos é sua sobrevivência, pois não havendo esses serviços muitas pessoas correm o risco de morrer.

Essa é uma “cidadania de sobrevivência”, então; é uma “cidadania de escassez” que pode ser assim colocada: ou o governo respeita os direitos da população e devolve seu dinheiro na forma de serviços, ou grandes parcelas da população continuam a ter problemas muito sérios de saúde (VALLA & SIQUEIRA, 1989).

É possível afirmar, então, que uma forma de caracterizar a cidadania na América Latina seria relacioná-la com o conceito de reprodução da força de trabalho. Neste sentido, poder-se-ia dizer que o grau de cidadania de uma população varia de acordo com sua capacidade de garantir maior ou menor qualidade na reprodução da sua força de trabalho.

Nesta perspectiva, é possível entender a participação popular, ou a participação efetiva da população organizada. A participação é “efetiva” quando pretende ou consegue modificar o orçamento estatal, de modo a oferecer os serviços básicos para a população (VALLA & STOTZ, 1989).

O uso preciso do termo “participação popular” é essencial, pois atores representantes de todas as forças da sociedade utilizam o termo, fazendo com que seu emprego ambíguo escamoteie a relação “impostos-serviços básicos-qualidade de vida” da população trabalhadora (VALLA & STOTZ, 1989).

Os governantes pouco sensíveis às ideias progressistas fazem uso frequente do termo “participação popular”, principalmente quando perdem o controle de agravos que ameaçam a população como um todo: epidemias de dengue, meningite, enchentes, acidentes de trânsito etc. Nestes momentos, fazem campanhas que ensinam a população a identificar os sinais de males que podem ameaçar “toda” a população, e não apenas a classe trabalhadora. Neste sentido, um dos pontos essenciais de uma participação efetiva da população é sua capacidade de apontar as áreas em que julga necessária sua intervenção (CARVALHO, 1990; GOMES, 1990).

Subsidiando os setores populares da sociedade civil com a investigação científica

Não se pretende apresentar, nesta parte do texto, uma síntese da investigação científica realizada pela equipe. Apenas selecionamos alguns dos resultados, demonstrando nossa compreensão da articulação entre a investigação e a assessoria popular.

O que parece pertinente explicitar é a intenção da equipe de realizar investigação, seja a partir de documentação, seja através de uma presença sistemática dos pesquisadores nos encontros populares e de serviços de educação e saúde, com o objetivo de devolver à população interessada os dados sistematizados na forma de subsídios.

A equipe de pesquisa desenvolveu a investigação na XI Região Administrativa (Penha), no município do Rio de Janeiro. A XI Região Administrativa pertence à Área Programática 3.1, que também inclui a X e a XX Regiões Administrativas (Ramos, Bonsucesso e Ilha do Governador, respectivamente). Foram escolhidas como objeto de investigação a indústria multinacional de couro (Curtume Carioca), o Centro Municipal de Saúde, quatro escolas públicas e algumas associações de moradores de bairros e favelas. Numa segunda etapa da pesquisa, foi incluído o município de Duque de Caxias, na Baixada Fluminense, objetivando o Conselho Comunitário de Saúde dentro de uma perspectiva de participação popular.

Foi proposto pela equipe analisar, de um lado, as formas através das quais a sociedade civil demanda (reivindica, compreende, propõe) serviços de saúde. Mais especificamente, como determinada parcela da população – as chamadas “classes trabalhadoras organizadas” – luta pelo acesso aos serviços de saúde de qualidade. Por outro lado, pretende-se analisar a resposta de algumas instituições públicas a essa demanda: a Escola Pública, Centro Municipal de Saúde, Fundação Estadual de Ecologia e Meio Ambiente (Feema), Companhia Estadual de Água e Esgoto (Cedae), Companhia Municipal de Limpeza Urbana (Comlurb). Em outros termos, foi proposto analisar como a sociedade se articula e constitui uma rede de relações no campo da luta pelos direitos de cidadania. Esses direitos circunscrevem um campo de luta e de análise: o político-ideológico (VALLA et al., 1988).

Há uma questão de fundo que perpassa toda a investigação: a extrema precariedade das condições de vida e de trabalho da população trabalhadora das áreas pesquisadas. É como se a população trabalhadora estivesse diante de uma ameaça permanente à sua própria sobrevivência (VALLA et al., 1998).

As políticas sociais do Estado promovem uma fragmentação do proletariado em setores e camadas, de acordo com a sua inserção no mercado de trabalho. A atenção à saúde diferencia-se para dar conta dessa fragmentação: na rede básica, recebe-se os mais “miseráveis”, enquanto que a parcela de trabalhadores com vínculos empregatícios e salários um pouco mais altos têm suas necessidades de saúde cobertas por serviços médicos privados, conveniados ou não.

Quanto à definição do quadro das necessidades de saúde da população “carente” ou “favelada”, verificamos que é habitualmente o das doenças da miséria, cuja profilaxia, de baixo custo, realiza-se, no caso dos centros de saúde, por meio de medidas como a vacinação em massa. As campanhas e os programas desenvolvidos têm mais a ver com os “agentes patológicos” do que com os indivíduos sociais. O conhecimento que embasa os serviços pretende ter uma validade universal: por ser biologista, pressupõe um único padrão de resposta humana à ação daqueles “agentes patológicos”.

À medida que se define quem é a população usuária dos serviços de saúde, bem como as suas características, abre-se uma perspectiva do próprio movimento popular se organizar para reivindicar uma melhor atenção. Mas essa definição do usuário não é apenas uma questão de mais recursos humanos ou

mais turnos. Atualmente, a maioria dos centros de saúde atende à população que se apresenta diariamente de uma forma espontânea ou “passiva”.

O atendimento à “demanda passiva” não garante a cobertura da maior parte dos usuários da XI Região Administrativa. Setores das classes populares, atingidos por males como desnutrição ou hanseníase, podem nunca aparecer num centro de saúde justamente por causa das próprias condições de vida, tais como distâncias a percorrer ou vergonha.

Entender o processo saúde/doença como resultante das condições de vida e trabalho significa buscar formas de perceber como ela se revela na coletividade. Nesse esforço, assina Berliquer (1987), devem estar envolvidos não só os profissionais de saúde, mas também os cidadãos e as instituições públicas.

Nesse sentido, um dos instrumentos básicos que pode ajudar a epidemiologia nessa caracterização é o registro das doenças de notificação compulsória listadas pela Organização Mundial de Saúde. Mesmo reconhecendo a necessidade de não restringir a elas, a não notificação pelos profissionais denota a dificuldade dos serviços em construir um perfil epidemiológico da população da área de abrangência, bem como na avaliação dos serviços prestados.

Possas (1987) nos auxilia a compreender o impasse que se apresenta com relação aos serviços de saúde e aos problemas de saúde da população. A consolidação da economia brasileira no interior do sistema de capitalismo internacional e a intensificação do processo de industrialização e urbanização têm resultado num sistema de saúde complexificado, marcado pela combinação de padrões de morbidade e mortalidade distintos,

fazendo com que, muitas vezes, um mesmo indivíduo apresente patologias variadas, características do desenvolvimento e do subdesenvolvimento, o que passa cada vez mais a exigir dos precários serviços locais de saúde uma maior diversificação e complexidade do atendimento oferecido, além do aumento de seu volume. (POSSAS, 1987, p. 241)

Mas a resposta a essa complexificação tem sido uma progressiva simplificação dos procedimentos. Essa tendência à “racionalização e redução dos custos” decorre da crise do sistema previdenciário. Na realidade, a simplificação, que é expressão da “medicina comunitária”, é resultado de um modelo econômico já existente no Brasil por mais de 40 anos, mas cuja consolidação e intensificação ocorrem a partir do golpe militar de 1964. Praticar esse tipo de medicina tem significado validar o modelo de distribuição das verbas públicas pelo governo, que, como já foi dito, privilegia os investimentos na produção e reprodução do capital (VALLA et al., 1988).

Viver em permanente estado de emergência, de ameaça à vida, constitui o quadro real de grande parcela da população trabalhadora no Brasil. Há situações em que essa ameaça é dramatizada num nível global, deixando evidente para toda a população a incapacidade do Estado, em seus diferentes níveis de serviços, de dar soluções satisfatórias.

Em áreas metropolitanas como a do Rio de Janeiro, onde vivem mais de doze milhões de pessoas, os problemas sanitários adquirem uma gravidade dramática, em virtude de acidentes naturais ou tecnológicos de dimensão coletiva.

Tais acidentes são normalmente precedidos por uma série de “pequenas catástrofes”, ou ocorrem concomitantemente às mesmas, as quais se localizam em ruas ou áreas restritas de bairros, a exemplo da contaminação da rede de água. Ou por uma contínua e quase imperceptível degradação do modelo de ambiente urbano: diariamente, inúmeros poluentes atmosféricos emanados de diferentes fontes (veículos, indústrias, queima de lixo) atuam concomitantemente. Da mesma forma, a devastação das encostas nos morros, para fins de habitação, e o despejo habitual do lixo seguem um curso “normal”. Apenas para termos uma ideia desse processo, em julho de 1998, foi divulgado no *Jornal do Brasil* que, entre 1976 e 1988, as áreas desmatadas aumentaram 10,36%. Desde o início da colonização, em quatro séculos, o Rio de Janeiro teve 40% de suas florestas destruídas. É importante assinalar que não é apenas a ocupação para fins residenciais que conduz ao desmatamento nas encostas. Na mesma notícia, fica-se sabendo que a justiça tem mais de cem ações contra pedreiras e imobiliárias nos morros.

Cabe, inicialmente, distinguir os processos que podem originar “calamidades públicas”, tipificadas como acidentes naturais, daqueles que resultam em acidentes ambientais e estão relacionados a processos produtivos e tecnológicos. Se é evidente que ambos convergem no sentido de representar uma ameaça coletiva à vida e à saúde da população, a responsabilidade é atribuída a diferentes classes, grupos ou instituições.

No caso de acidentes ditos naturais, como a catástrofe provocada pelas fortes chuvas que dominaram o Rio de Janeiro em fevereiro de 1988, podemos afirmar, sem sombra de dúvida, que houve uma distribuição desigual da tragédia: enquanto os moradores das favelas localizadas em torno do Maciço da Tijuca perdiam barracos, adoeciam e morriam, os moradores de classe média no bairro da Tijuca ou Gávea tinham seus automóveis destruídos.

No período de 18 a 24 de fevereiro de 1988, 84 pessoas ficaram feridas, 16.084 ficaram desabrigadas e 82 morreram em consequência de desabamento de barracos. Para o estado do Rio de Janeiro, abrangendo as cidades da Região Metropolitana, os dados sobre a epidemia de leptospirose, ainda não definitivos, indicam, desde aquela data até 8 de março, um total de 772 casos e 44 óbitos.

Epidemias como a leptospirose estão relacionadas ao aumento dos locais de proliferação de vetores (como o aterro sanitário de lixo que existe em Duque de Caxias, onde a proporção é de quatro ratos para cada habitante), à situação sanitária precária nas moradias e à quebra de programas de rotina. Por outro lado, os problemas de saúde relacionados às calamidades incluem maior significado das doenças crônico-degenerativas na morbi-mortalidade relacionada a estas situações (LICHAT, s.d.).

Do ponto de vista da ideologia dominante, veiculada pela imprensa e meios de comunicação em massa, os favelados são considerados os responsáveis imediatos pela situação. A culpabilidade da vítima assume, no pronunciamento da deputada Sandra Cavalcante, a caracterização de crime ecológico, uma vez que a “população favelada explora predatoriamente a topografia da cidade, crime de corresponsabilidade das autoridades desde que os administradores se limitam a pastorear as favelas, seus currais eleitorais” (Jornal do Brasil, fevereiro de 1988).

A tentativa do “romper” com o círculo vicioso passa por dois tipos de reivindicações: a do tratamento e da prevenção da doença em si, mesmo através da rede hospitalar e dos centros de saúde, e as do tratamento de infraestrutura necessária para a reprodução da força de trabalho, isto é, água, luz, saneamento básico, transporte público etc.

Certamente, as demandas do segundo tipo, relacionadas às causas básicas de doenças infectocontagiosas, são encaminhadas ao Estado. Porém, são interpretadas de acordo com o seu potencial de resolutividade a nível civil, ou seja, a população tenta “resolver” suas questões autonomamente, de diversas formas. Sendo portadoras de uma história e de uma cultura comunitárias – que começa com a ocupação e posse da terra e desenvolve-se na construção dos barracos –, busca resolver necessidades básicas para reproduzir a sua vida através de grandes mobilizações. As ligações clandestinas de água, luz ou esgoto, realizadas coletivamente, contam sempre com a capacidade de um bombeiro, eletricista ou pedreiro morador da favela que age como um orientador de “mutirões”.

Ao assumir essa “responsabilidade civil”, a população que mora em favelas tenta gerenciar ou controlar seus problemas, que decidem o “destino” de sua sobrevivência, porque há a percepção, confirmada pelos fatos repetidos anos a fio, de que o Estado protela continuamente a realização de obras prometidas por políticos e outros “agentes externos”. Simultaneamente, em conjunturas mais favoráveis, essa iniciativa popular obriga o Estado a intervir e/ou agilizar suas ações. Um dos exemplos citados é o das ligações clandestinas de energia elétrica, através dos “gatos”. As “novas ligações” ocasionavam curtos e incêndios e provocavam quedas na voltagem das redes elétricas nos bairros “parasitados”. A oficialização do abastecimento veio solucionar esse problema nas favelas.

Entendemos que, quando falamos da democratização do acesso aos serviços básicos, estamos pressupondo desigualdade entre os participantes; é por essa razão que se propõe a democracia. Nesse sentido, parece importante destacar uma série de constatações que brotam dos resultados, constatações estas que apontam para uma imagem que é construída em torno das condições de vida e de trabalho da população trabalhadora. De certa forma, poderíamos dizer que a precariedade dos serviços públicos para essas parcelas da sociedade tem, em parte, sua justificativa a partir dessa imagem construída.

Uma dessas construções é o que chamamos de a “culpabilização das vítimas”, em que a individualização da culpa acaba explicando a prática coletiva.

Trata-se de acusar os pais de não motivar seus filhos nos estudos para explicar um índice de fracasso escolar que frequentemente supera 50% dos alunos das primeiras séries do 1º grau. Mas trata-se também de acusar o operário acidentado de não prestar atenção ou o pai do filho desidratado de não oferecer os cuidados necessários à criança.

Frequentemente, a culpabilização ganha contornos mais sofisticados quando, por exemplo, se supervalorizam os problemas socioeconômicos da população, justificando, assim, os serviços precários. Se, por um lado, há o recurso de explicar o mau funcionamento dos serviços por esse prisma, de outro, cabe perguntar, então, para que servem esses serviços. Exemplos dessa forma de raciocínio incluem explicar a repetência na escola pela falta de condições de estudo do aluno morador da favela, ou da não resolutividade dos casos de verminoses do morador que mora ao lado da vala aberta. Enfim, a inoperância, a ausência ou a irresponsabilidade social das instituições sociais (que resultam em acidentes de trabalho, doenças infectocontagiosas e fracasso escolar, entre outras ocorrências) acabam sendo justificadas pelo local de moradia, o baixo salário no emprego, o nível de escolaridade (STOTZ & NETO, 1989).

Uma das justificativas para a culpabilidade das vítimas é a da desqualificação do saber popular. Assim, monopólio do saber técnico, seja médico ou de outro tipo, secundariza o saber acumulado da população trabalhadora quando lança mão da escolaridade formal como parâmetro da competência. Mas a “desqualificação” da classe trabalhadora também passa pela construção de uma imagem do “bruto”, do “carente”, do “nulo”, afirmando, enfim, que a família pobre é igual a doença. Essa imagem visual do trabalhador, de um lado, tem o resultado de apagar as diversidades no interior da própria classe; de outro lado, procura infantilizar os mesmos trabalhadores, chamando-os de mentirosos, quando alegam problemas de saúde, e “bagunceiros”, quando demonstram desinteresse na sala de aula (STOTZ & NETO, 1989; VALLA & HOLLANDA, 1989; VALLA & STOTZ, 1989).

Assessoria popular e a capacitação técnica

A necessidade de ter uma presença constante junto aos serviços de educação e saúde, como também às organizações populares, fez com que a equipe de organização estivesse presente em mais de 200 encontros/reuniões, durante um período de dois anos. Em virtude deste acompanhamento, a equipe começou a receber convites dos dois setores (profissionais e organizações populares) para expor os primeiros resultados da investigação ou discutir alguns dos eixos do estudo (participação popular, fracasso escolar, por exemplo). Em seguida, vieram convites para prestar uma assessoria à saúde (centro municipal de saúde, hospital público etc.). O que mais surpreendeu a equipe foi o grande número de pedidos vindos de profissionais de educação e saúde. Supunha-se que as organizações populares fariam pedidos, mas a equipe não esperava tantas solicitações de profissionais.

As necessidades de atender ao grande número de pedidos de assessoria, recebidos não só das áreas investigadas, mas também de outros lugares do

município do Rio de Janeiro ou de outros municípios do estado (Petrópolis, Niterói, São Gonçalo, Volta Redonda e Duque de Caxias), fez com que a equipe propusesse a Oficina de Estudos de Educação e Saúde, reunindo, por um dia inteiro, a cada dois meses, profissionais de educação e saúde com representantes de organizações populares. Mas se a preocupação inicial era o atendimento do grande número de pedidos, à medida que as oficinas se realizavam, foi possível perceber que havia mais em questão do que apenas assessoria.

Se, de um lado, os representantes de organizações populares vinham buscando informações que não possuíam, os profissionais, por sua vez, demonstravam uma preocupação semelhante. Na realidade, suas formações universitárias revelam lacunas justamente nas áreas de conhecimento que se relacionam com os problemas agudos da população trabalhadora (problemas de aprendizagem de crianças populares, vigilâncias epidemiológica e sanitária, saneamento básico, por exemplo). Neste sentido, a ótica elitista dos currículos universitários faz com que assuntos tratados nas universidades frequentemente passem ao longo de questões de educação e saúde ligadas às necessidades da população (VALLA, 1989).

O que estava se gestando neste processo de investigação científica, “do ponto de vista popular”, era a percepção intuitiva dos pesquisadores, profissionais e população de que a reivindicação dos serviços de educação e saúde poderia ter até o lastro de uma discussão política, mas careceria frequentemente de informações técnicas (CORRAGIO, 1989). Na realidade, o que estava nascendo era um processo de capacitação técnica, envolvendo pesquisadores, profissionais e organizações populares.

Estava em discussão a possibilidade de uma aliança entre os profissionais, que se viam como empregados do estado, mas, ao mesmo tempo, membros da sociedade civil, e usuários organizados. Nesse sentido, a aliança passaria, prioritariamente, pela reivindicação do uso eficiente e eficaz do dinheiro público, não somente para a gestão de serviços de qualidade, mas também com relação às ameaças coletivas referentes à infraestrutura sanitária e meio ambiente. A preocupação com a notificação obrigatória da meningite ou da dengue e as ameaças à saúde pela poluição do meio ambiente ou as enchentes não seriam vistas apenas como problemas dos “outros”. Todos os participantes da Oficina seriam “usuários”, na medida em que o “cinturão sanitário” diminuísse seu raio de alcance.

Outra percepção possível, a partir da própria realização das oficinas, era que o processo de capacitação técnica dos profissionais e dos usuários podia envolver dois atores simultaneamente. Dessa forma, afastar-se-ia da postura de que os profissionais podiam ser capacitados em primeiro lugar devido à sua escolaridade, e posteriormente os usuários. O próprio processo que levou dois grupos a procurarem a assessoria tornou possível pensar essa capacitação no mesmo espaço de tempo, fazendo com que cada participante entrasse com seus conhecimentos e experiências.

É claro que a equipe de investigação não possui recursos materiais para contemplar um processo de capacitação técnica de uma forma quantitativa,

mas encara a oportunidade como uma forma de refletir, juntamente com os participantes, sobre esta relação entre profissional e usuário.

A investigação científica e a assessoria popular

Os resultados da investigação apresentados acima apontam para duas questões, entre outras, que podem servir como subsídios para a assessoria popular e a capacitação técnica.

A primeira trata de uma questão de fundo, que não somente se refere à investigação em si, mas à própria compreensão de educação e saúde com relação aos serviços. Trata-se da “culpabilização da vítima” quando se refere à eficácia dos serviços. Nesse sentido, “culpados” são os operários por seus acidentes de trabalho, encobrindo, dessa forma, seus direitos ao tempo e aos recursos necessários para o tratamento; “culpados” são os filhos pela “incapacidade” de “aprender” na sala de aula, encobrindo, dessa forma, os gastos necessários para uma escola de tempo integral e formação mais apurada dos professores; e “culpados” são as mães cujos filhos têm diarreia, os moradores da favela que constroem os barracos na encosta sem vegetação, os pedestres atropelados porque não andavam “com cuidado” etc. (RYAN, 1979; SIQUEIRA & BRANDÃO, 1990; STOTZ, 1989; VALLA & SIQUEIRA, 1989).

Se, à primeira vista, o processo de “culpabilização da vítima” pode representar um desabafo dos funcionários públicos, desesperados com uma demanda muito maior do que a oferta de serviços, a discussão de educação e saúde remete aos gastos públicos necessários, mas não realizados, para mais e melhores recursos humanos e materiais.

Outra constatação foi a da carência de informações dos governos requeridos para poderem fazer um planejamento racional dos serviços pelos agravos da população. Entre encontros formais e conversas informais, foi possível para a equipe perceber que o sistema de levantamento e utilização de dados sobre os agravos à saúde da população é dos mais precários, mesmo numa área do município do Rio de Janeiro extremamente bem servida em termos quantitativos. Numa das primeiras reuniões da Comissão de Vigilância Epidemiológica da A.P.3.1, foi constatado que apenas cinco das dezesseis unidades dessa A.P. faziam algumas notificações obrigatórias, e mesmo estas cinco unidades a realizavam de forma precária (VALLA et al., 1988).

Estas constatações apontam para duas questões. A primeira é que estamos lidando com o que se chama de “necessidades não sentidas” da população. Assim, podemos dizer que não é somente a população trabalhadora que indica suas próprias necessidades e que a investigação científica pode ser um instrumento de apoio às suas lutas.

A segunda questão é que, mesmo reconhecendo que os dados existentes referentes à vigilância epidemiológica se limitam aos parâmetros dos serviços, é preciso constatar sua precariedade. Uma professora da ENSP relatou para a equipe que a diarreia é sempre subnotificada, porque, se os funcionários re-

gistrassem todos os casos, não teriam tempo para suas outras tarefas, tantas são as crianças acometidas pelo agravo. Doenças como dengue e hepatite são sub-registradas, porque a população já sabe se tratar e, conseqüentemente, não notifica às unidades, dessa forma deixando transparecer sua pouca confiança nos serviços. Recentemente, foi revelado informalmente, numa unidade de saúde da Zona Norte do Rio de Janeiro, que profissionais preocupados com a questão da meningite já tinham constatado a existência de uma epidemia da doença há três anos, mas não conseguiram convencer a Secretaria Municipal, devido a discordâncias metodológicas. Os mesmos profissionais tinham descoberto também o fato de que ocorreram epidemias da doença em anos anteriores, sem qualquer registro das autoridades. A questão ganha em importância quando se percebe que o registro da meningite é dos mais precisos e ágeis no Brasil, atualmente (CARVALHO, 1990).

Num encontro recente na ENSP, uma palestrante afirmou que é plausível que quase 60% dos registros nos hospitais brasileiros sejam fraudulentos, devido à necessidade dos hospitais de garantir o repasse das verbas, em função dos tipos de agravos atendidos (SILOS, 1990).

O atendimento da “demanda passiva” pelas unidades faz com que a “saúde escolar”, quando implementada, trate apenas da saúde das crianças no interior das escolas. Como contemplar a saúde das crianças, em idade escolar, que não estão frequentando a escola? A criança que vende bala na rua e tem problema de visão precisa de óculos? (VALLA & HOLLANDA, 1989).

Se juntarmos essas constatações com as da poluição das fábricas, com as de que o trânsito mutila e mata mais do que os assaltos e homicídios, é possível concluir que o registro, a notificação e o tratamento desses agravos estão muito aquém do desejado. Recentemente, o prefeito Marcello Alencar declarou que o carioca devia se conformar com as enchentes da mesma forma que os moradores de Tóquio se conformam com a possibilidade de terremotos. Podem ser acrescentadas a estas preocupações as encostas sem vegetação e a possibilidade de incêndios nas favelas, fazendo com que todos esses problemas sejam incluídos numa categoria de “agravos à saúde” (CARVALHO, 1990; GOMES, 1990).

Este contato sistemático entre pesquisadores, profissionais e usuários, nos encontros de oficinas, foi revelando para o coletivo que, na realidade, os serviços, mesmo com toda a sua insuficiência, são apenas a ponta do iceberg e que grandes parcelas da população enfrentam um “estado de emergência” permanente.

A partir dessa reflexão, é possível fazer um confronto entre duas concepções: se a falta de eficiência e eficácia dos serviços do Estado é uma carência suscetível à correção, ou se o Estado, como se apresenta hoje, é estruturalmente incapaz de resolver os agravos que hoje ameaçam a saúde da população.

O confronto dessas posturas reforça a percepção que a equipe tem da necessidade de uma intervenção mais incisiva da sociedade civil nos terrenos onde o Estado é mais ausente. Um dos instrumentos propostos para essa intervenção é o diagnóstico participativo.

Pensa-se que essa proposta, além do seu objetivo mais óbvio de fazer com que a sociedade civil tenha uma avaliação alternativa dos agravos à sua saúde, possivelmente produziria instrumentos para capacitação e o consequente fortalecimento das entidades populares preocupadas com a educação e a saúde da classe trabalhadora. Assim, o diagnóstico participativo representa um avanço na construção da aliança entre alguns pesquisadores, profissionais e usuários preocupados com o uso do dinheiro público e com a existência de serviços de qualidade, como insumos necessários à reprodução da força de trabalho de uma forma digna.

Outra vantagem do diagnóstico participativo seria a de agrupar os “agravos à saúde” num só diagnóstico, ao contrário do Estado, que é obrigado a compartimentar aqueles fatores que afetam a saúde da população (acidentes de trânsito no Departamento de Trânsito, incêndios com o Corpo de Bombeiros, encostas e enchentes com o Departamento de Obras ou Defesa Civil, problemas de aprendizagem com o Centro Municipal de Saúde etc.).

O diagnóstico participativo seria a própria capacitação técnica, pois permitiria que técnicos e usuários se juntassem nas tarefas de discutir categorias, levantar, sistematizar e socializar dados através de um “aprender fazendo”. A proposta parece crescer em importância quando se constata que hoje não há espaços reservados para este tipo de atividades. Parece importante observar, no entanto, que a proposta do diagnóstico participativo traz à tona uma polêmica velha na América Latina sobre a modalidade de investigação, que inclui termos tais como “pesquisa participante”, “observação participante” e “pesquisa-ação”. O que pode estar distinguindo o diagnóstico participativo das outras propostas é a necessidade intrínseca de os atores do diagnóstico participarem efetivamente na construção e interiorização de conhecimentos sobre os agravos à saúde.

Se nos ativermos a um aspecto do diagnóstico participativo – o da reconstrução histórica da área delimitada –, é possível perceber com mais clareza a diferença entre investigação participativa e o método mais tradicional. Podemos imaginar um historiador, progressista, acostumado a transitar entre a população trabalhadora, preparado para as nuances de entrevistas e disposto a passar uma semana realizando o levantamento histórico. Mesmo desenvolvendo um diagnóstico com linguagem acessível, há diferenças substanciais entre esse método e o da população participar mais ativamente na reconstrução histórica. O exemplo é simbólico daquilo que está em discussão: se é suficiente o simples repasse de informações sobre os agravos ou se, intrinsecamente, é essencial um método que proponha a construção do conhecimento através de uma forma participante (CORRAGIO, 1989; GOMES, 1990).

Algumas palavras finais

Há uma questão de fundo que permeia toda a discussão acima apresentada. Não estaria sendo a proposta uma forma sutil de mutirão, na medida em que técnicos e usuários voluntariamente executariam uma tarefa que é do Estado?

A pergunta nos remete novamente à discussão da “capacidade” ou não do Estado de executar suas responsabilidades. Se concluir por sua incapacidade, que medidas tomar?

A extrema precariedade dos serviços de saúde, juntamente com uma ameaça crescente à saúde da população, provocada por epidemias e acidentes do meio ambiente, são dados que hoje colocam em questão a validade de um conceito como “participação popular”. O sentido do ato de reivindicar e pressionar, concepções intrínsecas ao uso que se faz do termo “participação popular” nesse texto, pressupõe um Estado estruturalmente capaz de solucionar as ameaças à saúde da população.

Diante da gravidade das reais condições de vida e trabalho da população, possivelmente torna-se necessário modificar a abordagem do que seria participação popular. Neste sentido, um termo como “defesa civil popular” seria um conceito mais adequado, pois indicaria uma iniciativa, uma ação própria da população civil, um movimento na direção da “defesa da própria vida”.

Assim, uma questão como a de que destino dar aos dados de um diagnóstico participativo criaria o confronto entre “suprir as carências dos serviços de saúde” ou “fortalecer a população organizada com um instrumento de luta”.

Se os serviços pelos quais o Estado se responsabiliza são tão precários, por que a defesa civil seria uma exceção? É possível constatar, aliás, que, em momentos de desastre, frequentemente é a população que toma as primeiras medidas (incêndios, enchentes, desastres de trem e automóvel), com a defesa civil demorando muito para entrar em ação.

Referências bibliográficas

BERLINGUER, G. *Medicina e Política*. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 1987.

BROWN, E. R. & MARGO, G. E. Health education: can the reformers be reformed? *International Journal of Health Services*, p. 3-25, 1978.

CARVALHO, M. A. P. *Vigilância epidemiológica: a busca do controle das formas de viver, adoecer e morrer. O controle do destino*. Vol. 2, n. 3. Rio de Janeiro: Nesc/DSC/ENSP/Fiocruz, 1990.

CORRAGIO, J. L. Pesquisa urbana e projeto popular. *Espaço e Debate*, 26: 22-39, 1989.

GOMES, M. L. *Vigilância epidemiológica, serviços públicos de saúde e sociedade civil*. Vol. 2, n. 7. Rio de Janeiro: Nesc/DSC/ENSP/Fiocruz. 1990.

LICHAT, M. F. Natural and man-made accidents. In: *Oxford Textbook of Public Health*, Vol. 1, London, s/d.

POSSAS, A. C. Descentralização e democratização do sistema de saúde. In: *Anais da Conferência Nacional de Saúde*, 8. ed., p. 241, Brasília: Ministério da Saúde, 1987.

RIOS, R. M. Lendo o mundo no plural. *Tempo e Presença*, 250: 23-24, 1990.

SILOS (Sistemas Locais de Saúde). Mesa-redonda patrocinada pelo Programa de Apoio à Reforma Sanitária. Rio de Janeiro: ENSP/Pares/Fiocruz, 1990 (Mimeo).

SIQUEIRA, S. A. V. & BRANDÃO, E. R. *Oficina de estudos sobre educação e saúde: uma proposta de trabalho*. Vol. 2, n. 8. Rio de Janeiro: Nesc/DSC/ENSP/Fiocruz, 1990.

STOTZ, E. N. *Enfoques sobre educação e saúde: notas para reflexão*. Vol. 1, n. 1. Rio de Janeiro: Nesc/DSC/ENSP/Fiocruz, 1989.

STOTZ, E. N. & NETO, O. C. Processo de trabalho e saúde. O caso dos trabalhadores em Curtume. *Demandas populares, políticas públicas e saúde*. Vol. 1. Petrópolis: Vozes/Abrasco, p. 17-74, 1989.

VALLA, V. V. Educação popular: libertação das classes populares ou socialização da verba pública? *Educação e Sociedade*, 29: 73-86, 1998.

_____. *Participação popular e saúde: a questão da capacitação técnica no Brasil*. Vol. 1, n. 2. Rio de Janeiro: Nesc/DSC/ENSP/Fiocruz, 1989.

VALLA, V. V. & CARDOSO DE MELO, J. A. Sem educação ou sem dinheiro. In: MINAYO, M. C. de S. *Saúde em estado de choque*. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, p. 21-35, 1987.

VALLA, V. V.; STOTZ, E. N.; CARVALHO, M. A. P.; HOLLANDA, E. & SIQUEIRA, S. V. de. *Educação, saúde e cidadania*. Relatório final apresentado à Finep. Rio de Janeiro: Nesc/DSC/ENSP/Fiocruz, 1988.

VALLA, V. V. & HOLLANDA, E. Fracasso escolar, saúde e cidadania. In: COSTA, N. R. *Demandas populares, políticas públicas e saúde*. Vol. 1. Petrópolis: Vozes/Abrasco. p. 103-144, 1989.

VALLA, V. V. & SIQUEIRA, S. A. V. Centro municipal de saúde e participação popular. In: COSTA, N. R. *Demandas populares, políticas públicas e saúde*. Vol. 1. Petrópolis: Vozes/Abrasco. p. 91-116, 1989.

VALLA, V. V. & STOTZ, E. N. *Participação popular e saúde*. 2. ed. Petrópolis: CDDH/Cepel, 1989.

A escola pública do primeiro grau é um serviço público, por 8 séries em 8 anos¹⁰

Victor Vincent Valla

¹⁰ Artigo originalmente publicado no Caderno Cedes n. 28 – Sucesso escolar: um desafio pedagógico. Campinas, 1992. p. 11-23

A verba pública e seus dois destinos

A escola pública do primeiro grau¹¹ é um serviço público. Isso significa que sua manutenção, funcionamento e reprodução têm sua origem nos impostos que a população paga. Para a grande parte da população não há escolha de pagar ou não pagar os impostos, nem formas muito sutis de driblar esse pagamento. Em primeiro lugar, porque para quem é assalariado, há um desconto do imposto no próprio contracheque, e em segundo lugar, porque todos os produtos adquiridos no comércio têm embutidos nos seus preços vários impostos. Esse último ponto pode parecer um tanto ambíguo no Brasil, pois as etiquetas não fazem distinção entre o preço da mercadoria (camisa, blusa, cigarro, livro, por exemplo) e os impostos, o que é uma prática rotineira nos países do Primeiro Mundo. Nesse sentido, não é sempre claro para a população que coloca seus filhos na escola pública, com cada compra está, de certa forma, financiando a educação deles.

Na realidade, todo governo eleito democraticamente recebe da população o direito de administrar um dinheiro público que é nada mais do que a soma dos impostos coletados da sociedade, lembrando que a obrigatoriedade do pagamento cai principalmente sobre os ombros da população assalariada.

Em toda sociedade, o dinheiro público tem dois destinos, o do consumo coletivo e o da infraestrutura industrial. Embora essas duas metades sejam legítimas, a primeira é absolutamente essencial para a sobrevivência da população, e, em particular, da população trabalhadora. Normalmente, inclui-se no rótulo de consumo coletivo os serviços públicos de distribuição de água, implantação de esgotos, coleta de lixo e transporte coletivo, os serviços de saúde pública e a educação básica dos primeiro e segundo graus. O fato de que esses serviços são necessários para a sobrevivência da população tem a ver com a reprodução da sua força de trabalho, e, nesse ponto, é novamente a classe trabalhadora – os assalariados – que está em discussão¹².

Pode-se dizer que a discussão do consumo coletivo (“coletivo” porque trata de serviços que são “consumidos” coletivamente) é uma discussão que merece uma pequena abordagem histórica. O debate sobre o papel do Estado e as funções de um governo volta aos séculos XVI e XVII quando já se debruçava sobre o “Estado do bem-comum”¹³. Mesmo assim, é possível afirmar que, em época quando o mundo não era tão urbanizado, determinados serviços, como os de coleta de lixo, implantação de esgotos e transporte coletivo, não eram essenciais para a sobrevivência da população. Mas foi com a intensa industrialização e urbanização das grandes cidades no mundo que se modificou o peso da importância desses serviços com relação à reprodução da força de trabalho da população trabalhadora. Essa transformação tem sua origem no final do século XIX e nas primeiras décadas do século XX, e foi no período imediatamente posterior à Segunda Grande Guerra (1945) que se assistiu às

¹² Víctor V. Valla e Eduardo N. Stotz, *Participação popular e saúde*, Série Saúde e Educação I, 2. ed., Centro da Defesa dos Direitos Humanos de Petrópolis e Centro de Estudos e Pesquisa da Leopoldina, Petrópolis, 1991.

¹³ Martin Carnoy, *Estado e teoria política*, Campinas, Papirus, 1986, cap. I.

mudanças mais bruscas, principalmente nos países da América Latina. É por essas razões que práticas como a coleta do imposto de renda e a implantação das políticas públicas ganharam um impulso nesse período.

Nesse sentido, pode-se dizer que os serviços básicos ou públicos têm uma relação estreita com as políticas públicas, pois sem o investimento dos governos nesses serviços a sobrevivência da população trabalhadora seria comprometida. É possível dizer, aliás, que, mesmo com as políticas públicas e os serviços públicos, frequentemente a sobrevivência da população continua sendo ameaçada em consequência do parco investimento exagerado na infraestrutura industrial¹⁴.

Basta dizer, por exemplo, que o preço, o conforto e a rapidez do transporte coletivo de uma cidade grande determinam, em grande parte, o número de horas de sono do trabalhador. A distribuição, a abundância e a pureza da água que chega às residências da população determinam em grande parte sua disposição para o trabalho e o estado de sua saúde. As grandes distâncias percorridas pela população trabalhadora em cidades como Rio de Janeiro e São Paulo fazem com que alguns sindicatos hoje avaliem que a conquista de oito horas de trabalho por dia já não existe na realidade, já que o salário ganho representa uma jornada de até 12 a 13 horas diárias.

O uso do dinheiro público para viabilizar a infraestrutura industrial é o segundo destino dos impostos coletados pelos governos. E justamente por ser um destino legítimo do uso dos impostos que essa meta é também mais ambígua do que necessárias como ferrovias, rodovias, barragens, usinas e pontes, por exemplo, a escolha de quais dessas obras são essenciais para uma sociedade é onde reside a ambiguidade¹⁵.

A inserção do Brasil dentro do campo do capitalismo internacional tem em grande parte determinado muito das obras de infraestrutura industrial implantadas no país. Não devem ser desprezadas, no entanto, as pressões dos *lobbies* do capitalismo nacional, frequentemente em conluio com os do capitalismo internacional, na disputa pelo dinheiro público brasileiro. Mas o que de mais importante deve ser dito nesse ponto é que a disponibilidade da verba pública para o consumo coletivo é em grande parte determinada pelos gastos da mesma verba na área da infraestrutura industrial. Nesse sentido, ninguém poderia discordar sobre a importância do transporte ferroviário num país como o Brasil. Essa discussão, aliás, era um debate de peso nas décadas de 1940 e 1950 diante da proposta de implantar as fábricas de automóveis na região do Grande ABC no estado de São Paulo. Mas o que significa para o bolso do contribuinte a construção da ferrovia Norte-Sul no Nordeste brasileiro hoje? É óbvio que as barragens são uma fonte de energia para um país como o Brasil com seus muitos rios. Mas o que significa o plano de construir mais de 200 barragens nos próximos 15 a 20 anos? Cada grande obra, seja o projeto Carajás, a Ponte Rio-Niterói, a Transamazônica, até a construção da Linha Ver-

¹⁴ Valla e Stotz, *op. cit.*

¹⁵ *Id.*, *ibid.*

melha no Rio de Janeiro, significa uma escolha de um determinado projeto e o investimento de uma determinada quantia do dinheiro público. O pagamento da dívida externa (já paga, aliás, várias vezes) é, de certa forma, um exemplo clássico do investimento dos governos na infraestrutura industrial, já que grande parte da dívida foi contraída durante os anos do regime militar para a implantação de grandes obras¹⁶.

Os muitos anos de beber uma água nem sempre confiável, de testemunhar uma coleta de lixo pela metade e de ver as crianças entupidas em salas de aulas por turnos de pouco mais de três horas podem ter o efeito de levar o brasileiro a pensar que as diferenças desses serviços com os do Primeiro Mundo são uma questão de cultura e tradição. Esse tipo de argumento pode escamotear essa profunda contradição ente os gastos da verba pública com relação aos destinos do consumo coletivo e a infraestrutura industrial.

A conjuntura neoliberal e a nova ordem mundial

A vitória de um candidato “neoliberal” em 1989 teve o efeito de agravar essa contradição. Participante do pensamento de que os gastos nas áreas sociais vêm agravando a situação econômica do país, o governo Collor de Melo vem propondo a “retirada” do governo federal da obrigação de investir em serviços como educação e saúde, e, assim, passando as responsabilidades para os estados e municípios. A política de “descentralização” e “municipalização” dos serviços não contempla, no entanto, um repasse automático da verba pública necessário para esses serviços. Depois de anos de gastar o dinheiro público nas obras que resultaram na dívida externa, o governo federal passa agora a querer “cortar as gorduras” e “enxugar a máquina”. Mas o que significa “cortar as gorduras” num país onde a sonegação dos impostos por parte de grandes indústrias representa uma coleta menor do dinheiro público? Que significa “enxugar a máquina” num país onde, mesmo nas grandes cidades, a distribuição da água potável não seja contínua, dessa forma ameaçando até a qualidade da própria água tratada?¹⁷

Diante do quadro socioeconômico da população trabalhadora, não seria mais frutífero garantir para os alunos mais tempo na sala de aula com turmas menores, dessa forma compensando os problemas socioeconômicos com mais atenção individualizada? Tais escolhas, no entanto, implicariam um aumento do número de funcionários públicos, não somente quantitativamente, mas também na sua formação qualitativa, tanto quanto no seu nível salarial. Mais professores de qualidade por turmas menores significa também a construção de mais escolas, com salas de aulas espaçosas e confortáveis e com terrenos grandes onde as crianças possam brincar de uma forma que frequentemente não seja possível nos seus próprios bairros. De uma forma rigorosa, poder-se-ia dizer que, para cada bairro que não recebe água 24 horas por dia, seria

¹⁶ Paulo R. Schilling e Aloizio Mercadante Oliva, *A dívida externa é ilegítima e já foi paga várias vezes*, Revista de Cultura Vozes 1, ano 83, janeiro/fevereiro 1989, p. 114-120.

¹⁷ Dá pra ser feliz, cidadão?, *Se liga no SINAL* 2, ano 1, Sistema de Informação a Nível Local, Centro de Estudos e Pesquisa da Leopoldina, Rio de Janeiro, 1991, p. 7.

necessário um funcionário para averiguar a qualidade d'água chegando nas residências. Que dizer então da questão de segurança nas grandes cidades e dos salários dos policiais?

O que a “nova ordem mundial” traz como proposta e o que os seus representantes propõem na América Latina (Salinas, no México, Fujimori, no Peru, Menem, na Argentina, e Collor de Melo, no Brasil, para citar alguns exemplos) é a “primeiromundialização” da população do planeta, mas de acordo com as leis do mercado. A “entrada” do Brasil no Primeiro Mundo pode significar a construção de uma “Bélgica” para uns 40 milhões de brasileiros, deixando os outros 110 milhões num terceiro ou quarto mundo.

Quando se fala “Primeiro Mundo” não necessariamente se refere a um lugar geográfico. Embora o termo refira-se às sociedades tais como as dos Estados Unidos, do Canadá, dos países da Europa Ocidental e do Japão, pode-se incluir, também, bairros da alta classe média em países do Terceiro Mundo, como os de Morumbi, em São Paulo, e os de Barra da Tijuca e Ipanema, no Rio de Janeiro. As ruas são mais limpas porque a coleta de lixo é mais completa – o termo “difícil acesso” não sendo um obstáculo para uma limpeza permanente. A água potável é universal e abundante e pontual, enquanto há uma segurança pública mais contínua e ostensiva. Os parques e as praças de esporte são muitos e gratuitos, ou seja, mantidos com o dinheiro público. A escola pública, seja do primeiro, segundo ou terceiro graus, é quase sempre de melhor qualidade do que a particular, com terrenos espaçosos, prédios com instalações confortáveis, com turnos do primeiro e segundo graus de aproximadamente sete horas e os professores trabalhando numa escola só. O salário de um professor norte-americano de primeiro grau é de aproximadamente US\$ 3.000,00 (fevereiro de 1992) por mês.

Os serviços públicos e a questão da cidadania

Na realidade o que está em discussão é o conceito de cidadania. Esse termo tem sua origem basicamente nos países do Primeiro Mundo, onde a garantia dos direitos do cidadão pelas constituições desses países coincide com a existência de um consumo coletivo de qualidade e de fato. Cabe, então, por parte dos cidadãos mais conscientes uma vigilância da qualidade dos serviços, sejam de água potável ou das escolas de primeiro grau, por exemplo, mas não de sua existência ou não¹⁸.

Nem todos têm acesso igual ao dinheiro público, embora todos sejam obrigados a contribuir com seus impostos para que este exista. A democracia liberal apresenta a proposta de que os direitos “individuais” de cada cidadão sejam respeitados. Mas essa proposta somente teria sentido se todos os cidadãos num país como o Brasil, por exemplo, tivessem acesso pleno aos serviços básicos. Como garantir o “direito individual de ir e vir”, por exemplo, se o transporte coletivo (direito social) ou não existe (obrigando a longas caminhadas), ou é caro e precário, com horários irregulares, poucos ônibus e trens etc.? O dinheiro que os governos gastam com o consumo coletivo está longe de ser suficiente para proporcionar a toda a população brasileira tudo

o que a Constituição prevê, dessa forma prejudicando o exercício dos direitos individuais.¹⁹

A discussão da cidadania no Brasil é problemática, porque a ideia que tem sido divulgada é a de uma cidadania do Primeiro Mundo. Mas uma grande parte da população brasileira não pode vigiar o governo, porque não há o que vigiar; a população, sem acesso aos serviços básicos, tem é que pressionar as autoridades para realizarem essas obras com o dinheiro dos impostos.

O que a população reivindica quando exige os serviços básicos é a sua sobrevivência, pois, não havendo esses serviços, muitos correm o risco de morrer.

É possível afirmar que uma forma de caracterizar a cidadania na América Latina seria a de relacioná-la com o conceito de reprodução da força de trabalho. Nesse sentido, poder-se-ia dizer que o grau de cidadania de uma população varia de acordo com sua capacidade de garantir maior ou menor qualidade na reprodução da sua força de trabalho²⁰.

Um dos obstáculos a superar para que os governos gastem mais com os serviços públicos é a ilusão socializada no Brasil de que se faz o possível e que não há mais dinheiro disponível para ser investido no consumo coletivo. Exemplos desse tipo de imagem são as autoridades afirmando que a folha dos funcionários públicos de uma Prefeitura ou dos professores do primeiro grau consomem uma grande parte dos orçamentos. É até possível que os orçamentos sejam pequenos, mas porque frequentemente a coleta dos impostos é muito inferior ao que poderia ser. Uma terceira explicação passa pela forma através da qual o orçamento municipal é distribuído e em que áreas as prioridades estão estabelecidas. Exemplos atuais de Prefeituras como a de São Paulo (SP) e Angra dos Reis (RJ) demonstram uma coleta de impostos que permite pagar aos profissionais de saúde e educação os salários mais altos no país. O exemplo de Angra dos Reis talvez seja o mais ilustrativo, pois, embora o município se situe em termos populacionais depois de uma dezena de outros municípios no estado do Rio de Janeiro, seu orçamento para o ano de 1991 figurava entre os quatro primeiros do estado, pois seu governo municipal coleta hoje impostos que no passado nenhuma outra Prefeitura coletava.²¹

Mesmo quando se compara o Brasil com outros países latino-americanos de regime capitalista, as diferenças são surpreendentes. Em Costa Rica, onde a mortalidade infantil indica uma taxa de aproximadamente 400 mil por ano, os gastos sociais do orçamento central em saúde e educação correspondem a 19,3% e 16,2%, respectivamente, enquanto no Brasil os mesmos gastos corres-

¹⁸ Victor V. Valla e Sandra A. V. Siqueira, Centro municipal de saúde e participação popular, in Nilson do Rosário Costa et al. (Orgs.), *Demandas populares, políticas públicas e saúde*, Petrópolis, Vozes/ABRSCO, 1989, vol. I, p. 91-116.

¹⁹ Valla e Stotz, op. cit.

²⁰ Victor V. Valla e Maria Alice P. de Carvalho, Estado e saúde – O que fazer?, *Série Saúde e Educação 3*, CDDH e CEPTEL, Petrópolis. (no prelo).

²¹ Entrevista com secretários da Prefeitura de Angra dos Reis, janeiro 1992.

pondem a 9,5% na área da saúde e 4,8% na área da educação, com uma taxa de mortalidade infantil de 1 milhão e 300 mil por ano.²²

A capacitação técnica como antídoto para a interiorização do fracasso e a culpabilização da vítima

A possibilidade de se modificar substancialmente a direção dos gastos públicos passa essencialmente pela organização e mobilização da sociedade civil brasileira, e, em particular, por seus setores mais populares (sindicatos, associações profissionais, associação de moradores, partidos políticos progressistas). De um lado passa pela eleição de vereadores, deputados estaduais e federais progressistas e, até, o presidente da República. Mas a experiência já demonstra que o preenchimento de cargos públicos por personalidades progressistas é pouco numa sociedade que sofre pressões no nível nacional e internacional como o Brasil sofre. O outro lado da questão é o da garantia da posse e permanência das mudanças. E nesse sentido a vontade política é importante, mas insuficiente. Essencial na conquista popular dos serviços básicos universais e de qualidade é a capacitação técnica da sociedade de caráter popular. Nesse sentido, é possível afirmar que a formação política é essencial, mas que a capacitação nas questões técnicas é também primordial para uma população que habita um país possuidor de indústrias e telecomunicações tão sofisticadas.

Nesse ponto reside a importância de um caderno dessa natureza sobre os filhos das classes populares e a problemática da aprendizagem. Pois justamente nos campos de educação e saúde é onde a sociedade civil e os movimentos populares enfrentam os maiores problemas. De certa forma, há uma maior compreensão das questões técnicas implícitas nos serviços tais como a distribuição d'água, a implantação dos esgotos, a coleta do lixo e o transporte coletivo. Talvez por serem esses serviços mantidos por funcionários que aproximam muito mais o nível de escolaridade da população trabalhadora e possivelmente porque muitas das atividades desenvolvidas nesses serviços (como bombeiro e pedreiro, por exemplo) sejam justamente as que grandes parcelas da população desenvolvem. Os serviços de saúde e educação, no entanto, representam, por excelência, os do saber acadêmico, e, nesse sentido, do poder.

Talvez seja possível afirmar que a questão do “fracasso escolar” é simbólica das relações entre as classes populares e os setores dominantes da sociedade brasileira. A interiorização do “fracasso” e da “incapacidade” de apropriar um determinado saber tem o efeito de influenciar a relação da população brasileira com os outros serviços básicos. Quando se fala da democratização do acesso aos serviços, está se pressupondo a desigualdade entre os participantes. É por essa razão que se propõe a democracia.

²² G. A. D. Soares e S. S. D. Soares, Comparando os mortos: a guerra do Golfo e a “guerra do Brasil”, in *Proposta. Experiências em educação popular*, FASE 49, Rio de Janeiro, 1991, p. 33.

Numa investigação realizada no Rio de Janeiro, foi possível constatar que, no tocante à relação da população trabalhadora com os serviços básicos, uma determinada imagem da população trabalhadora é permanentemente construída, isto é, a precariedade dos serviços públicos para essas parcelas da sociedade tem sua justificativa a partir de uma linguagem da “culpabilização da vítima”.²³ A imagem construída corresponde à individualização da culpa como explicação de uma prática coletiva. Trata-se de acusar os pais de não motivar seus filhos nos estudos para explicar um índice de “fracasso escolar”, mas trata-se também de acusar o operário acidentado de não ter prestado atenção ou o pai do filho desidratado de não oferecer os cuidados necessários à criança.

Frequentemente a culpabilização ganha contornos mais sofisticados, quando, por exemplo, se supervalorizam os problemas socioeconômicos da população, justificando assim os serviços precários. Se, de um lado, se procurar explicar o mau funcionamento dos serviços por esse prisma, de outro, cabe perguntar então para que servem esses serviços. Exemplos dessa forma de raciocínio incluem o de explicar a repetência na escola pela falta de condições de estudo do aluno morador que reside ao lado da vala aberta. Na pesquisa referida, uma deputada federal acusou os moradores de favelas de ser uma das causas principais das enchentes, em virtude da escolha de onde construir os seus barracos.²⁴ Enfim, a inoperância, a ausência ou a irresponsabilidade social das instituições públicas (que resultam em acidentes de trabalho, doenças infectocontagiosas, enchentes, fracasso escolar, entre outras ocorrências, acabam sendo justificadas pelo local de moradia, baixo salário e nível de escolaridade da população.

Uma das justificativas para a culpabilidade das vítimas é a desqualificação do saber popular. Assim, o monopólio do saber técnico, seja do médico, do professor ou de outro tipo de profissional, secundariza o saber acumulado da população trabalhadora quando lança mão da escolaridade formal como parâmetro de competência. Mas a “desqualificação” da classe trabalhadora também passa pela construção de uma imagem do “bruto”, do “carente”, do “nulo”, afirmando, enfim, que “a família pobre é igual a doenças”²⁵. Essa imagem do trabalhador, de um lado, tem o resultado de apagar as diversidades do interior da própria classe; de outro, procura infantilizar os mesmos trabalhadores, chamando-os de mentirosos quando alegam problemas de saúde, e de “bagunceiros” quando demonstram desinteresse na sala de aula.

Embora a interiorização do “fracasso” seja na última instância uma questão com sérias repercussões para a postura das classes populares com relação à vida política, há uma discussão técnica embutida nessa problemática política mais ampla. Qualquer que seja o serviço básico, essa discussão técnica tem seu desenvolvimento próprio. Se, por exemplo, o serviço for o transporte coletivo, a discussão poderia se desenvolver na direção de tipos de transpor-

²³ Victor V. Valla e Eduardo N. Stotz et al., *Educação, saúde e cidadania*, relatório final apresentado à financiadora FINEP do projeto Educação, Saúde e Cidadania, ENSP/Fiocruz, 1988.

²⁴ Id., *ibid.*

²⁵ Victor V. Valla e Eliane Hollanda, *Fracasso escolar, saúde e cidadania*, in Costa, *op. cit.*, vol. II, p. 103-144.

tes coletivos, número de veículos/habitantes, número de passageiros/veículo, salário dos funcionários, preços de passagens, horários, quilômetros percorridos/veículo etc.

A capacitação técnica e os problemas de aprendizagem

Há também uma discussão técnica que acompanha a questão da escola pública do primeiro grau, principalmente no tocante aos problemas de aprendizagem. Um dos pontos é a adoção do termo “usuário” com relação aos alunos e seus pais. É sintomático que o termo “usuário” seja utilizado para serviços tais como água, esgoto, transporte, mas quando se trata da escola pública se emprega o termo “aluno”. Tal prática pode estar contribuindo para que a escola pública não seja vista pelas classes populares como um “serviço”, mas como algo a ser conquistado a partir do esforço do aluno. Os pais são usuários uma vez que seus impostos são descontados para financiar o funcionamento da escola pública. Embora a relação entre os “usuários” (pais e filhos) e os servidores públicos (professores) não seja igual à do passageiro com o cobrador e motorista, mesmo assim parece importante destacar que todo o serviço público pressupõe que o primeiro esforço seja do servidor e não do usuário. Assim, falta de atenção e desinteresse podem significar que o servidor (professor) não seja bem preparado para “prestar” o serviço, e culpar o usuário (aluno) por não cooperar pode ser uma forma de escamotear esse problema.

Pode-se imaginar um hipotético cidadão, quando percebe que não sai água da torneira da pia da cozinha, que liga para a companhia municipal de água e esgoto para registrar a sua reclamação. E se o funcionário responder que a culpa está com o usuário, pois não está manuseando corretamente a torneira? Embora o exemplo beire o absurdo, tal relação frequentemente existe na sala de aula quando o professor aponta o desinteresse, a “bagunça” ou a falta de atenção como sendo causas do “fracasso”²⁶. Como se espera que a água corra nas residências 24 horas por dia, e não 10, 12 ou 13 horas, também é de se esperar que o primeiro grau se efetue em 8 anos, e não em 9, 10 ou 12 anos.

A forma genérica com que se trata o termo “desnutrição” é um outro ponto que faz parte dessa discussão técnica. A divisão do termo em categorias específicas é um bom exemplo de como um assunto com largas implicações políticas deve ser enfrentado com a capacitação técnica. Os textos deste caderno tanto quanto os outros produzidos pelos autores demonstram a importância de se aprofundar esse assunto não somente com os professores, mas também com os pais de alunos e com a sociedade civil em geral.²⁷

Outro ponto é o da contradição entre a eficiência e a eficácia dos serviços. Contradição porque o serviço público de educação propõe uma eficiência baseada em número de salas/alunos, número de horas de ensino, enquanto os pais esperam um primeiro grau que dure apenas oito anos com um produto

²⁶ Id., *ibid.*

²⁷ Ver, por exemplo, *Fracasso escolar – Uma questão médica?*, Caderno Cedes 15, São Paulo, Cortez/Cedes, 1986; e Flávio Luís S. Valente (Org.), *Fome e desnutrição. Determinantes sociais*, São Paulo, Cortez, 1986.

de determinadas habilidades adquiridas. Esse dilema assemelha-se ao da saúde pública, em que se propõem tantos funcionários/horas do dia/pacientes de um lado, e do outro está a população com a expectativa de resolubilidade dos seus problemas de saúde. Certamente, tal contradição não se resolve com facilidade, mas, se não se aprofundar a discussão técnica, problemas sérios podem ocorrer em nome da eficiência e da eficácia. Toda a problemática levantada sobre distúrbios oriundos de problemas de parto, “desnutrição” e a pobreza em geral e que são vistos como causadores de problemas de aprendizagem frequentemente têm seu desfecho num centro municipal de saúde e com a aplicação de um eletroencefalograma ou outro teste semelhante. Se não se aprofundarem as contradições de tais práticas, os pais dos alunos podem entender que um centro que aplica 15 eletroencefalogramas por dia, por exemplo, é mais eficiente e eficaz do que nos casos em que se recusa a desempenhar tal tipo de tratamento.

Tal é a confusão entre os professores, pais e os próprios alunos sobre a questão de repetência, desempenho escolar e problemas de aprendizagem que se corre o risco de consolidar uma imagem sutil e ao mesmo tempo pernicioso: a de se confundir os problemas de aprendizagem e repetência com a própria “capacidade de aprender”. Dessa forma chega-se à conclusão equivocada de que o constante “fracasso” das classes populares na escola pública é na realidade uma “constatação” da sua incapacidade de aprender, de desenvolver adequadamente as atividades intelectuais. Basta lembrar as eleições presidenciais de 1989 para averiguar como tal concepção é arraigada na sociedade brasileira.

Na realidade essa “confusão” é uma simplificação do problema da escola pública e das dificuldades de aprendizagem. O direcionamento da questão para a área de saúde – a medicalização do fracasso escolar – é “uma resposta que atende a uma demanda da própria sociedade e é exatamente por isso e por seu caráter simplificador que se difunde tão rapidamente”²⁸.

Na mesma investigação referida acima os resultados apontaram para o serviço de saúde como uma das soluções principais para a questão do “fracasso escolar”. Às vezes esse tipo de “solução” é apontado claramente, outras vezes está implícito. De qualquer forma, os resultados apontam para problemas que devem ser resolvidos, ou com tratamento psicológico, ou com cuidados médicos. O centro municipal de saúde, isto é, o posto de saúde, é visto como um grande “guarda-chuva”, onde muitos dos problemas poderiam ser resolvidos. Esse ponto merece mais atenção, pois aponta para o espaço em que os problemas de aprendizagem são solucionados. Uma vez que a escola não consegue resolver um problema do aluno, a única outra alternativa é o posto de saúde²⁹.

Na mesma investigação, quando se apontaram os alunos e os pais como os principais responsáveis pelo “fracasso escolar”, ou quando se indicam suas condições de vida ou as próprias condições de trabalho dos professores como

²⁸ Cecília Azevedo Lima Collares e Maria Aparecida Affonso Moysés, Educação ou saúde? Educação x saúde? Educação e saúde!, *Caderno Cedes* 15, op. cit., p. 7-16.

²⁹ Valla e Hollanda, op. cit.

a causa principal do mau desempenho na escola, cria-se um “beco sem saída”. O que se quer dizer com o “beco sem saída”? Que não há solução possível para a maioria das explicações dadas pelo fracasso escolar. No entanto, se os alunos deixarem de quebrar os vidros da janela e de brigar na sala de aula, haverá garantia de que vão começar a aprender? Pode inclusive ser que estejam fazendo isso porque não estão aprendendo. De que adianta dizer que os pais estão sendo violentos com os filhos em casa, ou que os “alunos fracos” são filhos de pais separados, se não é função da escola “juntar” os pais novamente ou “vigiar” as casa para que os pais não batam nos filhos? Esperar até que tudo isso seja resolvido é esperar por muito tempo que a questão do “fracasso escolar” seja resolvida. Se a mãe apanhou quando estava grávida, ou se um aluno não teve uma alimentação suficiente quando era pequeno, não nos é possível construir uma “máquina do tempo”, colocar a criança e a mãe dentro, e voltar oito ou nove anos para começar tudo de novo. Se realmente se aceitam essas explicações do fracasso escolar, possivelmente vai-se ter que construir tantos postos de saúde quanto escolas.³⁰

A própria confusão levantada pela questão da medicalização dos problemas de aprendizagem cria, por sua vez, outras dificuldades. Trata-se do uso indiscriminado de um termo como a “saúde escolar”. Na realidade, o termo “saúde escolar” deveria ser “saúde para a criança em idade escolar”, pois se sabe que uma parcela razoável das crianças em idade escolar não se encontra na escola, porque já estiveram na escola numa época e foram excluídas pelo processo da “culpabilização da vítima”, ou porque nunca tiveram a oportunidade de estudar por ter de trabalhar desde idade tenra.

Os problemas de saúde que uma criança tem na escola são os mesmos que toda a faixa etária tem, sendo “escolares” ou não. Assim, problemas de visão e audição não se aplicam apenas a quem não consegue ouvir os professores ou ver o quadro-negro, mas também às crianças que vendem balas na rua ou carregam compras dos supermercados³¹.

A participação da sociedade civil de caráter popular e a construção do conhecimento

É claro que esses pontos de uma discussão técnica são apenas alguns dos muitos possíveis. A proposta de se enumerar alguns desses pontos teve o intuito de apontar para duas formas de se combater esse quadro de ambiguidade que cerca a problemática política e técnica da aprendizagem das classes populares na escola pública.

A primeira trata da própria produção deste caderno de artigos que representa uma reflexão a partir da investigação, mas também a partir da prática, seja com alunos, seja com professores. Nesse sentido, há de buscar que o ma-

³⁰ Id., *ibid.*

³¹ Gerson Zanetta de Lima, *Saúde escolar – Perspectivas de desenvolvimento*, *Caderno Cedex 15*, op. cit., p. 55-61.

terial contido neste caderno seja socializado da forma mais ampla, entre professores, supervisores e diretores das escolas públicas. Mas há de buscar também que este material alcance outras parcelas da sociedade civil de caráter popular.

Uma segunda forma de ação, no entanto, precisa ser desenvolvida também. Trata-se da construção de uma aliança entre profissionais de educação e saúde com as organizações do movimento popular. Não se trata de uma construção genérica de “todos juntos, venceremos”, mas sim de uma aliança de alguns profissionais e setores do movimento popular preocupados com o uso correto da verba pública nos setores de educação e saúde, e também com a fiscalização popular dos serviços. Fala-se de “alguns”, pois tal aliança pressupõe que, em determinados momentos, o profissional que é “empregado/cidadão” se torne mais “cidadão” do que “empregado”, principalmente em face de governos estaduais ou municipais que não compartilham da política de alianças e de fiscalização.

Na investigação referida, anteriormente, percebeu-se em algumas entrevistas uma certa resistência de profissionais a serem avaliados pelos pais ou pela comunidade. Disseram que não haveria preparo para essa avaliação.

Porque os pais são cidadãos e pagam seus impostos têm direito de fiscalizar e avaliar os serviços públicos oferecidos pelo Estado. Não é uma questão de competência ou de escolaridade, mas de direito. Cabe à escola e ao centro de saúde, como instituições públicas, abrir suas portas a quem os sustenta financeiramente, incentivando, inclusive sua fiscalização e avaliação, como forma de garantir mais eficiência e mais eficácia.³²

Fala-se dos pais como uma das partes dessa aliança, porque se entende os pais organizados como uma das formas do movimento popular. Mas fala-se dos pais também porque se entende que representam o setor mais diretamente interessado numa escola pública de oito séries em oito anos. A proposta de aliança de “alguns” pais com “alguns” profissionais representa a posição de que a pressão da categoria dos professores é frequentemente insuficiente para garantir as melhorias na qualidade da escola pública. Nesse sentido, os pais somados aos profissionais poderiam representar a diferença que estava faltando.

Sabe-se, no entanto, quando se fala dos pais como parte de aliança com os professores, que frequentemente está se falando de cidadãos e trabalhadores que têm pouca escolaridade. Nesse sentido, volta-se a discussão da capacidade técnica como um dos componentes da pressão popular sobre as autoridades. Mas a capacitação técnica dos pais, se certamente envolve a participação dos professores como a outra perna da aliança, ao mesmo tempo não pressupõe a hegemonia destes na construção da aliança. O mero “repasse” do conteúdo deste caderno, por exemplo, não garante a apropriação dos conhecimentos pelos pais.

Nesse sentido, alguns profissionais de saúde, com relação à mesma problemática, mas pensando na ameaça das novas epidemias e na qualidade dos

³² Valla e Hollanda, op. cit.

serviços de saúde em face dos poucos investimentos dos governantes, colocaram a questão da seguinte forma. Há um acúmulo de conhecimentos resultantes da pesquisa científica, de um lado; e há um acúmulo de pesquisas resultantes da experiência de vida, escolarização, lutas políticas dos setores organizados da sociedade civil, do outro. É possível um repasse? Repasse de quê? É como se o profissional estivesse dizendo: daquilo que eu possuo no nível de conhecimentos científicos, que parcelas interessam aos setores que se encontram sem proteção contra as doenças que eu estudo? Mas não seria necessário que eu soubesse como esses setores constroem seus conhecimentos para poder fazer uma seleção das informações com as quais eu trabalho? Onde seria a ponte entre o transmissor e o receptor? Aliás, há apenas transmissor e receptor em mão única, ou a mão é dupla? Se a mão é dupla, que é que os setores populares da sociedade organizada oferecem nessa relação?

Que é que se procura com essa discussão? É conhecer a realidade dessas populações para poder facilitar a transmissão, ou é possibilitar uma construção de outro conhecimento que é resultado de uma relação necessariamente desigual das duas partes?³³

Há alguns exemplos que apontam para esses questionamentos acima colocados. O primeiro é de um técnico que visita um povoado no interior do país onde a doença de Chagas é endêmica. O técnico conversa com as lideranças da comunidade e ensina a identificar o “barbeiro”. Borrifa todas as casas e pede que na próxima visita aqueles moradores que ainda encontrarem o barbeiro em suas casas o avisem. Em sucessivas visitas todos os moradores falam que há barbeiros em suas casas. Confuso e frustrado, uma noite, no bar do bairro, fica sabendo por meio de uma liderança que os moradores saem e procuram barbeiros para colocar em suas casas, quando estes ficam sabendo que o técnico visitará a comunidade, dessa forma garantindo uma “dedetização” completa dos barbeiros, aranhas, mosquitos e moscas³⁴.

Um segundo exemplo ocorre num Centro Municipal de Saúde. O técnico explica para as mães que é necessário ferver a mamadeira, o bico da mamadeira e o leite antes de os oferecer para o bebê. As mães assimilam a lição, repetem o procedimento em casa e na hora de viajar de ônibus com a criança colocam a mamadeira esterilizada numa sacola com sapatos sujos e dinheiro³⁵.

Pode-se observar que, em cada um dos exemplos citados, não se pode negar que houve aprendizagem. Justamente porque houve o repasse, o receptor (morador, mãe, aluno universitário) aprendeu aquilo que o transmissor repassou. Mas as condições materiais de vida tanto quanto a maneira de ver a sociedade acabaram contribuindo para um resultado de aprendizagem diferente daquele esperado pelo transmissor³⁶.

³³ Victor V. Valla, *A construção desigual dos conhecimentos e o controle social dos serviços de educação e saúde*, Rio de Janeiro, ENSP/Fiocruz, 1991.

³⁴ O exemplo foi oferecido pelo prof. Carlos Osani (ENSP/Fiocruz). Ver Valla, *ibid.*

³⁵ O exemplo é da Dra. Ana Cecília S. L. Sucupira, secretária municipal de saúde, São Paulo. Ver Valla, *ibid.*

³⁶ Valla, *ibid.*

A possibilidade de um primeiro grau de oito séries em oito anos para a maioria da população em idade escolar depende não somente de um professorado esclarecido e com vontade política que tal proposta ocorra, mas também da pressão da população organizada que tem filhos na escola pública. Mas essa pressão depende também do esclarecimento dos pais sobre os vários níveis de desnutrição, da ambiguidade dos exames produzidos pelo eletroencefalograma e das armadilhas da “pobreza” e dos “pais separados” para se explicar um suposto mau desempenho. A construção do conhecimento entre professores e pais com relação a esses temas é um passo fundamental na busca da garantia de uma escola pública universal e de qualidade. E de oito séries em oito anos.

Referências bibliográficas

CARNOY, M. *Estado e teoria política*. Campinas, Papirus, 1986.

COLLARES, C. A. L. e MOYSÉS, M. A. A. Educação ou saúde? Educação x saúde? Educação e saúde! *Caderno Cedes* 15. São Paulo, Cortez, 1986, p. 7-16.

DÁ pra ser feliz, cidadão? *Se liga no SINAL 2*, ano 1, Sistema de Informação a Nível Local, Centro de Estudos e Pesquisa da Leopoldina, Rio de Janeiro, 1991, p. 7.

FRACASSO escolar – Uma questão médica? *Caderno Cedes* 15, São Paulo, Cortez/Cedes, 1986.

LIMA, G. Z. de. Saúde escolar – Perspectivas de desenvolvimento, *Caderno Cedes* 15, op. cit., p. 55-61.

SCHILLING, P. R. e OLIVA, A. M. A dívida externa é ilegítima e já foi paga várias vezes, *Revista de Cultura Vozes* 1, ano 83, Janeiro/Fevereiro 1989, p. 114-120.

SOARES, G. A. D. e SOARES, S. S. D. Comparando os mortos: a guerra do Golfo e a “guerra do Brasil”, in *Proposta. Experiências em educação popular*, FASE 49, Rio de Janeiro, 1991, p. 33.

VALENTE, F. L. S. (Org.). *Fome e desnutrição*. Determinantes sociais. São Paulo, Cortez, 1986.

VALLA, V. V. e CARVALHO, M. A. P. de. Estado e saúde – O que fazer?, *Série Saúde e Educação* 3, CDDH e CEPEL, Petrópolis (no prelo).

VALLA, V. V. e HOLANDA, E. Fracasso escolar, saúde e cidadania. In.: COSTA, N. R. et al. (Orgs.). *Demandas populares, políticas públicas e saúde*, Petrópolis, Vozes/ABRASCO, 1989, vol. II, p. 103-143.

VALLA, V. V. e SIQUEIRA, S. A. V. S., Centro municipal de saúde e participação popular. In: COSTA, N. R. et al. (Orgs.). *Demandas populares, políticas públicas e saúde*, Petrópolis, Vozes/ABRASCO, 1989, vol. I, p. 91-116.

VALLA, V. V. e STOTZ, E. N. A construção desigual dos conhecimentos e o controle social dos serviços de educação e saúde. In: VALLA, V. V. e STOTZ, E. N. *Participação popular, educação e saúde: teoria e prática*. Rio de Janeiro, Relume-Dumará, 1993. p.87-100.

VALLA, V. V. e STOZ, E. N. et al., *Educação, saúde e cidadania*, relatório final apresentado à financiadora FINEP do projeto Educação, Saúde e Cidadania, ENSP/Fiocruz, 1988.

VALLA, V. V. e STOZ, E. N. Participação popular e saúde. *Série Saúde e Educação I*, 2. ed., Centro da Defesa dos Direitos Humanos de Petrópolis e Centro de Estudos e Pesquisa da Leopoldina, Petrópolis, 1991.

Procurando compreender a fala das classes populares³⁷

Victor Vincent Valla

³⁷ Este artigo teve inúmeras versões publicadas entre os anos de 1998 e 2004, período em que o tema da compreensão das classes populares foi seguidamente revisitado e aprofundado por Valla. A versão aqui apresentada foi originalmente publicada em: VALLA, V. V. (Org.). Saúde e educação. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2000, p. 11-32.

As grandes mudanças que têm ocorrido nos últimos anos – a queda do muro de Berlim e o subsequente fim do socialismo real, a vitoriosa onda neoliberal e o processo de globalização que se instaura, hoje, no mundo – vêm exercendo um papel profundo no modo de pensar a educação popular e o trabalho comunitário. Possivelmente, um dos temas que mais sofreu questionamento como resultado destas mudanças diz respeito às formas através das quais as sociedades se transformaram. Enquanto a revolução ou a rebelião em grande escala, na realidade, sempre foi a exceção e não a regra, as mudanças ocasionadas pelas forças progressistas têm mais a ver com resistências sutis e pequenos levantes. Embora menos dramáticas, servem para minar a legitimidade política de diferentes sistemas de exploração, e ao mesmo tempo tendem a indicar melhor o sistema de crenças das classes subalternas do que os confrontos diretos (SERULNIKOV, 1994). E, neste sentido, talvez a grande guinada, a principal mudança de ótica com relação aos trabalhos que são desenvolvidos com as classes subalternas, refira-se à compreensão que se tem de como pessoas dessas classes pensam e percebem o mundo.

Depois de vários esforços para melhor compreender este campo de ideias (VALLA, 1992 e 1993), duas questões têm ficado mais claras para mim. A primeira é nossa dificuldade de compreender que o que os membros das chamadas classes subalternas estão dizendo está relacionado muito mais com nossa postura do que com questões técnicas, como, por exemplo, linguísticas³⁸. Falo de postura, referindo-me à nossa dificuldade em aceitar que as pessoas “humildes, pobres, moradoras da periferia” são capazes de produzir conhecimento, são capazes de organizar e sistematizar pensamentos sobre a sociedade, e dessa forma, fazer uma interpretação que contribui para a avaliação que nós fazemos da mesma sociedade.

A segunda é que parte da nossa compreensão do que está sendo dito decorre da nossa capacidade de entender quem está falando. Com isso, quero dizer que dentro das classes subalternas há uma diversidade de grupos (MARTINS, 1989), e a percepção deste fato passa pela compreensão das suas raízes culturais, local de moradia e a relação que mantêm com os grupos que acumulam capital³⁹.

Na realidade, essa discussão – que certamente não é nova no campo da educação popular – trata das nossas dificuldades em interpretar as classes subalternas, demonstrando que a “crise de interpretação” é nossa (MARTINS, 1989), a começar pelo enfoque da ideia de “iniciativa”. Falo de “iniciativa”

³⁸ “A categoria de subalterno é certamente mais intensa e mais expressiva que a simples categoria de trabalhador. O legado da tradição gramsciana, que nos vem por meio dessa noção, prefigura a diversidade das situações de subalternidade, a sua riqueza histórica, cultural e política. Induz-nos a entender a diversificação de concepções, motivos, pontos de vista, esperanças, no interior das diferentes classes e grupos subalternos” (MARTINS, 1989, p. 98).

³⁹ O Departamento de Endemias Samuel Pessoa, Escola Nacional de Saúde Pública da Fundação Oswaldo Cruz, desenvolve uma discussão semelhante, embora com origem diferente. Os professores Paulo Sabroza, Luciano M. de Toledo e Carlos H. Osanaí propõem a utilização do termo “grupos sociais” em vez de “classes sociais” ou “classes trabalhadoras”. A argumentação que vêm utilizando é a de uma epidemia de dengue, por exemplo, numa cidade como o Rio de Janeiro, pode atingir uma favela e outra não, embora as duas favelas sejam compostas de classes trabalhadoras. A diferença estaria na maneira como seus moradores ocupam o espaço e como a água é distribuída. Assim, embora todos os moradores sejam de favelas, representam grupos sociais diferentes. Para evitar a repetição do termo “classes subalternas”, estarei utilizando o termo “população” como palavra substitutiva.

porque penso que na relação profissional/população muitos de nós trabalhamos com a perspectiva de que a “iniciativa” é parte da nossa tradição, e que a população falha neste aspecto, fazendo com que seja vista como passiva e apática⁴⁰.

Se sou referência, como chegar ao saber do outro?

Ao relatar as relações de profissionais/mediadores com a população, uma contribuição importante parece ser a de citar o máximo possível a fala desta última, pois tal procedimento permite que outros tenham a possibilidade de interpretar o que está sendo dito. A própria forma de relatar uma experiência indica a concepção de mundo de quem faz o relato. Neste sentido, é possível afirmar que os profissionais e a população não vivem uma experiência da mesma maneira. A forma de trabalho dos profissionais (no partido político, na associação de moradores, na igreja) pode não estar levando isso em conta, principalmente porque o projeto que se desenvolve é provavelmente anterior ao contato com a população.

Um exemplo é o trabalho que o profissional de saúde pública desenvolve com a população moradora das favelas e bairros periféricos. Toda proposta dos sanitaristas pressupõe a “previsão” como categoria principal, pois a própria ideia de prevenção implica um olhar para o futuro. Mas poderia ser levantada como hipótese que estes setores da população conduzem suas vidas através da categoria principal da “provisão”. Com isso se quer dizer que a lembrança da fome e das dificuldades de sobrevivência enfrentadas no passado faz com que o olhar principal seja voltado para o passado, preocupado em prover o dia de hoje. Uma ideia de “acumulação”, portanto. Neste sentido, a proposta de “previsão” estaria em conflito direto com a de “provisão”.⁴¹

É comum a população delegar-nos autoridade para tomar a iniciativa em trabalhos desenvolvidos em conjunto (conselhos municipais e distritais de saúde, zonais de partidos políticos, por exemplo), pois tal atitude coincide com a nossa percepção de que o povo tem pouca autonomia para tomar iniciativa.

É provável que dentro da concepção de que os saberes dos profissionais e da população são iguais esteja implícita a ideia de que o saber popular mimetiza o dos profissionais. Se a referência para o saber é o profissional, tal postura dificulta a chegada do saber do outro. Os saberes da população são elaborados sobre a experiência concreta, a partir das suas vivências, que são vividas de uma forma distinta daquela vivida pelo profissional. Nós oferece-

⁴⁰ “Ao colocar em discussão a questão da visão dos dominantes sobre as favelas, procuramos demonstrar que embutido no interior desse ponto há um outro aspecto metodológico: quem coloca o problema da favela, seja acadêmico ou administrativo, são os próprios construtores das favelas. Neste sentido, os muitos programas propostos pelas autoridades não são, na realidade, propostas, mas respostas às ações dos populares. Com isso, pretendemos ressaltar a atividade onde tradicionalmente são vistas a passividade e a ociosidade” (VALLA, 1986, p. 27).

⁴¹ As primeiras ideias são da professora Marlene Schiroma Goldenstein, palestrante convidada durante o III Encontro Estadual de Educação e Saúde, Universidade Estadual do Rio de Janeiro, dezembro, 1992. O exemplo onde são utilizadas as categorias de “previsão” e “provisão” é da antropóloga Lygia Segala, que empregou os termos no seminário “A construção desigual do conhecimento”, realizado no Departamento de Endemias Samuel Pessoa, junho, 1992.

mos o nosso saber porque pensamos que o da população é insuficiente e, por esta razão, inferior, quando, na realidade, é apenas diferente.

O que percebo na fala do outro?

Num debate sobre o fracasso escolar na escola pública do primeiro grau, uma das participantes desenvolveu um raciocínio extraordinariamente simples, mas esclarecedor. Trabalhou com o seguinte pressuposto: embora o professor tenha um livro didático ou notas como referência, faz, na realidade, uma seleção da matéria que oferecerá aos alunos. A seleção que faz, provavelmente, deve-se a um domínio maior sobre a matéria, ou, quem sabe, a uma afinidade com algumas ideias a serem oferecidas. Mas o importante é o reconhecimento de que o professor faz uma seleção da matéria, oferecendo alguns pontos e deixando outros de lado.

Os alunos, por sua vez, também fazem uma seleção. A atenção exigida pelo professor não é suficiente para fazer com que tudo seja assimilado pelos alunos. Justamente devido à sua história de vida, alguns pontos são vistos com mais atenção do que outros, fazendo com que alguns sejam retidos e outros, não.

É na hora da avaliação – disse a expositora – que começam os problemas, pois é uma prática comum os alunos não relatarem o que assimilaram, e sim aspectos decorados do livro didático⁴².

Na realidade, a avaliação teria que se basear naquilo que o aluno percebeu na fala do professor, ou da literatura do livro didático, pois é isso que foi retido pelo aluno.

É também assim que se processa a fala do profissional com a população, e vice-versa. De acordo com a formação de cada um, história de vida e vivências de cada dia, faz-se uma leitura do outro, não necessariamente de tudo que o outro fala, mas daquilo que mais chama a atenção, daquilo que mais interessa.

O que frequentemente, para o profissional, é conformismo pode ser para a população uma avaliação rigorosa dos limites de melhoria

Maria Helena de Souza Patto fala das mães dos alunos “fracassados” (PATTO, 1991, p. 269). Não foi pretensão da autora fazer uma análise dos discursos das mães. Mas quem se proponha a isso irá perceber alguns eixos de contradição. A fala das mães tende a reproduzir a fala dos professores, diretores de escolas e administradores escolares, em que um discurso aparentemente técnico e científico explica por que os alunos “fracassam” e não aprendem. Mas é no final do seu próprio discurso que as mães acabam negando a medi-

⁴² Essas ideias sobre avaliação foram desenvolvidas pela professora Marisa Ramos Barbieri (Departamento de Psicologia e Educação, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, USP, Ribeirão Preto), durante a mesa-redonda “A escola: seus agentes e interlocutores”, em seminário sobre saúde e cultura na Escola, promovido pela Fundação para o Desenvolvimento da Educação, 1992 (ALVES, 1994).

calização e individualização do fracasso dos filhos. Ou seja, a contradição é apenas aparente, pois na repetição das falas dos professores há um momento em que negam o que tinham dito, comparando o desempenho dos filhos em tarefas domésticas, no trabalho precoce ou em brincadeiras com os amigos. Apontam, individualmente, ainda que de forma fragmentária, para muitas das determinações institucionais do fracasso dos filhos... pressões relativas à compra do material escolar... agressões físicas e verbais contra a crianças... (PEREGRINO, 1993, p. 69).

Certamente, a atenção dada à fala das mães permitiu a percepção de um outro discurso dentro do discurso aparentemente repetido. Inversamente, uma postura de desprezo não detectaria o “desdito” na fala das mães.

Três falas de moradoras de favelas podem ser esclarecedoras dessa mesma dificuldade dos profissionais em compreender o discurso popular.

A primeira trata de descrever a tuberculose como uma doença hereditária, em que seu tratamento é garantido pelo ar puro, descanso e boa alimentação. Apesar de o médico insistir com os moradores de uma favela que a tuberculose é causada por uma bactéria, e que, hoje, já há medicamento para o seu tratamento, os moradores continuavam a manter sua opinião.

A hipótese popular não desarticula causa e efeito. Associa a má qualidade de vida à repetição frequente desta doença em seu extrato social. Não separa a doença da dinâmica social em que ela ocorre. Encara-a como fenômeno social. Entende que está na melhoria da sua qualidade de vida a “cura” social para este mal (PEREGRINO, 1993).

Uma outra moradora de favela declara: “Quem visse o que eu já tive em Minas... minha vida tá boa sim” (CUNHA, 1995, p. 3). Numa outra favela do Rio de Janeiro, um líder comunitário comenta: “Não tem mais problema, pois nossa favela já recebe água duas a três vezes por semana”⁴³. A tendência dos profissionais que ouvem essas falas é entendê-las como conformistas, principalmente para quem tem conhecimento do que significa receber água em casa duas a três vezes por semana (VALLA, 1994). O que cabe destacar é a necessidade de entender melhor as “falas como a da moradora e as alternativas de condução de vida”, que têm como ponto de partida a “leitura e representação de uma história, referenciada em sua experiência de vida e que... oriente sua forma de estar no mundo” (CUNHA, 1995, p. 4).

O que frequentemente, para o profissional, é conformismo, falta de iniciativa e/ou apatia, é para a população uma avaliação (conjuntural e material) rigorosa dos limites da melhoria de suas condições de vida. O autor deste trabalho teve muita dificuldade em compreender o sorriso condescendente da liderança da favela quando insistiu com ela que “duas a três vezes por semana” era insuficiente, e que o certo eram 24 horas por dia.

⁴³ Reunião da Comissão de Água do Complexo das Favelas da Penha, Rio de Janeiro, promovida pelo Centro de Estudos e Pesquisas da Leopoldina (CEPEL), abril, 1994.

Na mesma conversa com esta liderança, fiz a colocação de que os moradores de favela teriam de reivindicar a presença mais sistemática de Companhia de Água e Esgoto com a devida urgência, e que as associações de moradores não deveriam estar administrando a água no lugar da companhia. Neste momento, utilizei uma discussão teórica desenvolvida na academia sobre os impostos que os moradores de favelas pagam e a obrigação que o Estado tem de devolvê-los sob a forma de serviços (neste caso, água). Meus argumentos forma além: não cabe à associação de moradores preencher o papel da Prefeitura ou do governo, mas sim aos moradores organizados reivindicarem seus direitos. Novamente, o sorriso condescendente e o comentário: “Professor, se nós, moradores, entregássemos a responsabilidade de distribuir água à Companhia de Águas, iria ser o fim da nossa água. Se as favelas têm água, é por causa das associações de moradores, mesmo com todos os seus problemas”. Ou seja, o raciocínio que utilizei era acadêmico, e, diga-se de passagem, correto. Em troca dos impostos pagos, quem tem de oferecer serviços de qualidade é o governo, e não a população fazendo mutirão. A resposta da liderança inverteu a lógica: se não fosse pelo esforço dos moradores, organizados nas associações, não haveria água nas favelas. O que ele queria dizer era que a Companhia das Águas, na realidade, não tem política de distribuição de água para as favelas, mas que as associações de moradores conseguiram “puxar” a água através de sua organização, e que não insistir nesta política significava abrir mão da água. Ou seja, através da fala desta liderança havia uma resposta teórica para minha proposta teórica: a maioria dos governos federal, estaduais e municipais não estão muito preocupados com os moradores de favelas quando elaboram suas políticas, e somente o esforço dos moradores garante sua sobrevivência.

Nesse mesmo sentido, há estudiosos da questão de participação popular que entendem que, embora haja profissionais preocupados com a necessidade da população organizar-se e reivindicar seus direitos e serviços básicos de qualidade, a tradição dominante no Brasil é a da participação popular, isto é, o convite das autoridades para que a comunidade tenha uma participação mais frequente. Além disso, muitas vezes, as autoridades querem a participação popular para solucionar problemas para os quais não dão conta. Nesta concepção está embutida a ideia de que o aceite ao convite para participar seria uma forma de os governos se legitimarem. Justamente a descrença da população quanto ao interesse dos governos em resolverem seus problemas, tal como manifestou a liderança da favela, faz com que sua forma de participar seja diferente do que a suposta pelo convite. E embora muitos profissionais sejam sinceros em sua intenção de colaborar com uma participação mais efetiva e de acordo com os interesses populares, a população vê estes profissionais como sendo atrelados às propostas das autoridades que não gozam de credibilidade. Daí, sua aparente falta de interesse em “participar”⁴⁴.

⁴⁴ Arguição desenvolvida pelo professor José Carlos Rodrigues, da Universidade Federal Fluminense (UFF), durante a defesa da dissertação “A vigilância epidemiológica e o controle público em tempos de SUS: a fala dos profissionais e dos usuários organizados da região da Leopoldina”. Mary Jane de Oliveira Teixeira. Escola Nacional de Saúde Pública, Fundação Oswaldo Cruz, 1994.

É necessário que o esforço de compreender as condições e a experiência de vida como também a ação política da população sejam acompanhados por uma maior clareza das suas representações e visões de mundo. Senão corremos o risco de procurar (e não encontrar) uma suposta identidade, consciência de classe e organização que são, na realidade, uma fantasia nossa (MARTINS, 1989).

Quantas vezes se pede para a comunidade manifestar-se numa reunião, como prova do nosso compromisso com a “democracia da classe média”, mas uma vez passada a fala popular procuramos voltar ao “assunto em pauta”, entendendo que a fala popular foi uma interrupção necessária, mas com certeza, sem conteúdo e valor.

Nas escolas públicas, há professores que detectam que a percepção do tempo para os alunos não corresponde à mesma lógica temporal inscrita na perspectiva histórica com que trabalham na sala de aula. Assim, há um significado que os alunos “atribuem aos acontecimentos inaugurais (o primeiro aniversário, o primeiro ano na escola... e aos fatos cotidianos)” (CUNHA, 1995, p. 11). Novamente, aparece uma contradição aguda, desta vez entre a maneira de “dar ao pequeno fato o acontecimento” e a historiografia marxista, que valoriza “através do conceito de processo as mudanças macroestruturais e as conjunturas político-econômicas” (CUNHA, 1995, p. 11).

Não é nosso desejo que garanta a suposta unidade das classes subalternas

Muitas dificuldades que os pesquisadores, políticos, militantes e profissionais encontram na compreensão da fala da população têm como uma das explicações a percepção do tempo. E é o reconhecimento desta percepção temporal das classes subalternas que permite explicar, em parte, sua diversidade. O desconhecimento desta diversidade é que faz com que a compreensão das lutas e seus limites não sejam apreciados (MARTINS, 1989). Não é o nosso desejo, nem o nosso incentivo verbal, que garantem a suposta unidade das classes subalternas, mas, sim, a avaliação correta da maneira com que compreendem o mundo: “... a prática de cada classe subalterna e de cada grupo subalterno desvenda apenas um aspecto essencial do processo do capital... Há coisas que um camponês, que está sendo expropriado, pode ver, e que um operário não vê. E vice-versa” (MARTINS, 1989, p. 110).

A atribuição de identidade, consciência e organização, bem como das relações sociais, às demais classes subalternas, com bases na classe operária, produz uma forte distorção. Quando se utiliza este tipo de avaliação para outros grupos sociais, como os camponeses, a impressão que se tem é de que o processo histórico anda mais rápido para os demais grupos do que para o camponês. Tal visão foi o que levou Lênin a declarar durante a primeira fase da Revolução Russa que “o real (...) não é o que os camponeses pensam (...) e sim o que depreendem das relações econômicas da atual sociedade” (LÊNIN, 1980, p. 83). Nesta perspectiva, o agente ativo da História acaba sendo o ca-

pital e não o trabalhador. Em outros termos, a “História está necessariamente em conflito com a consciência que dela têm os seus participantes” (MARTINS, 1989, p. 103).

Quero levantar a hipótese de que, tal como Martins nos alerta para perceber como a relação do camponês com o capital é diferente desta relação com o operário, também é diferente a relação do capital com o morador de favela ou bairro periférico da grande metrópole (biscateiro, subempregado, empregado de serviços).

O que está implícito nesta discussão é a percepção de que a forma do trabalhador exprimir sua visão de mundo e sua concepção da História e da sociedade em que vive está estritamente relacionada com a maneira com que se relaciona com o capital: de uma forma dinâmica, ou de uma forma indireta e oscilante.

Esta maneira de colocar a questão temporal parece-nos básica, pois nossa percepção do tempo, se estiver fundada na relação do operário com o grande capital, ou o morador de periferia, é tido como “incapaz”, necessitando de nossa “ajuda” para, então, tornar-se capaz. É necessário tomar como premissa “o pensamento radical” e fonte simples das classes exploradas, meio e instrumento (em vez de instrumentalizá-las), para desvendar o lado oculto das relações sociais com os olhos deles, revelando-lhe aquilo que ele enxerga mas não vê, completando, com ele, a produção do conhecimento crítico que nasce da revelação do subalterno como sujeito.

O grande poder da síntese de Gramsci apontou para esta questão quando chamou atenção para o fato de que “... o elemento intelectual *sabe*, mas nem sempre compreende, e muito menos *sente*” (GRAMSCI, 1978, p. 243).

Invertendo o significado, sem deformar as palavras

Carlo Ginzburg (1987) levanta uma questão que se aproxima daquelas levantadas por Martins. Ginzburg questiona o argumento de que as ideias de uma época têm sua origem nas ideias das elites, as classes superiores, e que sua difusão chega às classes subalternas de uma forma mecânica, sofrendo uma deteriorização e sendo deformadas na medida em que são por elas assimiladas. Martins, falando do conhecimento produzido pelas classes subalternas, propõe que o saber das classes populares é mais do que ideologia, “é mais do que interpretação necessariamente deformada e incompleta da realidade do subalterno. É neste sentido, também, que a cultura popular deve ser pensada como cultura, como conhecimento acumulado, sistematizado, interpretativo e explicativo, e não como cultura barbarizada, forma decaída da cultura hegemônica, mera e pobre expressão do particular” (MARTINS, 1989, p. 111).

Ginzburg discute o que chama de “circularidade”, isto é, o fato de que as influências vão de baixo para cima e de cima para baixo. Com isso quer dizer que tanto as classes subalternas influenciam as ideias das elites como estas mesmas classes superiores exercem influência sobre as ideias das classes subalternas (1987).

Trabalhando com a concepção de cultura oral, Ginzburg chama a atenção para o fato de que a leitura feita por quem recebe muito a influência de uma cultura oral (e neste caso, não é somente uma discussão de um moleiro italiano do século XVI, mas das classes subalternas no Brasil de hoje) é como se fosse um filtro que “fazia enfatizar certas passagens, enquanto ocultava outras, exagerava o significado de uma palavra, isolando-a do contexto” (GINZBURG, 1987, p. 89). Como exemplo, o autor destaca o moleiro Menocchio falando em público que era um absurdo acreditar que Maria, mãe de Deus, fosse virgem. Mas quando foi chamado pela inquisição a depor, citou um texto que continha cenas de um afresco onde Maria aparecia com *outras virgens*, no templo. Assim, “sem deformar as palavras, inverteu o significado”, pois, “no texto, a aparição dos anjos isolava Maria das companheiras, conferindo-lhe uma aura sobrenatural. Para Menocchio, o elemento decisivo era, ao contrário, a presença das outras virgens, que lhe serviam para explicar da forma mais simples o epíteto atribuído tanto a Maria quanto às outras companheiras. Desse modo, um detalhe acabava se tornando o centro do discurso, alterando, assim, todo o seu sentido”.

Ginzburg aponta para a questão de que é mais importante discutir como Menocchio leu e não tanto o que leu: “é decifrar sua estranha maneira de adulterar e alterar o que lê, de recriar” (GINZBURG, 1987).

Uma antropóloga com grande experiência de campo com trabalhadores rurais assistiu à seguinte cena: dois trabalhadores analfabetos olhando para uma cartilha sobre a exploração dos trabalhadores no campo. Quando viram o patrão, gordo e forte de um lado, e o trabalhador rural magro e fraco do outro, um comentou para o outro: “Quem somos nós?”. O outro respondeu: “É claro que nós somos a pessoa mais forte, pois unidos nós somos fortes, e o patrão é fraco sozinho, diante da nossa união”⁴⁵. Isto lembra o comentário do professor Renato Janine Ribeiro, no Posfácio do livro de Ginzburg: “O que Menocchio compreende mal é, na verdade, o que ele compreende de outro modo” (GINZBURG, 1987, p. 238).

Rompendo a ordem predeterminada do mundo por um esforço de imaginação

É possível que um dos grandes problemas para os profissionais, pesquisadores e militantes seja a forma com que as classes subalternas encaram a sua vida, uma existência marcada, cercada de pobreza e sofrimento. É bem provável que esses setores da população tenham uma enorme lucidez sobre sua situação social, como no caso da liderança da favela mencionada. Mas clareza da sua situação social pode significar também clareza de que uma melhoria significativa seja uma ilusão. Neste sentido, a crença em melhorias e numa solução mais efetiva pode ser apenas um desejo, embora importante, da classe média comprometida. Isso significaria que a percepção da população seria mais lúcida

⁴⁵ A cena relatada foi assistida por Maria Emília L. Pacheco, da Coordenação Nacional da Federação de Órgãos de Assistência Social e Educação (FASE), Rio de Janeiro, 1994.

e realista, a não ser que se configure uma conjuntura com indicações de possibilidades reais de mudança que favoreça as classes subalternas.

Se a argumentação procede, então é possível que a reação que os profissionais estabelecem com a população acaba sendo uma cobrança de busca incessante por uma sobrevivência mais racional e eficiente (EVERS et al., 1985). A frase tão conhecida da banda musical pode estar indicando, no entanto, um outro enfoque: “A gente não quer só comer. A gente quer prazer para aliviar a dor”. Neste sentido, a construção de aparências, que pode ser entendida como a construção de sonhos, não deve ser vista apenas como uma forma de “escapar à realidade”, mas pode estar indicando uma concepção mais ampla de vida.

“Prazer para aliviar a dor”, então, pode tomar vários sentidos para a população, diferentes daqueles sentidos que têm para a classe média. Certamente, um desses sentidos é o de que a vida vale a pena de ser vivida, mesmo não podendo ainda vislumbrar uma saída para o sofrimento e a pobreza. Se, de um lado, este enfoque pode ajudar a compreender por que é possível “passar fome para comprar uma TV.. o êxtase com o futebol... com o alcoolismo... os jogos de azar”, de outro lado, também ajuda a entender por que “as religiões se oferecem muitas vezes como perspectivas substitutivas (compensação no além... os eleitos do Senhor = consciência substitutiva de elite... acesso a um mundo de protetores, transferência extática a um outro cosmo)” (EVERS et al., 1985, p. 129-130).

A cultura das classes subalternas é uma tentativa de explicar este mundo em que se vive. Se, no entanto, não dá conta de tudo explicar (recorrendo-se, então, ao raciocínio mágico), tampouco a ciência explica tudo (MARTINS, 1989). Como expressão dos vencidos, até agora, a cultura popular é também a “memória da alternativa... uma exigência, sempre postergada e longínqua da realização de justiça” (CHAUÍ, 1990, p. 63). Satriani sugere que a cultura popular, para poder se afirmar neste mundo do vencedor, utiliza a duplicidade, o duplo código, “... o afirmar e o negar, o obedecer e o desobedecer” (MARTINS, 1989, p. 115), “o ajustamento aos valores dominantes e a sua rejeição; interpretações lúcidas combinam-se com ilusões aparentemente alienadas” (EVERS et al., 1985, p. 130); “... um inconformismo profundo... sob a capa do fatalismo” (CHAUÍ, 1990, p. 70). Um estilo de vida que “se manifesta na linguagem metafórica, na teatralização que põe na boca do outro o que é palavra do sujeito emudecido” (MARTINS, 1989, p. 115-116).

Martins (1989, p. 111) sugere que a cultura popular “deve ser pensada como... conhecimento acumulado, sistematizado, interpretativo e explicativo... teoria imediata”. Neste sentido, o aparente absurdo para o profissional tem uma lógica clara para a população. Numa sociedade em que a concepção dominante é a de que cada um é responsável exclusivo tanto por sua saúde quanto pela dos seus filhos, mas em que, também, se aprende que Deus é quem decide pela morte das crianças, o suposto conformismo da mãe pode estar representando uma elaboração de um conhecimento mais complexo. Se, por exemplo, o nascimento de um filho representa um dos bens mais preciosos, aceitar a culpa por sua morte pode ser uma experiência insuportável. Mas já que Deus quer assim, a culpa, que é então compartilhada com alguém, não é da exclusiva responsabilidade da mãe.

Marilena Chauí (1990, p. 116) observa, dentro do mesmo raciocínio, o desespero do arquiteto do bairro operário, face ao “caos espacial” em que ficou “a horta no lugar do jardim, pelas cores espedaçadas das fachadas, pela confusão entre calçada e quintal”. Como observou José Carlos Rodriguez, não há interesse em aceitar um convite e participar dessa forma. Assim... a destruição do planejado... seria uma forma de recusá-lo”.

A ideia de cultura popular como *memória da alternativa*, deveria ser pensada no contexto da dificuldade que uma grande parcela das classes subalternas tem de poder agir somente dentro de um quadro previamente delimitado; tem sentido, então, “que a mudança só possa ser pensada em termos de milagre (ou seja, de que contém)... possibilidade de uma outra realidade no interior da existente” (CHAUÍ, 1990, p.77). Isto porque “... o milagre, pedra de toque das religiões populares e de estonteante simplicidade para a alma religiosa é... inaceitável pelas teologias e apenas de fato por elas tolerado, pois rompe a ordem predeterminada do mundo por um esforço da imaginação” (CHAUÍ, 1990).

Talvez uma das coisas mais difíceis para os profissionais/mediadores admitirem nos contatos que desenvolvem com as classes subalternas, é a cultura popular como uma teoria imediata, isto é, um conhecimento acumulado e sistematizado que interpreta e explica a realidade (MARTINS, 1989). A formação escolarizada da classe média, e mesmo daqueles profissionais que agem como mediadores entre os grupos populares e a sociedade (através de partidos políticos, ONGs, igrejas, sindicatos), frequentemente leva-os a ter dificuldade em aceitar o fato de que o conhecimento é produzido também pelas classes subalternas. Neste sentido, mesmo que alguns mediadores sejam mais atenciosos e respeitosos com as pessoas pobres da periferia, os muitos anos de uma formação classista e preconceituosa fazem com que o papel de “tutor” predomine nas suas relações com esses grupos.

Se, como diz Martins, a “crise da compreensão é a nossa”, a saída dessa crise não passa mais, apenas, por um contato sistemático do mediador com as classes subalternas. Embora tal prática seja louvável, exige também da parte do mediador um atento e constante estudo das novas leituras e revisões que estão sendo feitas sobre o papel de quem se considerou “vanguarda”, no passado.

A atenção prestada ao que a população pobre está falando não pode ser mais apenas feita com “educação”, porque é necessário completar uma questão capenga que, muitas vezes, inclui uma das partes do conhecimento – o mediador.

Referências Bibliográficas

ALVES, L. A.; DURAN, M. C. G.; COLLARES, C. A. L.; TOLEDO, C. de; MOYSÉS, M. A. A. (Orgs.). *Cultura e saúde na escola*. Série Ideias 23. São Paulo: Fundação para o Desenvolvimento da Educação, 1994.

CHAUÍ, M. Notas sobre cultura popular. In: *Cultura e democracia*. São Paulo: Cortez, 1990.

CUNHA, M. B. *Parque Proletário, Grotão e outras moradas: saber e história nas favelas da Penha*. Dissertação de Mestrado. Niterói: Faculdade de Educação, Universidade Federal Fluminense, 1995.

EVERS, T.; MULLER-PLANTENBERG, C.; SPESSART, S. Movimentos de bairro e estado: lutas na esfera da reprodução na América Latina. In: MOISÉS, J. A. (Org.). *Cidade, povo e poder*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

GINSBURG, C. *O Queijo e os vermes*. O cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição. São Paulo: Cia. de Letras, 1987.

GRAMSCI, A. *Concepção Dialética da História*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

LÊNIN, V. I. *O Programa Agrário da Social-Democracia na Primeira Revolução Russa de 1905-1907*. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1980.

MARTINS, J. de S. Dilemas sobre as classes subalternas na idade da razão. In: MARTINS, J. de S. *Caminhada no chão da noite*. São Paulo: HUCITEC, 1989.

PATTO, M. H. S. *A Produção do fracasso escolar*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1991.

PEREGRINO, M. *Picada, becos, vielas: caminhos do saber*. Dissertação de Mestrado. Niterói: Faculdade de Educação, Universidade Federal Fluminense, 1995.

SERUNLNIKOV, S. When looting becomes a right: urban poverty and food riots in Argentina. In: *Latin American Perspectives*. Issue 82, v. 1, n. 3, 1994.

VALLA, V. V. *Educação e favela*. Petrópolis: Vozes, 1986.

_____. Educação, saúde e cidadania: investigação científica e assessoria popular. *Cadernos de Saúde Pública*. Rio de Janeiro, v. 8, n. 1, jan./mar., 1992.

_____. Educação popular e conhecimento: a monitorização civil dos agravos à saúde nas metrópoles brasileiras. In: VALLA, V. V. e STOTZ, E. N. (Orgs.). *Participação popular, educação e saúde: teoria e prática*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1993.

_____. Nova ordem mundial e condições de vida no Brasil: modificando as relações entre sociedade civil e educação popular. *Educação e realidade*. Porto Alegre, v. 19, n. 2, jul./dez., 1994.

Pobreza, emoção e saúde: uma discussão sobre pentecostalismo e saúde no Brasil⁴⁶

Victor Vincent Valla

⁴⁶ Trabalho preparado para a sessão especial "Educação, Movimentos Sociais e Religião", na 24ª Reunião Nacional da ANPED (Caxambu, MG, de 7 a 11 de outubro de 2001). Originalmente publicado na *Revista Brasileira de Educação*. Campinas: SP, n. 19, p. 63-75, 2002. Disponível em: http://189.1.169.50/rbe/rbedigital/RBDE19/RBDE19_07_VICTOR_VINCENT_VALLA.pdf

Introdução

No momento em que este texto está sendo elaborado, os jornais noticiam o início de longo crescimento econômico no Brasil, com o governo federal apontando com otimismo para uma luz no fim do túnel longo e escuro. No entanto, uma leitura mais cuidadosa, além das manchetes, revela que crescimento econômico juntamente com produção e exportação maiores não significam necessariamente melhoras nas condições de vida das classes populares. Dentro do que se chama de modelo “capitalismo técnico-científico”, através de uma tecnologia poupadora de mão de obra – automação juntamente com informática, que se modifica com mais rapidez a cada ano –, está sendo gestado o que alguns chamam de desemprego estrutural. Isso significa que, quando muitos perdem seus empregos, não são necessariamente substituídos por outros trabalhadores, mas que as vagas até então ocupadas desaparecem.

Aumenta então o número de pessoas que não têm acesso ao emprego. Não entram em discussão termos como “preguiça”, “fazer um esforço para achar um emprego”, pois simplesmente não existem mais empregos com garantias sociais de previdência, férias, horas extras etc. para grande número de brasileiros ou, se quisermos, latino-americanos. Até o trabalho remunerado, mas sem garantias sociais, está ficando raro, fazendo com que seu valor tenda a diminuir.

Se até hoje ouvimos os pobres dizerem que dificilmente sua situação mudará durante sua vida, atualmente cresce o número de intelectuais e pesquisadores que começam a concordar com o que era compreendido como “pessimismo” de quem não estudou suficientemente. Hoje essa situação tem um nome: miséria radical, e não há evidências de que a situação dos pobres se modificará, principalmente em um país onde o governo federal utiliza 65% do Produto Interno Bruto para pagar a dívida externa. Em debate recente, a secretária municipal de educação de um governo do Partido dos Trabalhadores explicou para uma plateia de alunos por que os mandatos do PT eram tão premiados pela UNESCO: os governos petistas sabiam melhor desconcentrar a miséria, distribuir a pobreza... mas não eliminá-la.

Instrumentos históricos como a “revolução” ou a “transição para o socialismo” tendem a ser vistos como quase impossíveis, devido à hegemonia norte-americana na economia e no campo militar. Alguns analistas políticos veem a Guerra do Golfo como demonstração de força do governo norte-americano no mundo sem a União Soviética, mais do que como um gesto de defesa do Kuwait contra a agressão do Iraque. Outros entendem o Plano Colômbia, como o ponto de partida para a “internacionalização” da Amazônia e para maior controle das economias e vidas políticas dos países latino-americanos, através do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional.

No entanto, a análise da conjuntura atual não pode ser vista como convite a pessimismo, mas apontando que as mudanças que ocorrerão na sociedade latino-americana, e em particular no Brasil, têm de ser pensadas neste contex-

to, e não no contexto que gostaríamos que viessem a acontecer, acreditando que a saída dessa crise passa justamente pelas classes populares.⁴⁷

Situando a saúde pública neste contexto

À luz da discussão acima apresentada, podemos pensar o quadro da saúde pública do país e as condições de saúde das classes populares. Certamente, a vasta rede de saúde pública, composta de centros municipais de saúde e de hospitais públicos, é de importância fundamental no atendimento às classes populares. A demanda, no entanto, é tão grande que questões como o acesso a serviços e a resolubilidade das queixas fazem com que as consultas tenham uma duração de aproximadamente cinco minutos. Por essa razão, os profissionais têm condições limitadas de atender a um problema que vem sendo levado pelas classes populares aos serviços de saúde: a queixa designada pelo nome de “sofrimento difuso”, apresentada, segundo alguns profissionais, por seis em cada dez pacientes. Não se trata de uma queixa nova, mas de algo que está crescendo no país. Queixa sobre dores de cabeça, dores em outros locais do corpo, medo, ansiedade – sintomas para os quais o sistema de saúde não dispõe nem de tempo, nem de recursos para tratar. O resultado é a medicalização do problema. Na Argentina, a doutora Sylvia Bermann (1995) constatou que mais de 50% dos medicamentos indicados são psicofármacos (no Brasil, alguns especialistas calculam que a porcentagem é mais alta), para tratar o que as classes alta e média chamam de ansiedade ou estresse, e as classes populares chamam de “nervos”.

Há, então, determinados limites do alcance do sistema de saúde pública, fazendo com que a população busque outras saídas para as suas queixas. Como diz Luz (1996), ninguém, na realidade, está satisfeito com os serviços de saúde, sejam públicos ou privados, mas as classes alta e média têm mais recursos para lidar com suas queixas.

Apoio social e saúde

Nos Estados Unidos e na Europa, problemas semelhantes vêm ocorrendo há alguns anos. Alguns profissionais norte-americanos, preocupados com a insatisfação manifestada pela população relativamente aos serviços públicos de saúde naquele país, vêm desenvolvendo experiências e investigações sobre outras concepções da relação entre saúde e doença. O atual modelo biomédico, hegemônico nos Estados Unidos e no Brasil, teve sua origem na descoberta de como lidar e superar as doenças que surgiram a partir de infecções, e, como todos sabem, obteve muito sucesso. O problema, como Ivan Illich constatou anos atrás, é que a medicalização da infecção acabou sendo o caminho apontado para a cura de muitas queixas, produzindo o que alguns chamam hoje de “medicalização da sociedade”, sem necessariamente resolver

⁴⁷ Reconhecido como um dos mais importantes cientistas do mundo, Milton Santos fez a seguinte afirmação em palestra que realizou, pouco antes de sua morte, na Escola Nacional de Saúde Pública, da Fundação Oswaldo Cruz: “Na reconstrução do Brasil, cabe a crença de que o caminho a ser seguido vai ser indicado pelas classes populares”.

problemas como o do “sofrimento difuso”. Na tentativa de solucionar esse problema, foram levantadas algumas hipóteses; uma delas é que a origem das doenças, em um primeiro momento, estaria muito mais relacionada com as emoções do que com as bactérias ou vírus.

Goleman (1995) afirma que, segundo a tradição budista tibetana, a doença surge a partir do desequilíbrio do corpo psicofísico produzido por emoções conflitantes como a raiva ou a ganância. O raciocínio desenvolvido é que uma relação desequilibrada entre homens e o meio ambiente (entendendo-se nesse pensamento que os homens também fazem parte do meio ambiente) seria o responsável pelo surgimento da doença. Mais do que a entrada de uma bactéria ou de um vírus no corpo humano, o início de uma doença estaria relacionado com uma reação emocional do homem ou da mulher, hoje causado frequentemente pelo que se chama de estresse. A doutora Sylvia Bermann (1995) nos aconselha, no entanto, a não deixar a palavra estresse escamotear questões importantes, especialmente em relação às classes populares. Há um perigo de transformá-la em um termo genérico, fazendo com que todos aparentemente sofram de estresse da mesma forma, quando na realidade há uma grande diferença entre uma pessoa rica perder muito dinheiro e um pobre tentar dormir sabendo que provavelmente haverá um tiroteio entre narcotraficantes e a polícia, perto do seu barraco, na favela.

Segundo o doutor B. S. McEwen (1998), o estresse é causado por um estilo de vida em que as pessoas são sistematicamente expostas a agressões de ordem física e psíquica. O “susto contínuo”, comum às classes populares que vivem em condições de pobreza e violência, ainda segundo McEwen, faz com que grandes quantidades de adrenalina sejam lançadas no corpo, quando isso só deveria ocorrer em momentos especiais, em situações de emergência para o indivíduo.

Trabalhar 10 a 12 horas por dia num ambiente insalubre, sem carteira assinada, sem proteção social de um plano de saúde e sem garantia de que o trabalho executado vai continuar amanhã é um processo de estresse que provavelmente terminará em doença. Os estudiosos dessa hipótese levantam a ideia de que o desequilíbrio emocional produzido pelo estresse tende a se concentrar em um órgão do corpo e, à medida que o estresse se manifesta, castigar esse órgão. As filosofias orientais corroboram essa visão, afirmando que há relação dos órgãos com os sentimentos, que determinadas doenças se relacionam com determinados sentimentos – por exemplo: o fígado com a raiva, os pulmões com a tristeza, os rins com o medo.

Os investigadores responsáveis pela elaboração da teoria do apoio social trabalham com a premissa de que, se a origem da doença está relacionada com a questão das emoções, sua resolução também estaria relacionada com as emoções, o que indica que essa teoria inclui a ideia antiga da unidade corpo-mente. A proposta central do apoio social é que, quando as pessoas sentem que contam com o apoio de um grupo de pessoas (associação, vizinhança, igreja, por exemplo), isso tem o efeito de causar melhora em sua saúde. Esse apoio normalmente ocorre, de forma sistemática, entre pessoas

que se conhecem, razão pela qual frequentemente envolve uma instituição ou entidade como pano de fundo.

Uma das primeiras experiências com essa proposta ocorreu há alguns anos, na cidade de Guatemala, em uma grande maternidade que fazia em torno de 24 partos diariamente. Separadas as gestantes em dois grupos, foi oferecido a um dos grupos de 12 mulheres uma acompanhante, trazida de um bairro popular da cidade. Sem qualquer orientação, a não ser “tomar conta da gestante”, a acompanhante cuidava das mulheres no dia anterior ao parto, no dia do parto e no dia após o parto. Mesmo com as gestantes não tendo conhecimento prévio dessa acompanhante, os resultados foram surpreendentes: os partos foram mais bem-sucedidos e houve menos problemas para as gestantes que foram acompanhadas. Experiências semelhantes ocorrem hoje, através de voluntárias, em hospitais públicos de São Paulo.

No início das investigações relativas à teoria do apoio social, deu-se muita atenção à vida dos idosos nos Estados Unidos. Descobriu-se então que uma pessoa da terceira idade com condições satisfatórias de saúde provavelmente contrairia uma doença a partir de determinados baques emocionais – como, por exemplo, a perda do(a) companheiro(a), a descoberta da incapacidade de trabalhar, ou a perda da residência onde havia morado durante décadas. Os idosos inseridos em redes de apoio social tinham menos oportunidades de adoecer a partir desses eventos de vida, por contarem com um apoio emocional contínuo. Pode-se deduzir que, se ocorressem esses tipos de eventos de vida para idosos de um país desenvolvido, eles seriam também comuns a grandes parcelas das classes populares, em uma região como a América Latina e em um país como o Brasil: perda de entes queridos por violência, crescentes índices de desemprego ou trabalho com remuneração vil e a conseqüente situação de não contar com residência própria e tampouco fixa.

A lógica que está por trás da teoria do apoio do social é a mesma que sustenta as chamadas propostas alternativas de saúde.⁴⁸ Praticamente todas as pessoas sofrem de uma forma ou outra do fenômeno de estresse. Por contar com mais recursos, as classes média e alta buscam saídas para suas queixas de “sofrimento difuso” que geralmente não são acessíveis às classes populares. A maioria das propostas conhecidas como “alternativas” – meditação, *yoga*, *tai chi chuan*, terapias das mais variadas formas – é normalmente oferecida na esfera privada e custam preços que as classes populares não podem pagar. Além disso, as próprias terapias propostas seguem geralmente uma lógica voltada para as condições de vida das classes média e alta.

Embora não se pretenda negar os processos de estresse que ocorrem em membros das classes médias e altas, é fundamental ressaltar que as classes populares nas grandes cidades tendem a sofrer um processo de estresse muito mais intenso. A vereadora Jurema Batista, do Rio de Janeiro, pergunta se há remédio para pressão arterial alta quando o helicóptero da Polícia Militar sobre-

⁴⁸ Fala-se “chamadas propostas alternativas” porque a palavra “alternativa” suporia que há uma referência para a qual outras propostas seriam alternativas. Na verdade, o modelo biomédico é apenas uma das propostas existentes sobre a relação saúde-doença.

voa a favela procurando componentes do narcotráfico. Um engarrafamento no trânsito pode significar pequenas irritações para as classes médias, mas para o morador da favela a origem do estresse está frequentemente relacionada, por exemplo, com a falta de água contínua, as quedas frequentes na voltagem elétrica e consequente danificação dos eletrodomésticos, ou com a violência.

O estresse é causado pelo que os profissionais chamam de “superexcitação do organismo”, e “carga alostática” é o nome que McEwen (1998) dá ao conjunto de indicadores de estresse. Importa nessa discussão que grande parcela das classes populares está exposta ao que é chamado por Valla (1999b) de “estado de emergência permanente”. A grande imprensa tende a definir o termo “emergência” como um acontecimento passageiro – um blecaute ou uma enchente, por exemplo. Uma vez que a água deixe de cobrir os automóveis, ou que a luz elétrica volte, para a grande imprensa terminou a emergência. Mas para muitos moradores de favela, as condições de vida indicam este estado de emergência permanente: distribuição irregular da água, difícil acesso às unidades de saúde, exposição permanente às balas “perdidas”, ou ganhar a sobrevivência através do mercado informal em processo de saturação.

Em um país onde os serviços de saúde são fortemente moldados pelo modelo biomédico, dificilmente as atividades propostas na área de saúde alternativa ocorrem no setor público; em geral exige-se algum tipo de pagamento. Embora não seja impossível que atividades de apoio social sejam desenvolvidas em unidades de saúde pública – grupos de discussão, relaxamento muscular ou meditação –, profissionais de saúde mais críticos afirmam que esse tipo de atividade é visto por muitos colegas como forma de “fugir do trabalho”.

Uma das propostas para o combate ao estresse é a introspecção e meditação. Embora teoricamente a prática de meditação não seja impossível qualquer que seja a circunstância, é evidente que um lugar relativamente espaçoso e quieto facilita a concentração. Normalmente, o período de meditação mais curto, uma hora, é dividido em duas partes: meia hora para ouvir uma leitura que facilite a passagem da agitação da rua para a quietude da sala de meditação e meia hora de meditação de fato. Uma tarefa difícil para quem trilha o que Chauí (1990) chama de o “caminho estreito”, isto é, uma vida de pouco dinheiro, espaço e tempo livre.

Salvo engano, não está muito desenvolvida no Brasil a discussão do que seria uma dieta moderada e prudente para as classes populares, levando em conta os custos e as questões culturais. As recomendações que os médicos fazem sobre uma dieta moderada e prudente, como também de exercício físico sistemático, esbarram em obstáculos relacionados com as condições de vida das classes populares. Jogar futebol nos domingos à tarde não parece corresponder à ideia de exercício físico sistemático. Mesmo assim, McEwen (1998) lembra que essas recomendações, em muitos casos, não são suficientes, se não houver como agir na causa imediata do problema, pois o estresse tem causas sociais complexas, que não podem ser resolvidas pela medicina, como a pobreza, más condições de trabalho ou o ambiente poluído. McEwen acres-

centa que pesquisas mostram que, quanto mais pobre for uma pessoa, pior é sua saúde, não importando se ela tem ou não acesso a tratamento médico.

Como ser menos competitivo e ansioso (outra recomendação dos terapeutas para reduzir o estresse) em um mundo onde as ofertas do trabalho formal estão rapidamente declinando e onde o mercado informal está se saturando? Ainda como recomendação genérica, alguns terapeutas chamam a atenção para a importância do desabafo e do “não engolir sapos” para expulsar o veneno do corpo, evitando que ele se acumule e precise ser expulso de outras formas. Mas o que pode significar “engolir sapos” ou desabafar, para a maioria da população? Desabafar na hora pode resultar em vários desfechos para as classes populares: pode significar perder o emprego, seja no trabalho da fábrica, seja como empregada doméstica. Em uma cultura machista, desabafar na hora, ou seja, “não engolir sapos”, “não levar desaforo pra casa”, pode terminar em enfrentamento com final incerto.

Parece evidente que a crise do “acesso aos serviços” é apenas um dos problemas que os pobres enfrentam com relação à saúde. Se a prevenção, o tratamento e a recuperação não são apenas questões do corpo, e sim, como propõe a teoria do apoio social, questões da unidade corpo-alma, é muito provável que hoje a grande procura das camadas populares pelas igrejas signifique alguma espécie de busca de soluções dessas questões.

Relacionando o apoio social com a religiosidade popular via o fenômeno da emoção

Há que se ter cuidado com a interpretação das ações das classes populares e sua relação com a religião, pois o que pode ser visto como tentativa de resolver um problema exclusivamente material pode bem ser o resultado da vontade de viver a vida da forma mais plena possível. Pode ser também o resultado da procura de explicação, de algo que faça a vida ter mais sentido e ser mais coerente – que é justamente uma das propostas do apoio social.

É assim que cabe considerar esse apoio social como uma das explicações do extraordinário crescimento da presença das classes populares nas igrejas de todas as religiões, mas principalmente nas chamadas “evangélicas” ou “pentecostais”. Atrás dessa procura está também o processo do crescimento da urbanização, o conseqüente aumento das demandas dos bens coletivos e individuais e, ao mesmo tempo, a dilapidação dos direitos sociais e humanos. Machado (1996) observa que a falta de apoio institucional, nesta época de mudanças sociais intensas, faz com que as igrejas ofereçam um “potencial racionalizador”, isto é, um sentido para a vida. Por sua vez, Mariz e Machado (1994) comentam a frágil presença dos partidos políticos, de associações e do próprio Estado do bem-estar entre os pobres, e como as religiões oferecem alguns grupos de suportes alternativos e criam motivações para enfrentar a pobreza.

Assim, a busca de grandes parcelas das classes populares pelo alívio dos seus sofrimentos e, simultaneamente, a procura da solidariedade e conforto do apoio social denotam que, nas palavras de Fernandes (1994), “abaixo

da linha d'água, move-se um vasto conjunto heteróclito de articulações... em contextos de religiosidade e magia que são não governamentais, sem fins lucrativos e, no entanto, informais” (p. 26). Neste contexto, a palavra “alívio” pode ser compreendida em dois sentidos: alívio temporário do sofrimento físico e mental e alívio do processo do estresse que castiga determinado órgão do corpo.

Certamente alguns líderes religiosos procuram utilizar suas igrejas como forma de enriquecer ou de angariar votos para seus candidatos. No entanto, isso não explica satisfatoriamente o porquê de tantos brasileiros estarem procurando as igrejas, em particular as evangélicas e pentecostais. Quantos outros grupos no Brasil gostariam de fazer o mesmo com as classes populares e não conseguem? É necessário procurar outra explicação, que relativize a participação dos líderes religiosos. Possivelmente, poderia ser o que Finkler chama de “símbolos emocionalmente densos, derivados da experiência coletiva daqueles que sofrem” (*apud* Fernandes, 1994, p. 110-111). A respeito do sucesso das curas espirituais de sofrimentos crônicos, de uma forma que a biomedicina não é capaz de igualar, Finkler (1985) refere-se aos quinhentos centros espiritualistas e cinco milhões de fiéis no México. Os trabalhos desenvolvidos nesses centros atenuam a dor, quando não a eliminam, e ajudam as vítimas do sofrimento a tornar suas vidas mais toleráveis e significativas. Aqui é possível se referir novamente à discussão do apoio social, no qual “tornar a vida mais significativa” remete ao “controle sobre seu próprio destino” e a ver “mais coerência e sentido na sua própria vida”. Caberia perguntar, inclusive, dentro da perspectiva da proposta de apoio social, se as melhoras do estado de saúde desses fiéis não vêm mais do fato de “estarem juntos, de uma forma sistemática e no mesmo espaço físico”, do que da ação isolada do líder religioso.

É preciso ainda aprofundar a discussão sobre o fenômeno da emoção. Como foi registrado acima, os investigadores responsáveis pela elaboração da teoria do apoio social trabalham com a premissa de que, se a origem da doença está relacionada com as emoções, sua resolução também está, indicando assim que essa teoria inclui a ideia antiga da unidade corpo-mente. A proposta central do apoio social é que, quando as pessoas sentem que contam com o apoio de um grupo de pessoas (associação, vizinhança, igreja, por exemplo), esse apoio tem o efeito de causar melhora na saúde das pessoas envolvidas.

Corten (1996), no livro *Os pobres e o Espírito Santo*, afirma que o pentecostalismo se caracteriza pela importância dada à emoção. A proposta teológica subordina-se à “experiência emotiva partilhada” pelos crentes. Há uma reivindicação para que haja uma “experiência emotiva”, e esse desejo aponta para o encanto e a alegria demonstrados nos cultos, em que os crentes são vistos como pessoas simples, tamanho são seu júbilo e seu entusiasmo. A grande contradição, para muitos dos observadores das classes médias, é que se trata de pessoas que frequentemente vivem na miséria, na doença e em ambientes repletos de violência, e, no entanto, experimentam essa intensa alegria de estarem vivas. Corten relata que alguns pastores acreditam que as curas geralmente acontecem quando os males não são físicos, mas localizam-se na esfera psicossomática, na qual a resolução não passa por medicamentos. Frequen-

temente trata-se de emoções de consolo em face de males que não podem ser mudados. Assim, a dignidade do ser humano é o que acaba se afirmando. Outras religiões que realizam uma discussão mais intelectualizada acabam por encarar os cultos pentecostais como se tratando de um misticismo arcaico. Neste sentido, nada se resolve, nada termina bem, a não ser a percepção de que essa emoção é um sinal da dignidade que o pentecostal possui. A ideia corrente na sociedade de que o pentecostal vira suas costas para o “mundo” significa realmente virar as costas para o demônio (termo frequentemente utilizado como uma metáfora para rejeitar as doenças, a pobreza, a desigualdade, a violência), não significando necessariamente uma posição fatalista, já que é necessário combater o demônio: virar as costas para o mundo capitalista de competição e modernização para construir redes de solidariedade em que, segundo Corten, doam-se roupas e alimentação, acham-se empregos para os mais necessitados e convidam-se regularmente os irmãos esmagados pela pobreza para jantar em sua casa. Surgem os cursos de alfabetização nas igrejas onde os fiéis analfabetos sentem o desejo de ler os salmos que cantam.

No entanto, as muitas formas de combate ao estresse que foram colocadas acima não devem ser ignoradas por quem se interessa pela questão da religião e classes populares. Os resultados das novas terapias de relaxamento e meditação têm sido notáveis e reforçam a lógica interna de uma proposta como a do apoio social. Em dois livros – *Inteligência emocional* e *Emoções que curam* – Goleman (1995 e 1999) oferece vários exemplos de como essas terapias produzem melhoras de saúde, independentemente das condições de vida dos pacientes. A questão central dessas terapias é o trabalho desenvolvido com as emoções. O autor afirma que, quando uma pessoa sofre muito estresse, é liberada a adrenalina; mas se o estresse é constante, a liberação sistemática da adrenalina acaba prejudicando as células imunes, chegando ao risco de o processo ser permanente. Ansiedade crônica, longos períodos de pessimismo, hostilidade e cinismo são estados de espírito tão graves quanto fumar muito ou registrar altas taxas de colesterol. Dores de cabeça, úlceras, artrite, asma e problemas do coração são algumas das doenças que podem surgir a partir desses estados de espírito negativos. Isolar-se socialmente, sem ter com quem conversar de forma íntima, pode representar perigo para a saúde tão sério quanto a obesidade, a falta de exercício físico ou altas taxas de colesterol.

Em seus livros, Goleman discute a importância tanto de olhar de maneira otimista para o mundo como de contar com o apoio sistemático de alguns amigos. Falar dos seus problemas financeiros e de sua insegurança no emprego frequentemente é mais importante para manter a saúde do que somente eliminar a pressão arterial alta ou reduzir a taxa de colesterol. Essas assertivas são acompanhadas do relato de casos que comprovam as posições do autor.

Três desses casos são exemplares. O primeiro refere-se a uma pesquisa envolvendo homens que tiveram o primeiro ataque de coração: dos 120 homens investigados, 25 foram escolhidos por sua perspectiva de vida pessimista e 25 por sua perspectiva de vida otimista. Depois de os 50 homens terem sido acompanhados durante oito anos, verificou-se que 21 dos pessimistas e

apenas seis dos otimistas tinham morrido. Os investigadores concluíram que a perspectiva com que se olha o mundo é melhor prognóstico do desenvolvimento da saúde de uma pessoa do que outros fatores mais reconhecidos, como taxa de colesterol, pressão arterial etc.

A segunda investigação, realizada na Universidade de Stanford, demonstrou que mulheres com câncer de mama em estágio avançado, mas que frequentavam reuniões semanais com seus pares, tiveram o dobro de sobrevivência que mulheres que enfrentavam a doença por conta própria. Na mesma lógica, idosos que sofrem ataques do coração, mas que mantêm uma relação íntima com duas ou três pessoas, têm mais possibilidade de sobreviver mais do que um ano depois do ataque, do que os doentes sem essas relações íntimas.

Nosso intuito, ao relacionarmos emoção e pentecostalismo, e logo em seguida discutirmos sobre melhoras de saúde a partir de exemplos de apoio social ou terapias que procuram desenvolver paz de espírito, melhor autoestima e visão otimista da vida, foi levantar a seguinte questão: é possível que as emoções que estão presentes nos cultos pentecostais gerem resultados semelhantes àqueles apresentados nos livros do Goleman? É claro que as obras desse autor são parte de uma vasta produção que procura relacionar a mente com a saúde do corpo humano. O que se quer discutir aqui é se “as emoções que curam”, debatidas pelo budismo e pela ciência, são semelhantes às emoções que se encontram presentes nos cultos do pentecostalismo.

Certamente, há questões metodológicas a serem enfrentadas. Grosso modo, os cientistas que trabalham com a unidade mente-corpo são oriundos dos países centrais e investigam populações que têm padrão de vida superior ao das classes populares do Brasil e, em particular, das classes populares que frequentam os cultos pentecostais. Como foi registrado anteriormente, a busca por melhorias de saúde por terapias ditas alternativas é ainda essencialmente uma discussão das classes médias e altas no Brasil. O próprio Goleman, ao discutir a proposta de que lidar melhor com sentimentos negativos é uma forma de prevenção contra doenças, faz apenas uma alusão genérica aos pobres. Comenta, de passagem, que os muito pobres, as mães solteiras e os moradores de bairros com alto índice de crimes, cujas condições de vida fazem com que vivam sob muita tensão, “melhorariam de saúde se tivessem ajuda para lidar melhor com o custo emocional devido ao estresse”, o que indica que sua atenção está voltada principalmente para populações com melhores condições de vida.

O que se propõe metodologicamente é uma “tradução”, isto é, uma adequação da literatura sobre mente e corpo às condições de vida das classes populares brasileiras. Por exemplo: lembrando a investigação acima relatada sobre visões de mundo otimistas e pessimistas, como adequar essas perspectivas positivas e negativas às condições de vida de moradores de favelas do Rio de Janeiro, onde a insegurança sobre conseguir ou manter um trabalho remunerado é vivida num clima de violência caracterizado por embates entre a polícia e os narcotraficantes?

Quanto aos cultos pentecostais, será que pela própria maneira como são conduzidos – com gritos e músicas barulhentas que contribuem para que o estado emocional seja intenso – eles não são ritos que refletem as condições de vida dessas populações que frequentemente vivem num estado de pobreza e incertezas agudas? Embora membros das classes médias também frequentem os cultos pentecostais, o pentecostalismo, como diz Corten (1996), “aparece como uma religião dos pobres [...] e a emoção religiosa produz [...] a categoria de pessoa simples”.

Apenas uma questão de apoio social ou de outra lógica?

É preciso ter cuidado com a pretensão de querer compreender a religiosidade popular exclusivamente a partir da lógica da teoria do apoio social. Certamente, essa teoria tem muito a nos ensinar sobre as formas de lidar com o “sofrimento difuso” ou com as doenças crônicas, mas deve-se ter cautela em utilizar essa lógica como única forma de explicar a busca de igrejas e religião pelas classes populares. Tal metodologia pode resultar no ajustamento de um fenômeno muito complexo a uma teoria que ajuda muito, mas não necessariamente dá conta de todas as variáveis envolvendo as classes populares e a religiosidade popular.

Cristian Parker (1996) sugere que a reinterpretação do processo de modernização na América Latina deve contribuir para a compreensão da religiosidade popular manifestada pelas classes populares. Como se sabe, o processo de modernização ocorreu com a introdução da industrialização, juntamente com a melhora significativa dos meios de comunicação e transportes, no fim do século XVIII e no início de século XIX, principalmente nos Estados Unidos e na Europa Ocidental. Nesse sentido, esse processo foi parte integrante da revolução industrial e obedeceu a uma lógica baseada principalmente nos insumos da ciência e da racionalidade técnica. Para essa discussão, é importante considerar que o processo de modernização que se desenvolveu nos Estados Unidos e na Europa Ocidental resultou no que se pode chamar de produção de um conforto mínimo para a maioria das populações daquelas regiões do mundo. Por essa razão, diz-se que, no bojo do processo de modernização, ocorreu também o fenômeno da secularização. A secularização pressupõe a relativização e a secundarização da religiosidade como visão de mundo, justamente pela crescente hegemonia do método científico e da racionalidade técnica, e da incorporação da maioria da população na sociedade de consumo.

A modernização da América Latina acontece de forma diferente da que ocorreu nos Estados Unidos e na Europa: seus resultados não representam uma melhoria das condições de vida da maioria da população. Em virtude disso, as mudanças na mentalidade religiosa não implicam, como Parker observa, relativização e secundarização da fé das classes populares, ou seja, apesar de todas as mudanças, em um país como o Brasil as classes populares continuam com uma perspectiva religiosa muito profunda, a ponto de esta ser confundida com um sentimento comum popular.

Em uma postura crítica relativamente aos discursos modernizantes sobre o prometido progresso para todos, Parker (1996) chama a atenção para o fato de que no bojo dessa nova interpretação existem pesquisas que indicam que a religião popular é uma das características mais importantes da cultura das classes populares latino-americanas. A questão mais fundamental da religiosidade popular é a crença em um Deus pai e criador que não esquece de seus filhos. Trata-se de uma experiência de vida, parte da cultura popular, que explica a vida e sustenta a religiosidade.

Ora, a pobreza e a miséria, às quais as classes populares já estavam sujeitas antes do aparecimento do processo de globalização, vêm se agravando depois do reajuste neoliberal. As duas décadas de ditadura militar e a inflação elevada também contribuíram para que o Brasil se transformasse num país com um dos maiores índices de desigualdade no mundo e para que se instalasse a crise de saúde já referida anteriormente. O resultado do enorme crescimento do desemprego combinado com a miséria é, de acordo com Parker, a imagem de um mundo que não mais permite mudanças para as classes populares, ou seja, na concepção das classes populares, há poucas evidências de que um dia elas poderão sair do estado de pobreza. O intenso incentivo a consumir faz com que se busque uma saída: ou pelo consumo simbólico, ou seja, televisão e vídeo, seja pelos jogos ou drogas, seja pelas práticas e ritos mágico-religiosos.

Neste sentido, a religião popular pode ser descrita como forma particular e espontânea de expressar os caminhos que as classes populares escolhem para enfrentar suas dificuldades no cotidiano. Esta observação de Parker pode ser uma pista para que se compreenda uma suposta “falta de interesse” das classes populares pelas questões políticas e pelos partidos chamados progressistas. Há “falta de interesse”, ou há a possibilidade das classes populares quererem manter distância porque os políticos não compreendem sua cultura, principalmente no tocante à religiosidade popular?

Diante dessa visão das classes populares – de que há pouco espaço para elas saírem da pobreza –, a religião popular desempenha culturalmente vários papéis: cria uma identidade mais coesa entre as classes populares, ajuda a enfrentar as ameaças, a ganhar novas energias na luta pela sobrevivência, e reforça uma resistência cultural que, por si só, reforça também a busca da religião como solução.

Assim, a questão religiosa das classes populares não deve ser vista como uma questão tradicional e arcaica. Não se trata de apenas constatar a frequência das classes populares às igrejas, mas de perceber esse fenômeno em um sentido cultural, ou seja, do ponto de vista de grandes parcelas das classes populares há, de fato, uma providência divina.

Em proposta semelhante à de Martins (1989), Parker vê a religiosidade popular como protesto simbólico, principalmente em face de conjunturas nas quais outras formas de protesto não são vistas e sentidas por elas como possíveis. Neste sentido, esse “protesto” não é sempre visível; trata-se de estratégias de sobrevivência de que as classes populares lançam mão dentro de

uma sociedade que lhes nega oportunidade de trabalho e o exercício de seus legítimos direitos. A busca pelo sobrenatural, então, tem a ver com a solução de problemas imediatos e cruciais, e não com um investimento para uma vida depois da morte. A fé em Deus e na Virgem Maria oferece um sentido para a vida. O espaço das manifestações religiosas (igreja, centro, templo) oferece uma eficácia simbólica; lá as classes populares podem buscar consolo e encontrar energias morais para enfrentar a incerteza permanente de como superar a falta de trabalho e de comida. Trata-se, nas igrejas pentecostais, daquilo que Corten (1996) denomina “emoção do consolo”.

A fome e a miséria são tão agudas que as classes populares frequentemente vivem no que Parker chama de “imediatismo”, “presentismo”. Nesse estado, a busca do sobrenatural para a subsistência da família é uma forma de solução adequada à realidade. Assim, como na discussão sobre as categorias de “previsão” e “provisão”, não se pensa no futuro (previsão) porque todas as energias estão mobilizadas para evitar a sensação de fome que já havia no passado e garantir a subsistência no dia de hoje (provisão). E a busca da ajuda “sobrenatural”, na realidade, é também estratégia de sobrevivência, pois alivia as tensões e angústias, permitindo que se busquem soluções concretas para, pelo menos imediatamente, preservar a vida. Na visão de Parker (1996), recorre-se à Virgem Maria como forma de garantir energias para superar o momento de desespero, e não como meio de garantir espaço na vida depois da morte.

Cabe lembrar, no entanto, que essa busca de sobrevivência pela via do sobrenatural não exclui a crença de que há uma vida depois da morte. Certamente, muitos mediadores da classe média poderiam perguntar se tal comportamento de muitas pessoas das classes populares não impede que haja uma visão política mais combativa e uma organização capaz de pressionar as autoridades a tomarem as medidas necessárias para atenuar essa miséria e pobreza agudas. Mas essa busca do sobrenatural para resolver os problemas urgentes pode culturalmente ser a forma mais “racional” de agir, diante de uma avaliação da “política” como sendo a forma das classes dominantes garantirem seus privilégios.

Se reconhecermos que a religiosidade popular, de fato, é parte integrante da cultura das classes populares, faz sentido a afirmação de Luz (1996) de que os pobres continuam até hoje com uma cosmovisão que entende que os homens não são separados da natureza e que o corpo não se separa da alma – uma visão aparentemente tradicional, que paradoxalmente coincide com a concepção hoje em discussão, de que as doenças têm sua origem no desequilíbrio emocional causado pelo estresse, a partir dos muitos problemas de sobrevivência que as classes populares enfrentam.

Da perspectiva de uma educação popular transformadora, é necessário distinguir entre as propostas de saúde alternativa “individualizantes”, das classes média e alta, e os caminhos coletivos das classes populares, criados a partir das suas condições de vida. Os caminhos alternativos de que as classes populares lançam mão para aliviar seus problemas de saúde certamente são diferentes: tanto pela questão da unidade corpo-mente quanto pela perspectiva do apoio social, o caminho da espiritualidade e da religião revela-se como

uma das trajetórias principais. A questão que apontamos anteriormente, de “não engolir sapos” ou de desabafar, pode ser uma pista para se compreender melhor o “uso” que as classes populares fazem das igrejas, especialmente as igrejas que desenvolvem cultos em que o gritar e o cantar alto é uma constante. O curta-metragem Santa Cruz, de João Salles, demonstra bem a autonomia com que os moradores de um bairro periférico de Santa Cruz, município do Rio de Janeiro, tomaram conta da igreja iniciada pelo ex-metalúrgico e agora pastor Jamil. Esse pastor tem o forte desejo de um dia poder participar dessa “entrega ao Espírito Santo”, para poder também entrar em transe e acumular energias morais para enfrentar os problemas de sobrevivência. Por enquanto, desempenha a tarefa de administrar a igreja, abrindo e fechando as portas para uma população que já sabe o que procurar naquele espaço.

Segundo Cox (1995), se a nossa época está voltada para os fantásticos progressos da pesquisa científica relacionada com a medicina, isto representa apenas um curto período da história da humanidade (aproximadamente trezentos anos). Durante a maior parte dessa longa história, a magia, a religião e a cura quase sempre andaram juntas. E, certamente, uma das grandes surpresas reservadas à humanidade, durante o século XX, foi o ressurgimento da religião no mundo inteiro. Coincidência ou não, manifesta-se também, na segunda metade do século XX e no início do século XXI, o desencantamento com o que se conhece como medicina moderna ou *high tech*. Neste sentido, começa a voltar à cena uma complementaridade que existiu durante grande parte da história da humanidade: a da religião com a saúde.⁴⁹

É frequente que os mediadores progressistas – militantes, profissionais, políticos – demonstrem dificuldades e conflitos com a relação que as classes populares mantêm com a questão religiosa. Se, de um lado, o debate sobre a existência ou não de Deus não parece mais obstáculo nas discussões políticas, por outro, a inclusão da questão religiosa incorpora, com poucas exceções, apenas a proposta da teologia da libertação, defendida no Brasil pelas alas progressistas da Igreja católica. Quando as propostas de outras religiões, tais como as pentecostais ou evangélicas, são abordadas, é frequente que isso ocorra por um prisma de categorias como as de “manipulação” e “alienação”.

No entanto, a dificuldade de compreender o que os membros das classes populares estão dizendo ou fazendo – por exemplo, no caso das igrejas já referidas – pode bem estar relacionado mais com um problema de postura do que com questões técnicas como, por exemplo, questões linguísticas. A questão de postura estaria relacionada com a dificuldade em aceitar que as pessoas humildes, pobres, moradoras da periferia, são capazes de produzir conhecimento, são capazes de organizar e sistematizar pensamentos sobre a sociedade e, dessa forma, fazer opções que apontem para possíveis melhorias para suas vidas.

⁴⁹ Tudo indica que há vários fatores contribuindo para a volta desta relação, entre eles a urbanização massiva que vem ocorrendo no planeta, principalmente a partir das migrações, o que significa para muitos a perda de um lugar seguro no campo ou no interior e a necessidade de recompor a vida e a identidade.

É bem provável que estes setores da população tenham uma enorme lucidez sobre sua situação social. Mas clareza sobre sua situação social pode significar também clareza de que uma melhora significativa seja uma ilusão. Neste sentido, a crença em melhoras e em soluções mais efetivas para a pobreza pode ser apenas um desejo, embora importante, dos mediadores comprometidos das classe médias.

Se a argumentação acima procede, é possível que um dos grandes problemas para os profissionais, pesquisadores e militantes seja a forma como as classes populares encaram sua vida, existência marcada, cercada de pobreza e sofrimento. É possível que a relação que os profissionais frequentemente estabelecem com essa população acabe sendo uma cobrança de busca permanente de sobrevivência mais racional e eficiente. A frase tão conhecida dos Titãs: “A gente não quer só comer, a gente quer prazer para aliviar a dor” pode estar indicando, no entanto, outro enfoque. Neste sentido, a construção de aparências, que pode ser entendida como a construção de sonhos, não deve ser vista apenas como forma de “escapar da realidade”, mas como a indicação de uma concepção mais ampla de vida. “Prazer para aliviar a dor”, então, pode tomar vários sentidos para as classes populares, distintos dos sentidos que têm para as classes médias. Um desses sentidos, certamente, é o de que vale a pena viver a vida, mesmo a partir da perspectiva de que não se pode vislumbrar uma saída para o sofrimento e a pobreza que se atura diariamente. Se, de um lado, este enfoque pode ajudar a compreender por que é possível passar fome para comprar um aparelho de televisão ou para experimentar o êxtase com o futebol, o álcool ou os jogos de azar, de outro lado ele também ajuda a compreender por que as religiões, sejam elas o pentecostalismo, o catolicismo popular, o espiritismo kardecista ou as afro-brasileiras, oferecem muitas vezes uma eficácia simbólica de resultados concretos em matéria de bem-estar.

Martins (1989) observa que Satriani trabalha a ideia de que a cultura popular, para poder afirmar-se neste mundo do vencedor, utiliza a duplicidade, o “duplo código”, em que o afirmar e o negar, o dizer e o desdizer, a interpretação coerente e a ilusão encontram-se na mesma frase. Ou, como diz Chauí (1990), é possível que haja uma profunda inconformidade escondida atrás de uma postura de fatalismo.

Martins sugere também que a cultura popular é uma teoria imediata, com um conhecimento já acumulado que permite que as classes populares sistematizem, interpretem e expliquem a realidade. Neste sentido, o aparente absurdo para o profissional é de uma lógica clara para as classes populares.

Finalmente, a ideia da cultura popular como memória de alternativas deveria ser pensada no contexto da dificuldade que grande parcela dos pobres tem de poder agir somente dentro de um quadro previamente delimitado. Tem sentido, então, a mudança na forma de milagre, ou, como pensa Chauí (1990), a possibilidade de uma realidade no interior da existente. Para desespero de muitos pastores protestantes e padres católicos, trata-se do rompimento da ordem prevista, por um esforço da imaginação.

Conclusão

Embora seja importante procurar compreender o fenômeno da religiosidade popular através da proposta do apoio social e através da cultura popular, é necessário certo cuidado em utilizar exclusivamente essas abordagens. Trata-se de abordagens que têm como ponto de partida a investigação científica, e não há como negar que isso é relevante. Há contribuições valiosas de vários pesquisadores, em particular de Machado (1996), sobre as melhoras econômicas no interior das famílias pentecostais e evangélicas, entre elas a renúncia à bebida e ao fumo, como também a descoberta feita pela mulher evangélica de que ganha em autonomia quando vai à igreja à noite, desacompanhada, e quando trabalha fora de casa. São certamente insumos importantes para compreender as mudanças que ocorrem nessas famílias, a partir da sua adesão a essas igrejas.

Mas há outras questões que ficam pouco claras. Trata-se do que Cesar e Shaull (1999) chamam de dimensão do transcendente, que permeia o pentecostalismo e outras religiões populares: o encantamento e a alegria diante de uma vida de muitas dificuldades e sofrimentos, sem grandes perspectivas de realização profissional e familiar na forma como esse termo é compreendido entre os membros das classes médias. Neste sentido, Cesar e Shaull afirmam que possivelmente o maior milagre que se realiza no interior da proposta da religião popular é a própria sobrevivência diante de tanta miséria e opressão. Essa dimensão espiritual e transcendental de que falam os autores acaba, contraditoriamente, favorecendo uma autonomia que corresponde ao que os teóricos do apoio social chamam de “controle sobre o seu próprio destino”.

Cesar e Shaull, entretanto, insistem: o que está em discussão não é apenas a prática sistemática de solidariedade e ajuda mútua, que explica em parte a sobrevivência de muitos, mas uma postura aparentemente alienante, que talvez seja o que Parker (1996) chama de resistência e refúgio, um sutil protesto ante governos cujas decisões políticas não são entendidas, pois a questão social é, quando muito, um complemento, um apêndice, e não o eixo central das suas propostas.

Como compreender o que Cesar e Shaull indicam como resistência sobre-humana às muitas adversidades resultantes dos governos autoritários e insensíveis? Como compreender o que denominam um “espetáculo de êxtase”, produzindo manifestações tanto pessoais como coletivas, nas quais, frequentemente, como no caso do pastor Jamil de Santa Cruz, os pastores tornam-se espectadores?

Será que nós, mediadores, professores, pesquisadores, educadores populares, não estamos diante do que José Souza de Martins chama de “crise de interpretação”, crise de interpretação que é nossa? Trata-se de uma discussão desenvolvida por Martins (1989) sobre as dificuldades que os profissionais, técnicos e professores, geralmente oriundos da classe média, têm de compreender a fala e o fazer das classes populares. Relacionando essas observações do autor com a questão da religiosidade popular dos pobres, lembramos uma das premissas de sua discussão: os membros das classes populares produ-

zem conhecimentos e fazem uma avaliação da realidade, e nossa dificuldade é compreender a lógica com que isso é feito.

Neste sentido, é necessário acreditar que as classes populares sabem o que faz bem para elas, independentemente da nossa compreensão das suas escolhas. Assim, entender o pensamento dos pentecostais não depende de estarmos ou não de acordo com o que eles pensam e fazem. Nós, os mediadores, professores e técnicos, mesmo com todas as nossas dificuldades materiais, representamos o espaço da garantia e do privilégio, e os pobres representam o espaço da sobrevivência.

Referências bibliográficas

BERMANN, S. *Trabajo precario e salud mental*. Córdoba: Navajo Editor, 1995.

CESAR, W., SHAULL, R. *Pentecostalismo e futuro das igrejas cristãs; promessas e desafios*. Petrópolis, RJ: Vozes /São Leopoldo, RS: Sinodal, 1999.

CHAUÍ, M. Notas sobre cultura popular. In: CHAUÍ, M. *Cultura e democracia: o discurso competente e outras falas*. São Paulo: Cortez, 1990.

CORTEN, A. *Os pobres e o Espírito Santo; o pentecostalismo no Brasil*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1996.

COX, H. *Fire from heaven; the rise of pentecostal spirituality and the reshaping of religion in the twenty-first century*. New York: Addison-Wesley, 1995.

FERNANDES, R. C. *Privado porém público; o terceiro setor na América Latina*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994.

FINKLER, K. *Spiritualist healers in Mexico; successes and failures of alternative therapeutics*. New York: Praeger, 1985.

GOLEMAN, D. *Inteligência emocional*. New York: Bantam Books, 1995.

_____. (Org.). *Emoções que curam; conversas com o Dalai Lama sobre mente alerta, emoções e saúde*. Rio de Janeiro: Rocco, 1999.

LUZ, M. T. *A arte de curar versus a ciência das doenças*. São Paulo: Dynamis, 1996.

MACHADO, M. D. C. *Carismáticos e pentecostais; adesão religiosa na esfera familiar*. São Paulo: Anpocs/Campinas, SP: Autores Associados, 1996.

MARIZ, C. L., MACHADO, M. D. C. Pentecostalismo e a redefinição do feminino. In: LANDIN, L., (Org.). *Pentecostes e nova era; fronteiras, passagens*. Rio de Janeiro: Instituto Superior de Religião (ISER) (Série Religião e Sociedade, 17/1-2), 1994.

MARTINS, J. S. Dilemas sobre as classes subalternas na idade da razão. In: MARTINS, J. S. *Caminhada no chão da noite*. São Paulo: Hucitec, 1989.

MCEWEN, B. S. Protective and damaging effects of stress mediators. *The New England Journal of Medicine*, v. 338, n° 3, p. 171-79, jan. 15, 1998.

PARKER, C. *Religião popular e modernização capitalista; outra lógica na América Latina*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1996.

VALLA, V. V. Educação popular, saúde comunitária e apoio social numa conjuntura de globalização. *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, Suplemento 1, 1999a.

_____. As respostas do movimento popular ao “estado de emergência permanente”. In: VALLA, V. V., STOTZ, E. N. (Orgs.). *Educação, saúde e cidadania*. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes. p. 87-98, 1999b.

Aspectos das condições de vida das classes populares: a experiência da ouvidoria coletiva e o relatório SAGMACS revisitado

| Maria Beatriz Guimarães
| Victor Vincent Valla

Introdução

Este artigo busca refletir sobre as condições de vida das classes populares a partir de uma perspectiva comparativa entre dois momentos da história: o primeiro que remonta ao artigo “Mantendo severa vigilância sobre a população favelada (O Relatório SAGMACS, 1958-1960)” do livro *Educação e Favela*, e o outro que discorre sobre a experiência da Ouvidoria Coletiva desenvolvida 45 anos depois, nos anos 2003-2005, na região da Leopoldina, cidade do Rio de Janeiro.

O estudo sociológico pioneiro *Aspectos Humanos da Favela Carioca*, que culminou no Relatório SAGMACS, financiado e publicado pelo jornal *O Estado de São Paulo*, foi escrito em uma conjuntura em que as autoridades se perguntavam o que fazer com as favelas e com seus residentes, e tentavam por todos os meios impedir a formação de novas favelas e a ampliação de qualquer obra nas existentes, em um contexto em que a população favelada estava crescendo três vezes mais do que a população carioca (VALLA, 1986). Em contrapartida, a pesquisa desenvolvida no âmbito da Ouvidoria Coletiva aborda uma situação mais recente, em que, segundo reportagem do jornal *O Globo* de 16 de outubro de 2008, as autoridades já não têm mais controle e estão se omitindo diante do crescimento desordenado das favelas e loteamentos irregulares.

Para iniciar este artigo, iremos, em primeiro lugar, apresentar a metodologia utilizada na pesquisa da Ouvidoria Coletiva, para então comparar com os resultados obtidos no relatório SAGMACS.

A Ouvidoria Coletiva

A metodologia da Ouvidoria Coletiva, elaborada em 2003, a partir do acúmulo de conhecimentos de Victor Valla e Eduardo Stotz acerca das reflexões conceituais e analíticas sobre as condições de vida das classes populares no Brasil, foi desenvolvida nos anos de 2004/05, na Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca/Fiocruz, no âmbito da pesquisa “*Vigilância Civil da saúde na atenção básica – Uma proposta de ouvidoria coletiva na Área Programática (A.P) 3.1, Rio de Janeiro*” (GUIMARÃES et al., 2005)⁵⁰.

Essa metodologia fundamentou-se na ideia de uma vigilância dos agravos à saúde baseada na identificação e compreensão não apenas dos problemas de saúde da população, mas também das suas iniciativas para enfrentá-los, considerando-se as próprias percepções dos sujeitos que moram e/ou convivem diretamente com a população pesquisada. Tal concepção amplia a visão tradicional de vigilância, no sentido de que promove uma busca de informações aprofundadas sobre as condições de vida das comunidades, por meio de uma escuta ativa, que incorpora o olhar de atores sociais que não somente vivenciam essas condições, mas também se constituem em porta-vozes – “ouvidores naturais” – dos grupos que representam. Essa discussão torna-se

⁵⁰ O relatório completo da pesquisa pode ser acessado em: <http://chagas.redefiocruz.fiocruz.br/~ensp/biblioteca/dados/pesquisa2.pdf>

importante diante do adoecimento e sofrimento difuso da população e das dificuldades de acesso e resolutividade dos serviços públicos.

A Ouvidoria Coletiva, estruturada no nível local, permitiu organizar a escuta de modo sistemático e contribuir para o reconhecimento de saberes constituídos a partir de diferentes âmbitos – científico, das práticas cotidianas, religioso – que lidam com o sofrimento associado à doença e seus determinantes nas condições de vida da população. Procurou-se investigar temas relacionados à alimentação e nutrição, insuficiência de renda, expressões do sofrimento, acesso aos serviços de saúde, intensidade endêmica de determinadas doenças, frequência de morbi-mortalidade por causas externas, problemas na atenção à saúde, entre outros. Entretanto, observamos que outros aspectos relevantes não pensados inicialmente pela equipe foram apresentados pelos participantes e debatidos nos fóruns. Os resultados sinalizam os caminhos que a parcela da população investigada já está fazendo como forma de superar os seus problemas e também apontam algumas propostas que estão sendo formuladas por esses sujeitos. Estas informações podem servir como instrumento para subsidiar a prática de gestão participativa, orientando a tomada de decisões de quem cria e implementa políticas públicas (GUIMARÃES et al., 2005).

O desenvolvimento da pesquisa se deu por meio da realização de fóruns constituídos em torno de três centros de saúde da região da Leopoldina⁵¹: Manguinhos, Maré e Penha. Em cada uma das regiões foi realizado um fórum mensal ao longo de seis meses, totalizando dezoito fóruns. Tendo em vista a importância do processo de construção coletiva, no último fórum de cada região os pesquisadores apresentaram os resultados aos participantes da pesquisa, organizados por categorias de análise. Cada grupo discutiu a melhor maneira de conduzir o seminário final e algumas questões referentes a propostas e encaminhamentos da pesquisa surgiram nesse debate e foram acrescentadas ao trabalho.

Com o intuito de garantir a representatividade dos interesses das classes populares, bem como da ouvidoria coletiva proposta, cada grupo formou uma comissão composta pelos seguintes membros voluntários: um(a) profissional do centro de saúde, em razão do caráter formal e governamental da Unidade de Saúde, que normalmente recebe as primeiras demandas das classes populares da região; um(a) agente comunitário de saúde, em função de realizar visitas domiciliares diariamente, e, desse modo, conhecer os problemas que as classes populares enfrentam no seu cotidiano; duas lideranças de organizações populares, pois têm experiências em lidar com os problemas de saúde da população, e duas lideranças religiosas. Além desses participantes, cada grupo contou com a presença de duas pesquisadoras, encarregadas de coordenar os fóruns, registrar as informações e elaborar os relatórios⁵². Ao todo, participaram como informantes da pesquisa três profissionais de saúde, três agentes

⁵¹ A região da Leopoldina corresponde à Área Programática (AP) 3.1 do município do Rio de Janeiro.

⁵² Os fóruns da Maré foram coordenados pelas pesquisadoras Elaine Savi e Carla Moura Lima; Manguinhos por Eliane Cardoso e Marta Sorvi dos Santos; e Penha por Alda Lacerda e Maria Beatriz Guimarães. O registro fotográfico foi feito por Mariza Almeida.

comunitários de saúde – que são, ao mesmo tempo, profissionais e moradores do local onde trabalham – e doze moradores/representantes das comunidades em que moram/atuam.

A incorporação de grupos religiosos justifica-se pelo fato de que grande parte deles desenvolve há muitos anos trabalhos de assistência, muitos dos quais em estreita relação com os problemas de saúde. A grande procura das instituições religiosas pelas classes populares está relacionada com a busca de alívio ou mesmo cura dos seus sofrimentos (VALLA, 2001). Com o objetivo de se ter representantes de diferentes segmentos religiosos na pesquisa, a comissão da Maré contou com a participação de um líder religioso da Igreja Católica e de um jovem militante de pastoral, Manguinhos, com dois dirigentes de centro espírita, e a Penha, com a presença de pastores e presbíteros de igrejas evangélicas.

Além dos fóruns, foram realizados dois seminários: o primeiro, no início do projeto, para apresentar a pesquisa à Coordenação da Área Programática 3.1 e aos gestores das unidades de saúde pesquisadas, e outro no final para apresentar e discutir os resultados com os participantes da pesquisa, profissionais da área e coordenações de saúde das três esferas de governo: municipal, estadual e federal.

Essa metodologia permitiu organizar informações e conhecimentos que se encontram difusos na sociedade, favorecendo a produção de novos conhecimentos. Trata-se, portanto, de uma forma de organização na qual grupos populares e religiosos interagem com os profissionais de saúde e as instâncias da gestão e do controle social em nível local. Pretende-se, com essa ferramenta, contribuir para a formulação de políticas de promoção da saúde que considerem a experiência, o saber, o ponto de vista e as práticas sociais concretas das populações em busca de soluções para seus problemas.

Partimos do pressuposto de que os serviços de saúde não estão estruturados para lidar com as queixas crescentes de “sofrimento difuso” e “sentimento de vida contrariado”, que se expressam como angústia, ansiedade, medo, estresse, insônia, dores generalizadas, e que a situação de precariedade e pobreza em que vive grande parte da população ultrapassa os limites do alcance do sistema de saúde público (VALLA, 2001).

Nas falas e nas discussões realizadas nos fóruns prevaleceu o sentimento coletivo de um verdadeiro impasse provocado pela situação de pobreza e proveniente de dificuldades aparentemente insuperáveis. O impasse sintetiza uma série de fatos cotidianos que culminam na inação, advinda da própria ineficácia das soluções encaminhadas ou da impossibilidade de agir diante das circunstâncias apresentadas (LACERDA et al., 2006).

Cabe ressaltar que a preocupação em construir um projeto coletivo, com a participação ativa dos diferentes atores, durante todo o processo de trabalho, foi de suma importância para o êxito da proposta. A escolha de líderes que pudessem realmente contribuir com informações fidedignas só foi possível devido à longa história e trajetória de envolvimento com a população por

parte dos pesquisadores à frente desta experiência. Este é um ponto relevante que deve ser levado em consideração neste tipo de experiência.

Entrando na favela 45 anos depois: alguns aspectos comparativos

Podemos afirmar, assim como já era percebido em 1958, que a favelização do Rio de Janeiro não é somente decorrente do êxodo rural de outros estados, mas também da elevação do custo de vida e da precarização das relações de trabalho, com a conseqüente pauperização da população carioca, bem como do alto custo dos transportes coletivos urbanos.

O Relatório SAGMACS aponta para o fato de que a Fundação Leão XIII – criada em 1947 – e a Cruzada São Sebastião – fundada em 1955 –, ambas sob a responsabilidade da Igreja Católica e que se constituíram nas primeiras instituições a atuarem nas favelas (PICCOLO, 2006), tinham a função de controlar o crescimento das mesmas, de vigiar e de proibir a construção de novos barracos ou o reparo dos já existentes. Entretanto, como sinalizado por Valla (1986), os moradores reformavam suas casas durante a noite para burlar a fiscalização da Fundação Leão XIII. Além disso, eles contribuíam com sua força de trabalho, sob a forma de mutirão, na construção de igrejas ou templos. Faziam isso não apenas por sua religiosidade, mas também pela percepção de que a construção de um prédio das proporções de uma igreja contribuía para a radicação definitiva da favela no local e também como forma de atrair investimentos e ações do poder público, que poderiam beneficiar o local de maior segurança, melhores condições de circulação, maior acesso a bens e serviços, entre outras ações. É interessante notar, conforme descrito por Valla, que depois da construção das igrejas os moradores continuavam não frequentando as missas, mas iam às festas e procissões.

Se durante os anos de 1960 e 1970 a política em relação às favelas esteve marcada pelas remoções, atualmente predomina a visão de que elas devem ser urbanizadas. O relatório da Ouvidoria Coletiva sinaliza que, se, por um lado, atualmente as comunidades estão realmente mais urbanizadas, com luz, água e esgoto, ruas asfaltadas por onde sobem as conduções que levam os moradores às partes mais altas dos morros, e há obras de contenção de encostas nos lugares mais críticos, por outro lado o desemprego, a instabilidade em relação aos contratos trabalhistas, o aumento de lares chefiados por mulheres, a crescente violência, entre outros aspectos, têm levado a uma deterioração e precarização das habitações e dos estilos de vida. De todo modo, mesmo nas áreas públicas das comunidades, a manutenção das redes de água e esgoto não está sendo feita, com o aumento do número de danificações (GUIMARÃES et al., 2005).

O que se percebe é que cresce o número de pessoas morando em uma mesma casa (“*as famílias se amontoam*”) e, em algumas favelas, a cada dia novos barracos são construídos em locais sem saneamento e sem condições de moradia. Os agentes comunitários de saúde relataram que, de uma semana para

outra, cerca de dois a três barracos são construídos. Ao indagarem quem são os novos habitantes, quase sempre são familiares dos moradores da redondeza, alegando como motivo da mudança a perda do emprego ou a falta de condições em continuar pagando aluguel. Em outros casos, constroem mais alguns andares acima do que já existia, fazendo uma obra vertical e sem segurança (GUIMARÃES et al., 2005).

O jornal *O Globo* de 16 de novembro de 2008 chama atenção para a crescente verticalização das favelas, que chegam a ter prédios de até dez andares, sem que haja qualquer órgão atuando no combate a irregularidades, com total ausência do poder público. Segundo a reportagem, é difícil conter as irregularidades quando a obra não tem um engenheiro responsável. Das 750 favelas da cidade do Rio de Janeiro, apenas 61 têm legislação com gabaritos que limitem o número de andares das construções e que contem, portanto, com maior fiscalização. Na favela da Rocinha, por exemplo, existe um prédio de onze andares – apelidado de *Empire State* e construído sem licença – e cerca de 70% das construções têm entre três e seis andares. Grande parte da movimentação financeira realizada nesta comunidade diz respeito a contratos de aluguel (*O Globo*, 14/10/2008).

As favelas do Rio continuam a crescer, como mostra reportagem do *Globo* (14/10/2008), e abrigam cerca de 1,3 milhão de pessoas, mas este número pode chegar a 2 milhões se forem incluídos os loteamentos irregulares e conjuntos habitacionais favelizados.

Segundo dados da sétima edição da Pesquisa de Informações Municipais (Munic) realizada pelo IBGE, publicada no jornal *O Globo* de 13 de dezembro de 2008, um em cada três municípios do Brasil confirmaram a existência de áreas faveladas em seu território. Na região Sudeste, o estado do Rio lidera com a maior proporção de municípios com favelas (68%), mais que o dobro da média nacional. A pesquisa revelou ainda que nos 37 municípios com população acima de 500 mil habitantes o número alcança 97,3%. Nesse grupo de cidades, somente Cuiabá informou não ter favelas – apesar de ter áreas faveladas. O Munic identificou também que 53,2% das cidades brasileiras contam com a presença de loteamentos irregulares ou clandestinos.

A pesquisa da Ouvidoria Coletiva detectou que as condições de muitas moradias das favelas da região da Leopoldina são insalubres, com o chão de barro sem nenhuma camada de cimento, apenas coberto com um carpete ou algumas tábuas de madeira, ocasionando umidade e cheiro de mofo. Essas moradias, em geral, se restringem a um único ambiente de 2m x 1,5m que serve de quarto, sala e cozinha. Não é raro ver o fogão ao lado da cama onde dorme toda a família. Muitas casas não possuem banheiro e a água só chega na parte externa, num tanque colocado do lado de fora. Em outras situações, os moradores dividem o banheiro da casa com um familiar que reside próximo ou constroem um banheiro coletivo do lado de fora para servir a um grupo de famílias. Em algumas comunidades ainda existe esgoto correndo a céu aberto pelas vielas e, inclusive, passando por dentro de algumas moradias.

A pesquisa constatou, ainda, a existência de casas feitas com quatro estacas de madeira, cobertas com papelão e plástico. Alguns moradores utilizam fogão à lenha por falta de condições para comprar o gás. O lixo é acumulado em alguns pontos da comunidade: em encostas de morro ou próximo aos rios, de todo modo, perto das casas, por isso se explica a presença de ratos.

“O desemprego é a raiz de todo esse mal que a gente está vendo, da fome e da criminalidade”, essa frase, dita por uma liderança comunitária que participou dos fóruns de Ouvidoria Coletiva, resume bem a situação presente. O desemprego aliado à histórica ausência do Estado na produção regular de bens e serviços que reduziriam o impacto das condições econômicas na produção das condições gerais de existência estão também na raiz das condições insalubres e inseguras das moradias, da violência e consequentemente dos agravos da saúde; aliado ao descaso com a educação.

É crescente o número de lares em que as mulheres são os arrimos de família, e com isso elas estão ficando sobrecarregadas de trabalho, pois têm que prover o sustento e as necessidades da casa e dos familiares, e ainda assumir a tarefa de cuidar e educar os filhos. Foram relatados alguns casos de abandono de crianças, muitas vezes vítimas de maus tratos. O que os participantes da pesquisa dizem ocorrer é o seguinte: *“As mães estão trabalhando ou se omitindo, devido à própria situação de pobreza”*. Nesse contexto de falta de cuidados com as crianças, há pensão aos acidentes domésticos.

Outro fator relatado refere-se à solidão dos adolescentes e dos idosos, comprometendo a saúde mental. Os adolescentes, em geral, sentem-se excluídos da sociedade de consumo e revoltam-se com esta situação. A frase seguinte, dita por um adolescente morador de comunidade, ilustra bem esta questão: *“Por que eu não tenho direito a tudo que a Globo mostra? Eu sou diferente?”*. A falta de perspectiva de vida também acentua a desilusão dos jovens, chegando a situações limites, tais como tentativas de suicídio, narradas por alguns profissionais de saúde participantes dos fóruns de Ouvidoria. Há casos de prostituição infantil ou de pré-adolescentes de 12, 13 anos, que se vendem em troca de um celular ou um tênis de marca, ou mesmo para ajudar nas despesas da casa (GUIMARÃES et al., 2005).

A gravidez na adolescência tem se mostrado como um problema de saúde pública. Devido à falta de perspectiva de melhorar de vida e/ou devido à falta de informação em relação às formas de prevenção, as adolescentes estão engravidando cada vez com maior frequência, levando a práticas indiscriminadas de aborto com risco de vida para as mães, ou à opção de ter o filho, mas sem orientação adequada sobre como conduzir a gravidez, sem realizar o pré-natal, ocasionando o nascimento de crianças com má formação congênita, portadoras de sífilis e HIV. Nas palavras dos profissionais de saúde:

Os adolescentes acham que ter filhos é sinônimo de responsabilidade, de maturidade. Isso aparece bastante lá na unidade de saúde. Eles acham que, tendo um filho, eles vão ser adultos, vão ser responsáveis. Ou ainda: É porque você nunca participou do planejamento familiar, pra elas 12 anos é coroa, 15 é muito mais, 20 é muito velha. Chegou uma gestante pra se inscrever no nosso pré-natal, 16 anos, 5ª gravidez, 4ª cesárea. Nós chega-

mos a ouvir de alguns grupos de adolescentes que gravidez é status. Por que fulana tem, eu não vou ter? É como um brinco, é como um cordão. Infelizmente é isso.

Quando a gravidez na adolescência é desejada, ela pode representar a concretização de um projeto de vida e um exercício efetivo de controle sobre o corpo, a fertilidade e o poder de “ser mulher”. Pode ainda representar a construção de uma nova família, principalmente se essa jovem vem de uma família desestruturada (COSTA, 2000).

O alcoolismo – outro grave problema de saúde pública – é também muito presente, principalmente entre os homens. O que é lazer para os homens – beber para esquecer um pouco os problemas da vida, encontrar os amigos e ter uma sensação de euforia – é sofrimento para as mulheres, quando ele chega bêbado em casa e com frequência bate na mulher, já que o excesso de bebida está implicado com o fato de não poder contar com o homem, com gastos extras e ainda com a intensificação da violência fora e dentro de casa. A fala comum nas comunidades é que pessoas que não têm dinheiro para comprar comida conseguem sempre quem pague uma dose de cachaça. Existe até um “sindicato da cachaça”, como pode ser visto pelo depoimento de uma agente de saúde: *“Toda comunidade tem, é onde você levanta de manhã, cata as suas latinhas e leva a sua cota de dinheiro, aí você pode beber o dia inteiro de graça, é o sindicato”*.

Um ponto que permeou todos os fóruns foi a questão da violência. Constatamos que atualmente certas visões estigmatizadoras, mesmo no interior das comunidades, reiteram a existência de uma certa naturalização ou banalização da violência. O que se vê é que as pessoas já não se assustam tanto, pois segundo relato dos participantes dos fóruns de Ouvidoria, quando começa um tiroteio, muitos moradores da comunidade continuam nas ruas em vez de correr para lugares protegidos. Deparar-se com homens fortemente armados já é uma rotina para os moradores dessas comunidades, e as crianças crescem nesse meio *“acostumadas”* a presenciar esse clima de violência. A frase que se segue, dita por uma liderança comunitária, exemplifica esta situação:

Esta região toda está sofrendo uma forte pressão pela violência. Então isso aí está criando uma nova maneira de viver, uma nova mentalidade, porque você deve ver isso, crianças pequenininhas que quando você pergunta: O que você quer ser quando crescer? A criança responde: Bandido.

Entretanto, esta visão estigmatizadora que banaliza a violência deve ser problematizada diante dos inúmeros exemplos de agravos à saúde que a violência cotidiana tem provocado na população moradora de favelas. Os participantes da Ouvidoria Coletiva relataram que no dia seguinte a um tiroteio as filas nos postos de saúde aumentam demasiadamente em decorrência da demanda por parte de quem sofre de hipertensão, grávidas com sangramento, crianças com vômitos, diarreia, dor de cabeça, enfim, sintomas relacionados ao estresse emocional.

A violência ligada ao narcotráfico é um sério problema para a comunidade como um todo e a vulnerabilidade social marca a trajetória de vida dos moradores dessas favelas. Pais e mães se preocupam com seus filhos, seja pela possibilidade de sedução que o tráfico exerce sobre os jovens, seja pelo risco que todos correm de serem baleados durante um tiroteio. A pesquisa detectou que as famílias estabelecem diferentes tipos de relações com os filhos que fazem parte do tráfico. Há casos em que as mães “deixam”, ou melhor, fazem “vista grossa” para o fato do filho ter entrado para o tráfico, pois desse modo, pelo menos, ele traz dinheiro para casa. Por outro lado, há casos em que a mãe não aceita o dinheiro vindo do tráfico, e algumas vezes elas chegam a ter medo dos próprios filhos (GUIMARÃES et al., 2005).

Uma liderança religiosa nos relatou um caso de um pai de família trabalhador com oito filhos e que, com seu parco salário, não tinha condições de sustentar a família em todas as suas necessidades. Nas palavras dessa liderança: “...o tráfico entra aí, *sutilmente*, quando o pai vê, o filho já está com um tênis novo” (grifo nosso).

Mesmo diante da falta de perspectiva dos jovens das classes populares em arrumar um bom trabalho que lhes possibilitem sustentar uma família, poucos são os que procuram o tráfico de drogas como uma opção de trabalho, mas esta possibilidade está presente na vida desses jovens, seja como um meio de se sustentar, seja pelo poder e status que os traficantes possuem. Uma liderança comunitária relatou ter ouvido de um jovem envolvido com o tráfico o seguinte depoimento:

Puxa, eu quero um tênis, não tenho dinheiro, minha mãe também não tem, meu pai também não tem, como é que eu vou comprar o tênis? Tênis de marca, claro. Quero uma bermuda tal e não tenho dinheiro. Se eu quiser hoje, por exemplo, comer uma coisa diferente, pô, estou aqui com dinheiro no meu bolso, alguém vai me dar? Não.

De fato, o status dos bandidos exerce certo fascínio sobre os jovens e atrai as meninas. Entretanto, o poder dessa sedução encontra o limite quando a violência se instala. O narcotráfico impõe suas leis através do terror. No caso do complexo da Maré, por exemplo, fronteiras invisíveis demarcam as áreas de domínio de cada facção e não podem ser ultrapassadas pelos moradores. O tráfico cerceia o direito de ir e vir dos cidadãos colocando-os em risco. Além disso, a ausência do poder público nestes locais permite que os traficantes criem sua própria “política habitacional”, como demonstra o depoimento abaixo de uma agente comunitária:

... agora é ordem dos homens lá, dos donos da área, barraco fechado é pra quem está precisando. (...) Estou precisando, eu não tenho casa onde morar. Você anda por aí, vê o que está fechado mais de três dias, você vem aqui e me avisa...

Com a polícia a relação também não é fácil. Embora sejam representantes do poder público e com a função de proteger os cidadãos, poucos policiais, na visão dos participantes da pesquisa – moradores dessas comunidades –, exer-

cem tal função. Em geral, entram na comunidade atirando, sem cuidado com os transeuntes, como se todos fossem bandidos, humilham e aterrorizam os moradores. Além disso, segundo vários relatos, muitas vezes recebem dinheiro do próprio narcotráfico, e às vezes até achacam trabalhadores (GUIMARÃES et al., 2008).

O Relatório SAGMACS via a atuação da polícia nas favelas como um instrumento para garantir a segurança pública, enquanto que, na percepção dos moradores, a polícia servia como um instrumento para dificultar (e assustar) a vida deles. De acordo com o relato de uma autoridade policial, as batidas eram mais para assustar o povo do que propriamente para prender criminosos. Quando eles queriam prender alguém, iam à paisana. O relatório já apontava para o fato de que as intervenções da polícia e das religiões junto aos moradores de favelas era uma relação de dominação, repressão (física e moral), controle, vigilância e fiscalização. Valla (1986) sinalizou, na época, que:

Parecia haver um medo inconsciente dos grupos situados ou comprometidos com o poder, que os levava a exercer um controle permanente, pois sem ele o “caos” seria inevitável. (...) Um controle “desesperado” da classe dominante dentro de um sistema capitalista periférico e, por essa razão, selvagem.

A visão do relatório SAGMACS em relação à população favelada é a de que ela se assemelha a uma criança, que não tem juízo próprio, e por isto o relatório sugere a necessidade de que a população receba as lideranças religiosas das várias igrejas para ajudar na entrada dessas religiões nas favelas e na disseminação dos seus ensinamentos.

Esta visão se assemelha ao de algumas lideranças religiosas que participaram dos fóruns de Ouvidoria, que relataram a falta de orientação presente nos sujeitos mais empobrecidos. Nesse particular, as igrejas foram apontadas como lugares aonde as pessoas vão para desabafar os seus problemas e saem de lá com uma certa orientação de como tentar resolver as dificuldades que encontram na vida (GUIMARÃES et al., 2005).

O aumento atual da procura pelas igrejas e centros espíritas é um fato notório principalmente entre as classes populares da nossa sociedade (VALLA, 2001). Os indivíduos estão buscando esses grupos religiosos por diversos motivos, entre eles podemos destacar a tentativa de resolver seus problemas de saúde e como forma de aliviar o sofrimento diante da dificuldade de acesso e resolutividade no âmbito dos serviços de saúde. As igrejas, em geral, estão sempre abertas para receber seus fiéis, que vão para desabafar e serem ouvidos. Os religiosos ouvem e procuram fortalecer a autoestima daqueles que lhes procuram com palavras de conforto e estímulo. A religião passa a dar um outro senso de coerência ou um sentido de vida para aquilo que aparece desordenado em suas vidas, conforme depoimento de um pastor que participou da pesquisa: *“A igreja, nos seus trabalhos dominicais, orienta o adolescente, orienta a senhora, se envolve na vida do casal.”* Além do reforço à fé do praticante, que acaba por se constituir em uma importante estratégia de resistência à pobreza (GUIMARÃES et al., 2005).

Nesse sentido, os lugares onde a população tem mais espaço para expressar seu sofrimento são nas igrejas e nos centros espíritas, como podemos perceber nos depoimentos a seguir: “Quando a gente vê não é bem uma confissão, é mais um desabafo” (depoimento do padre da Igreja Católica). Ou então: “No ‘atendimento fraterno’ da casa espírita os médiuns se disponibilizam para ouvir, a própria pessoa vai falando e ela mesma vai encontrando soluções para seus problemas” (fala de um dirigente espírita).

A pesquisa da Ouvidoria Coletiva sinaliza que nas populações pobres as dificuldades de sobrevivência diária impõem um ritmo de tal forma exigente que torna difícil a renovação das energias tanto físicas quanto psíquicas. A depressão leve, a baixa estima de si, mal-estar, “problema de nervos”, que se expressam muitas vezes em dores generalizadas, insônia, entre outras manifestações, encontram-se disseminadas na comunidade. Os moradores relacionaram este sofrimento a problemas como a falta de perspectiva de vida e de lazer, que limita sonhos e projetos, e percebido como o problema de saúde mais visível no local:

(...) a gente não consegue ver o amanhã, não consegue olhar assim... pra frente e ver o outro dia, essa coisa da perda de perspectiva é uma coisa que é muito séria e é uma coisa com que a gente sempre se defronta.

Pelos olhos da mídia, se veem como “pessoas que não valem a pena”, o que contribui para um sentimento de menos-valia. Suas lentes mostram a favela como lugar de bandido ou “de pessoas miseráveis que servem pra nada”. Raramente focam a luta cotidiana por uma vida digna, a criatividade para superar os problemas, a alegria e até mesmo a dor dos que vivem neste espaço. Ao contrário, as filmagens aéreas sinalizam que o local é tão perigoso que não se pode andar pelas ruas; local de exclusão social (GUIMARÃES et al., 2008).

O relatório SAGMACS também sinalizava que para a sociedade transparece a convicção de que os pobres e favelados são *ignorantes*, “sem valores”, “malandros”, *desrespeitosos*, *mal-comportados*, *preguiçosos*, *sem iniciativa*, enfim, que “não têm jeito”. Entretanto, Valla (1986) ressalta que este aparente mau comportamento, que não respeita as leis e as ordens da sociedade, e que promove a invasão da propriedade privada, pode ser visto como uma forma de resistência, em termos de sobrevivência, dessa população à visão de mundo capitalista e que leva os moradores a construir e solidificar as favelas.

Segundo o relatório SAGMACS: “Há um estado de doença permanente na favela. O normal é a doença, não a saúde”.

Na pesquisa da Ouvidoria Coletiva, muitos fatores apontados como determinantes do adoecimento foram relacionados, pelos participantes, à precária situação de vida. A violência cotidiana, em suas diversas formas, conforme já mencionado anteriormente, foi considerada como um fator de adoecimento. A luta pela sobrevivência – com baixos salários e mesmo falta de emprego –, a criminalidade, a dificuldade de acesso às escolas e aos serviços de saúde, as condições insalubres de moradia, o dilaceramento das relações familiares, a

falta de tempo para cuidar de si, entre outras expressões de violência, geram estresse, revolta, raiva, depressão e diversos outros sintomas.

Porque assim, quando a gente trata de saúde é difícil você não falar de violência, você não falar de morte, não falar de condições de vida... essas coisas estão interligadas. (...) Então a única saída pra saúde é melhorar a qualidade de vida, não é? (fala de uma liderança comunitária).

As classes populares, como se pode constatar no depoimento acima, expressam uma visão ampla e integral de saúde, próxima da *tradicional*, na medida em que não separam o corpo da alma, o homem da natureza, entre outras concepções (LUZ, 1996). As falas apontam para uma relação direta entre pobreza e adoecimento, como mostra o depoimento abaixo de uma liderança religiosa:

É a miséria que causa aquele tipo de doença. Não tem o que comer, ela fica fraca, fica fraca com depressão, da depressão aparece outra coisa, é tudo muito ligado. As pessoas assim, em miséria extrema, a doença vem tudo de uma vez.

Os moradores foram unânimes em assinalar que a maior frequência de mortalidade ou morbidade por causas externas refere-se aos acidentes ocasionados por tiro, tanto de pessoas inocentes quanto de envolvidas com o tráfico de drogas; em suas palavras: “*Tirando a doença, só sobra tiro*”. Relataram também que as pessoas estão morrendo de susto, como demonstra o depoimento contundente de uma agente comunitária de saúde:

Morre-se também do coração. Até por susto mesmo, porque do jeito que está ali meu filho, Deus que me perdoe, as pessoas estão acordando de madrugada de tiro... É doença cardiovascular, pressão alta, leva aquele susto, não é? Gente, é horrível, às vezes você esteve com aquela pessoa uma semana antes, a pessoa estava bem, tranquilo, aí você sobe, já verifica que ela está com a pressão alta, entendeu? Já está nervosa, não é? As coisas acontecem ali na porta dela, elas não podem fazer nada, não pode falar nada, não pode gritar, ela tem que ver e ficar quieta, quer dizer, na semana seguinte ela já está com os nervos, já não tem para onde ir, tem que ficar ali mesmo. Quer dizer, e só vendo violência, e aí a pessoa de susto também acaba morrendo.

Para lidar com as situações de impasse, a população busca diferentes caminhos – alguns dos quais acabam por aprofundar o impasse. A utilização de benzodiazepínicos é uma forma de proporcionar um certo apaziguamento para as situações de sofrimento, mas não resolve o problema e concorre para a cronificação do doente, dependente deste tipo de medicação. Tal medida tende a não levar em conta os problemas sociais envolvidos na gênese e atualizações destas perturbações nervosas, tanto para os sujeitos envolvidos como para a sociedade, e também para a formulação de práticas e políticas de saúde (FONSECA, 2006).

Outro recurso a que, em geral, os homens costumam recorrer para lidar com as situações de impasse é o consumo de bebida alcoólica, tema já abordado anteriormente. Outras formas parecem apontar caminhos no sentido da

construção de redes e práticas de apoio social, que auxiliam no enfrentamento dos problemas de saúde-doença e na possibilidade de alcançar maior autonomia diante da vida. É o caso, por exemplo, da busca crescente pelas igrejas e outros centros religiosos. Além de propiciar apoio emocional e contribuir para a constituição de redes de apoio social, os religiosos oferecem também projetos sociais, somados aos das entidades não governamentais, filantrópicas e associações de moradores. Tais projetos configuram-se em auxílios de “substituição” circunstanciada das ações que deveriam ser exercidas pelo poder público. Os tipos de assistência são os mais variados: reforço escolar, cursos técnicos e de alfabetização, recreação, excursões, creche, distribuição de cestas básicas, atendimento médico e dentário, encontro de casais, grupos de mulheres, de adolescentes, de alcoolistas, entre outros.

Nos fóruns também foram apontadas algumas práticas participativas organizadas pelas classes populares na tentativa de solucionar ou pelo menos amenizar as situações vivenciadas, tais como a compra coletiva de botijão de gás por diversas famílias para preparar os alimentos; a participação de mulheres que se oferecem para cuidar das crianças nas creches comunitárias; os grupos de autoajuda para enfrentar o problema da dependência química, a conquista de bolsas de estudo universitário por associações de moradores; atividades organizadas por profissionais de saúde com hipertensos e diabéticos, entre outras (LACERDA et al., 2006).

Considerações finais

A metodologia de Ouvidoria Coletiva aqui apresentada ampliou a concepção da ouvidoria tradicional, na medida em que a escuta extrapolou o âmbito dos serviços públicos de saúde, pois não se restringiu a avaliar o atendimento oferecido e sim obter maiores informações sobre as condições de vida das comunidades a partir da percepção de participantes representativos da situação investigada. Tal metodologia ampliou também a visão tradicional de vigilância à saúde. É importante considerar a falta de tradição dos serviços de saúde com as práticas coletivas de vigilância. Dessa forma, chamamos atenção para o papel da Ouvidoria Coletiva em expressar pontos de vista de organizações sociais que, por sua vez, representam segmentos sociais e não indivíduos (GUIMARÃES et al., 2005).

A participação de sujeitos pertencentes às camadas populares, que não somente vivenciam as situações de impasse, mas também se constituem em porta-vozes da população, revelando, assim, o saber local, permitiu trazer dados desconhecidos para grande parte da sociedade, até mesmo por quem faz e implementa políticas públicas. Os resultados apontam para a importância de se compreender as estratégias de enfrentamento da população e as propostas para possíveis ações no campo da saúde. Entretanto, a organização da sociedade civil e o trabalho integrado em rede não eximem o Estado de exercer o seu papel na garantia dos direitos básicos dos cidadãos.

Essa proposta de Ouvidoria Coletiva inova introduzindo, além da escuta, a interação com um segmento social que não participa de atividades relacionadas à cidadania, dada a sua condição de miséria. Segmento este cuja invisibilidade social se dá em processos de institucionalização em que há o bloqueio de sua condição de sujeitos-cidadãos, mas que na Ouvidoria Coletiva adquirem voz através dos representantes comunitários e religiosos que convivem diretamente com essas pessoas (GUIMARÃES et al., 2005).

Reunir esse grupo de atores sociais num mesmo fórum de escuta propiciou um ambiente descontraído, de conversas e trocas de ideias, em que a função do pesquisador consistia em orientar e mediar o debate entre os participantes. É nesse sentido que na Ouvidoria Coletiva os pesquisadores têm o papel de mediadores da escuta, propiciando que todos se expressem e que os conteúdos do conhecimento sejam construídos e reconstruídos de acordo com as situações do cotidiano.

Por vezes, havia discordância entre diferentes opiniões, que serviam para enriquecer ainda mais o debate. A forma tradicional de entrevista individual, baseada em perguntas e respostas, com frequência inibe o entrevistado, que acaba por “medir” as palavras e muitas vezes responde o que o entrevistador deseja ouvir ou se restringe a dar um depoimento formal e conciso. Isso acontece principalmente quando o entrevistado faz parte das camadas populares e o entrevistador de outra classe social. Reunidos, assim, em fóruns, os participantes sentem-se mais à vontade por estarem acompanhados por vizinhos, amigos ou companheiros de trabalho, permitindo que o debate flua com mais naturalidade, onde sentimentos e emoções podem ser expressos (GUIMARÃES et al., 2005).

Dentro dessa perspectiva, cabe ressaltar a importância da metodologia de Ouvidoria Coletiva como um instrumento a ser incorporado em novas pesquisas que visem uma participação ativa dos diversos atores. Outro ponto inovador explorado nessa metodologia foi o relativo às propostas feitas pelos participantes visando minimizar os problemas que vivem. Foram propostas aparentemente simples, mas adequadas e viáveis. A aparência de simplicidade se desfaz quando se considera a dramaticidade da situação de pobreza dessa parcela significativa da população que vive nos complexos de favelas da região.

A constituição dos fóruns de Ouvidoria contribuiu para o preenchimento de uma lacuna caracterizada pelo esvaziamento da participação popular em suas formas mais tradicionais, como a mobilização em torno das associações de moradores e/ou de partidos políticos, ou mesmo em relação à participação nas reuniões dos Conselhos Distritais de Saúde. Por outro lado, os participantes tornaram visível a invisibilidade social dos miseráveis e excluídos (GUIMARÃES et al., 2007).

Como metodologia, tem se mostrado eficaz não somente na sistematização de informações que se encontram dispersas na sociedade, permitindo uma releitura dos problemas de saúde, mas também pela possibilidade de construção de novas redes participativas e atuantes, pois as lideranças comunitárias, religiosas e os profissionais de saúde têm avaliado a Ouvidoria como

espaço de participação, aprendizado e articulação de novas redes de apoio social. Para os gestores, as informações sistematizadas e as discussões desencadeadas nesse processo podem contribuir para a reflexão acerca das políticas públicas de saúde na região e, conseqüentemente, ajudar no planejamento da gestão dos serviços, de modo a permitir a criação de práticas de integralidade em saúde (GUIMARÃES et al., 2008).

Referências bibliográficas

COSTA, S. S. S. A gravidez desejada em adolescentes de classes populares. In: WERNECK, J. (Org.). *O livro da saúde das mulheres negras: nossos passos vêm de longe*. Rio de Janeiro: Pallas: Criola, 2000.

DAFLON, R. Um problema à altura da falta de fiscalização. *Jornal O Globo*, 16/11/2008. Seção: Rio, p. 17.

FAVELA, endereço de 1,3 milhão de pessoas. *Jornal O Globo*, 14/10/2008. Seção: Rio, p. 14.

FONSECA, M. L. G. *Sofrimento Difuso, Transtornos Mentais Comuns e Problemas de Nervos: uma revisão bibliográfica a respeito das expressões de mal-estar nas classes populares*. [Dissertação]. Rio de Janeiro: Escola Nacional de Saúde Pública/Fiocruz; 2007.

GUIMARÃES, M. B. L.; VALLA, V. V.; STOTZ, E. N. (Coordenadores). *Os impasses da pobreza absoluta: Relatório da Pesquisa "Vigilância Civil da Saúde na Atenção Básica – Uma proposta de ouvidoria coletiva na AP 3.1, Rio de Janeiro"*, apresentado à Escola de Governo em Saúde/ENSP/Fiocruz; 2005, 79 p. Pode ser acessado em: <http://chagas.redefiocruz.fiocruz.br/~ensp/biblioteca/dados/pesquisa2.pdf>

GUIMARÃES, M. B. L.; LIMA, C. M. P.; SAVI, E. S. A.; CARDOSO, E.; VALLA, V. V.; STOTZ, E. N.; LACERDA, A.; SANTOS, M. S. Os impasses da pobreza absoluta. In: BRASIL. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde. *Prêmio Sergio Arouca de Gestão Participativa: trabalhos premiados e menções honrosas – resumos*. Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2007, p. 52-56.

_____. Os impasses da pobreza absoluta: a experiência da Ouvidoria Coletiva na região da Leopoldina, Rio de Janeiro. *Revista Ciência & Saúde Coletiva [periódico na Internet]* 2008 [citado em 4 de dezembro de 2008] [cerca de 20p.] Está disponível em: <http://www.cienciaesaudecoletiva.com.br>

LACERDA, A.; VALLA, V. V.; GUIMARÃES, M. B.; LIMA, C. M. As redes participativas da sociedade civil no enfrentamento dos problemas de saúde-doença. In: PINHEIRO, R. & MATTOS, R. (Org.). *Gestão em redes: práticas de avaliação, formação e participação na saúde*. Rio de Janeiro: CEPESC, 2006, p. 445-457.

LUZ, M. T. *A arte de curar versus a ciência das doenças*. São Paulo: Dynamis; 1996.

MEROLA, E. Prefeitura lava as mãos sobre avanço de favelas. *Jornal O Globo*, 16/10/2008, 2. ed. Seção: Rio, p.15.

PICCOLO, F. D. Socio-historiografia de uma categoria: as favelas e suas representações sociais. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV. *Estudos Históricos* n. 38, julho-dezembro de 2006.

VALLA, V. V. Apêndice I: Mantendo severa vigilância sobre a população favelada (O Relatório SAGMACS, 1958-1960). In: VALLA, V. V. (Org.). *Educação e favela*. Petrópolis, RJ: Vozes/ABRASCO, 1986, p. 175-198.

_____. O que a saúde tem a ver com a religião. In: VALLA, V. V. (Org.). *Religião e cultura popular*. Rio de Janeiro: DP&A, 2001, p. 113-139.

VASCONCELLOS, F. Favelas aos montes pelo país. *Jornal O Globo*, 13/12/2008, 2ª edição. Seção: O País: Retratos do Brasil, p. 3.

Problematizando o termo “conversão” a partir do Campo Religioso⁵³

Victor Vincent Valla

⁵³ Este texto foi elaborado, com a colaboração de Eveline Algebaile, para apresentação na 30ª ANPED, como parte do Trabalho Encomendado pelo GT de Educação Popular, intitulado “A contribuição de Victor Valla ao pensamento da Educação Popular: diferentes olhares”.

Ao longo de mais de vinte anos participando do GT de Educação Popular da Anped, compreendo que o objeto de conhecimento e de ação desse campo é a situação de exploração e subordinação das classes populares, sua apartação dos direitos já naturalizados para as classes médias e altas. Em torno desse objeto de conhecimento e de ação, temos construído concepções, práticas e propostas permanentemente postas à prova, em termos do seu alcance efetivo, bem como de sua capacidade de indicar caminhos e de resultar em soluções para os problemas identificados. Por isso, nossa participação nesse campo deve também se dar no sentido de contribuirmos para a discussão e a reconstrução dessas concepções e práticas, para que possamos avançar na identificação desses caminhos e na construção de novas condições a partir das quais seja possível produzir soluções verdadeiras.

Nessa perspectiva, uma das minhas maiores tentativas de contribuição nesse campo são meus estudos sobre religiosidade popular.

Primeiro, porque entendo que o exercício da religiosidade é, em um país marcado por tantas desigualdades, como o nosso, uma experiência central na organização da vida das classes populares, uma espécie de experiência síntese, a partir da qual as classes populares têm elaborado uma parte importante das suas relações com os sofrimentos que atingem suas vidas, sofrimentos materializados nos desafios de sobrevivência, como os relacionados às questões da moradia, da saúde, da educação escolar, da violência e da participação política.

Segundo, porque esse é um tema sem prestígio nos debates sobre os enfrentamentos políticos do problema da pobreza, e o enfrentamento da pobreza exige que nos ocupemos dos temas sem prestígio, para podermos conhecer o que não conhecemos, as práticas, ações e relações que costumamos achar que “não têm sentido”, e que, no entanto, são referências sem as quais não podemos pensar em profundidade o mundo e as suas mudanças possíveis. A compreensão da centralidade da religiosidade popular é um caminho muito importante para avançarmos na compreensão das classes populares e de suas lutas. Por isso me dedico a ele.

A religiosidade popular é um campo vasto. Envolve uma multiplicidade de práticas e grande variedade de estudos, realizados por pesquisadores de diferentes áreas, a partir de diferentes metodologias, destacando-se estudos nos campos da sociologia e da antropologia que abordam as práticas de religiosidade sob a ótica da cultura. Mas o entendimento da religiosidade como experiência articuladora das demais práticas e relações das classes populares, no meu entender, exige, mais que metodologia de pesquisa, uma postura de imersão na realidade de vida a partir da qual a religiosidade adquire essa centralidade.

Minha opção por estudar o pentecostalismo decorre do entendimento de que é nesse movimento religioso que a centralidade da pobreza se dá de forma mais radical. Por isso, inclusive, o forte fluxo de adesão dos pobres, especialmente os muito pobres, a essa religião. Isso me dá garantias de me aproximar de um núcleo de práticas das classes populares em que significativas experiências dos pobres se evidenciam mais intensamente, o que permite

o aprofundamento de questões que atravessam meus trabalhos há muito tempo, mas que ganharam uma de suas formas mais claras na discussão que tentei empreender sobre a “crise da compreensão”, que, para mim, permanece como um desafio intelectual e um desafio histórico.

É desse entendimento que também decorre meu interesse em discutir o termo *conversão*.

Há cerca de cinco décadas, Richard Schaul, um pastor presbiteriano que atuou em países latino-americanos como missionário e professor, propôs que seminaristas, comumente da classe média, convivessem com as classes populares, no seu lugar de moradia, a fim de melhor entenderem as formas de compreensão e ação daqueles para os quais se dirigiam as atividades missionárias. Para Schaul, esse ato de conviver com as classes populares em seu lugar de moradia seria uma forma de incorporar seu olhar para o mundo, e esta seria uma condição essencial para uma atuação verdadeiramente envolvida com o enfrentamento da situação de profunda desigualdade e sofrimento que marcava o problema da pobreza nesses países. O termo usado por Schaul (CÉSAR e SCHAULL, 2001) para fazer referência a essa forma de ação foi “conversão”, mas segundo um significado não convencional.

Em geral, o termo conversão é compreendido como passagem de uma crença para outra, de uma doutrina para outra. Também é comum entender-se que a conversão é a aceitação de uma missão indicada por Deus, a aceitação de um chamado divino. Schaul, porém, não entendia a conversão nesse sentido. Para ele, em sentido pleno, a conversão não pressupõe a crença em um Deus, nem o atendimento a um chamado divino, mas a adoção de um novo lugar a partir de onde se poderia compreender em profundidade os principais problemas para os quais buscamos soluções. Nesse sentido, Schaul indicou que, no mundo em que vivemos, a conversão, em sentido pleno, seria exclusivamente a conversão à questão da pobreza, ponto central para a discussão e o enfrentamento de todos os demais problemas que, hoje e no futuro, nos desafiariam.

Acredito que a discussão do termo “conversão”, a partir dessa perspectiva, contribui de uma forma especial para a problematização dos nossos desafios de pensamento e de ação no campo da Educação Popular, no sentido de nos aproximarmos mais dos resultados históricos que desejamos.

Em um sentido convencional, ao longo da história, a ideia de conversão pode ser identificada, com sentidos diversos, em inúmeras propostas de ação nos campos religioso e político. No campo religioso, a ideia de conversão aos pobres aparece, por exemplo, com bastante nitidez, na religião católica, na fundação da Ordem Franciscana, destacando-se, porém, nesse caso, um sentido de renúncia ao mundo de opulência e riqueza. No campo político, também é possível identificar o princípio da conversão nas práticas de inserção de membros de organizações políticas nos espaços de vida e trabalho das massas populares. A ideia de conversão aí presente, porém, não pressupõe renúncia nem imersão na experiência de vida dos pobres, mas, na verdade, uma inserção popular de militantes políticos que, por meio de contatos cotidianos,

tentam operar a conversão dos pobres a um projeto político elaborado fora daquele meio. São militantes que entram nos meios populares não para se modificar, mas para modificar os outros.

A ideia de Schaul, na qual me referencio, e que, de modo geral, é constituída dos mesmos princípios que orientaram a Teologia da Libertação, tem um elemento novo fundamental, implicado com questões não apenas políticas, mas também epistemológicas, de grande importância para o campo da Educação Popular: a ideia de que a conversão é um movimento de descentramento, uma mudança fundamental em termos do conjunto de experiências a partir do qual olhamos e entendemos o mundo, as possibilidades de ação no mundo e a construção de um mundo possível para todos.

Esse, como se vê, não é um movimento a ser esperado das classes populares, mas das classes médias, habituadas a entenderem sua experiência como central, e a deduzir, disso, de um lado, sua autoridade e capacidade para dispor sobre os problemas do mundo, e, de outro, a permanente minoridade política e cultural das classes populares para disporem sobre as questões que afetam suas vidas. Tudo se passa como se o padrão de vida e de direitos das classes médias fossem extensíveis, sem mediações, para as classes populares, quando, na verdade, esses padrões resultam de formas históricas de utilização privilegiada de meios e recursos.

Acho importante lembrar aqui a discussão de Milton Santos sobre o conjunto de saberes práticos e valores produzidos às margens dos padrões de vida das classes médias, pelos imensos segmentos da população submetidos à experiência da escassez. Com todos os problemas e degradações impostos aos pobres, os espaços de vida das classes populares têm sido o lugar de construção de uma experiência humana de repartição, compartilhamento e solidariedade, capaz de indicar caminhos válidos para a transformação do mundo, incluindo-se, aqui, a urgência de enfrentamento de uma cultura de apropriação particularista e de esgotamento de todos os recursos naturais, econômicos e humanos, que não é suficientemente problematizada em nosso meio.

Sob essa ótica, a conversão – como movimento de confrontação de nossa experiência a partir do nosso submetimento à centralidade da experiência do outro, da tomada da experiência do outro como referência para se pensar o mundo – propicia, também, uma *conversão dos sentidos* que estamos habituados a atribuir às coisas. Se a experiência a partir da qual penso o mundo é a experiência constituída nos contextos de escassez, noções já naturalizadas de direitos, urbanização, escolarização, justiça, modernização, iniciativa, conhecimento, adquirem, inevitavelmente, novos delineamentos.

Não é o caso, certamente, de propormos a convivência com as classes populares na mesma forma proposta por Schaul. Sabemos das diferenças entre a prática profissional e a prática missionária. Mas devemos ter o máximo de atenção à construção de práticas que garantam uma relação profunda com a vida das classes populares, de forma a compreendermos o que é preciso fazer para que a Educação Popular não seja uma forma, dentre outras, de dizer ao outro o que fazer, a partir de uma experiência histórica e de condições que lhes são estranhas.

Referências bibliográficas

CESAR, W. & SHAULL, R. *Pentecostalism and the future of the Christian Churches: promises, limitations, and challenges*. W. B. Eerdmans: Grand Rapids, MI, 2001.

GRAMSCI, A. *Cadernos do cárcere*. Volume 3: Maquiavel. Notas sobre o Estado e a política. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

MARTINS, J. S. Dilemas sobre as classes subalternas na idade da Razão. In: MARTINS, J. de S. *Caminhada no chão da noite*. São Paulo: HUCITEC, 1989.

_____. *O massacre dos inocentes: A criança sem infância no Brasil*. São Paulo: Huicitec, 1991.

_____. *A chegada do estranho*. São Paulo: Huicitec, 1993.

VASCONCELOS, E. M. Entrevista: Victor Valla. *Trabalho, Saúde e Educação*, v. 3, n. 1, p. 227-238, 2005.

